

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE**  
**HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS -**  
**PPHPBC**  
**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMDS) E  
A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS  
Um estudo na bacia do rio do Itabapoana (RJ)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil – CPDOC para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

MARÍLIA DE SANT'ANNA FARIA

RIO DE JANEIRO  
DEZEMBRO DE 2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE**  
**HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS -**  
**PPHPBC**  
**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO POR  
MARÍLIA DE SANT'ANNA FARIA

O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMDS) E  
A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS  
Um estudo na bacia do rio do Itabapoana (RJ)

PROFESSOR ORIENTADOR: DR. FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

---

ASSINATURA DO ORIENTADOR ACADÊMICO

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE**  
**HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS -**  
**PPHPBC**  
**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMDS) E  
A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS  
Um estudo na bacia do rio do Itabapoana (RJ)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO POR  
MARÍLIA DE SANT'ANNA FARIA

E  
APROVADO EM 14/12/05  
PELA BANCA EXAMINADORA

---

FERNANDO TENÓRIO – PROFESSOR DR. – ORIENTADOR

---

ÂNGELA DE CASTRO GOMES – PROFESSORA DR<sup>a</sup>

---

CÉZAR GUEDES – PROFESSOR DR.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por terem dado a oportunidade de construir minha trajetória;

A Daisaku Ikeda, meu grande mestre da vida;

Ao meu orientador, Professor Fernando Tenório, por ter despertado em mim, por meio de suas aulas, o interesse para algumas questões que aqui são apresentadas ligadas ao tão complexo tema Gestão Social;

À Sr<sup>a</sup> Celina Vargas do Amaral Peixoto, pela oportunidade de aprendizado e experiência na condução do meu trabalho;

À Sr<sup>a</sup> Heliana Marinho da Silva, pela confiança depositada, por todo o estímulo e pelas sugestões dadas para elaboração desta dissertação;

À amiga Ana Cristina Duarte, pelo grande incentivo, amizade e força para concluir esse trabalho e tornar esse sonho possível;

Ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pelas condições de trabalho que me permitiram realizar o presente estudo;

Aos entrevistados, pela disponibilidade em colaborar e por todas as informações prestadas;

Aos meus amigos, colegas de Mestrado e de trabalho, pelas sugestões apresentadas;

A todos que me auxiliaram durante a realização deste estudo.

## Resumo

O objetivo desta dissertação é analisar a forma de atuação do CMDS, e sua contribuição para a gestão dos recursos hídricos nos cinco municípios do Rio de Janeiro pertencentes à bacia do rio Itabapoana. O presente estudo foi conduzido a partir de uma discussão teórica sobre os temas: desenvolvimento local, cidadania, desenvolvimento local com cidadania e gestão social. Posteriormente, foram realizadas entrevistas temáticas, baseadas no método não probabilístico, com uma amostra composta por 38 pessoas, entre conselheiros do CMDS (membros do poder público e sociedade civil organizada), técnico, consultores e gestores do Sebrae/RJ. No tratamento dos dados foi utilizada a análise de discurso. Foram identificados aspectos negativos e positivos no que diz respeito à atuação e funcionamento do Conselho nos municípios analisados. Mesmo assim, pode-se verificar que grande parte dos conselheiros tem experiência anterior em Conselhos e movimentos sociais, e que o Projeto Managé, por meio da atuação dos CMDS, ajudou a construir uma identidade territorial para a bacia e também despertou a necessidade de maior conscientização e preservação do meio ambiente. Pode-se concluir que a forma de atuação do CMDS depende da interação e do nível de comprometimento do poder público e da sociedade civil organizada. Portanto, as condições institucionais locais exercem importante influência nas formas de mobilização social e participação dos indivíduos, visto que o processo de gerenciamento de recursos hídricos da bacia encontra-se ainda em fase de construção.

## **Abstract**

The objective of this dissertation is the analysis of the performance of CMDS and its contribution to the management of water resources in the five cities of Rio de Janeiro State, pertaining to Itabapoana river's basin. This study was lead from a theoretician discussion about local development, citizenship, local development with citizenship and social management. Subsequently, interviews based in the non-probabilistic method was made with a sampling of 38 people among council members of CMDS (members of the government and of organized civil society), technician, consultants and managers from Sebrae/RJ. The data was studied through the analysis of speech. In the evaluation of the performance and the working of the CMDS in the analyzed cities, it was identified negative and positive aspects. Even so, it can be verified that most of the council members have previous experience in Councils and social movements and that the Managé Project, by the performance of the Councils, helped to build a territorial identity to the basin and also aroused to the necessity to make people become aware of and preservation of environment. It can be concluded that, the performance of CMDS depends on the interaction and the level of commitment of public power and organized civil society. Therefore, the local institutional conditions have important influence in the way of the social mobility and participation of the people, considering that the process of the management of water resources of the basin are still in construction process.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
i) Envolvimento com o tema.....	18
ii) Organização do estudo .....	20
iii) Objetivos .....	22
iv) Relevância e justificativas .....	23
<b>CAPÍTULO 1: METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
1.1 Tipos de Pesquisa .....	24
1.2 Universo e amostra .....	25
1.3 Coleta de dados .....	28
1.4 Tratamento dos dados .....	30
1.5 Limitações do método.....	31
<b>CAPÍTULO 2: A CONCEPÇÃO DO PROJETO MANAGÉ .....</b>	<b>32</b>
2.1 Contexto histórico.....	32
2.2 Objetivos do Projeto Managé .....	34
<b>CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS DA BACIA DO RIO ITABAPOANA .....</b>	<b>35</b>
3.1 Conceito de bacia hidrográfica .....	35
3.1.1 Rio e bacia hidrográfica .....	36
3.1.2 Bacia hidrográfica como instrumento de planejamento e gestão .....	36
3.1.3 Gerenciamento dos recursos hídricos .....	38
3.2 A mesorregião da bacia do rio Itabapoana .....	39
3.3 As microrregiões da bacia .....	39
3.4 Informações socioeconômicas da bacia .....	41
3.4.1 Principais atividades econômicas .....	41
3.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....	44
3.4.3 Receitas dos municípios .....	46
<b>CAPÍTULO 4: SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA (SISGEBI) .....</b>	<b>47</b>
4.1 Modelo de gestão .....	50
4.2 As instâncias do Sisgebi .....	52
4.2.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) .....	52

4.2.2 Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana.....	54
4.2.3 Fórum da Bacia – Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Itabapoana....	56
4.2.4 Comitê da Bacia do Rio Itabapoana .....	57
4.2.5 Agência de Desenvolvimento Sustentável.....	58
4.3 Parcerias e reconhecimento internacional .....	58
<b>CAPÍTULO 5: GESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>61</b>
5.1 Formas de gestão .....	61
5.2 O CMDS e os princípios da cooperação .....	62
5.3 A participação social na bacia .....	64
5.3.1 À marginalidade.....	68
5.3.2 Tipos de participação .....	70
5.3.3 As instâncias de participação .....	71
5.3.4 Fatores de condicionamentos da participação .....	73
<b>CAPÍTULO 6: O CMDS.....</b>	<b>75</b>
6.1 A formação do CMDS em cada município .....	75
6.2 A composição de cada CMDS .....	76
6.2.1 A participação feminina no CMDS .....	76
6.3 As reuniões do CMDS nos municípios.....	78
6.4 Etapas do funcionamento.....	79
6.5 O CMDS e sua relação com a gestão dos recursos hídricos .....	80
6.6 A participação do Sebrae .....	81
6.7 Dificuldades encontradas .....	82
6.8 Paralisação de atividades .....	83
<b>CAPÍTULO 7: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>85</b>
7.1 Bom Jesus do Itabapoana .....	85
7.2 Campos dos Goytacazes .....	90
7.3 Porciúncula .....	98
7.4 São Francisco do Itabapoana .....	106
7.5 Varre-Sai.....	111
<b>CAPÍTULO 8: CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>117</b>
8.1 A importância do Projeto Managé .....	117
8.2 As condições institucionais locais .....	117
8.3 A relação entre o poder público e a sociedade civil organizada .....	118
8.4 Aspectos negativos do CMDS .....	120

8.5 Paralisação das atividades do CMDS .....	121
8.6 A relevância do CMDS para o desenvolvimento dos municípios .....	122
8.7 A contribuição do CMDS para a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana...	124
8.8 Considerações finais .....	125
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>131</b>
Anexo A: Mapa do estado do Rio de Janeiro. ....	131
Anexo B: LEI nº 595, de 10 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento sustentável e cria o CMDS. ....	132
Anexo C: Roteiro de entrevistas (Poder Público) .....	138
Anexo D: Roteiro de entrevistas (Sociedade Civil Organizada) .....	139
Anexo E: Informações sobre o município de Bom Jesus do Itabapoana .....	140
Anexo F: Informações sobre o município de Campos dos Goytacazes .....	149
Anexo G: Informações sobre o município de Porciúncula .....	157
Anexo H: Informações sobre o município de São Francisco do Itabapoana .....	164
Anexo I: Informações sobre o município de Varre-Sai .....	171

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Acirb – Associação Comercial e Industrial da Região de Bangu  
ADR – Agência de Desenvolvimento Regional  
ANA – Agência Nacional de Águas  
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica  
CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável  
Consad – Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento  
Cooapvac – Cooperativa dos Apicultores do Vale do Carangola  
CPDOC – Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil  
DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável  
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento  
Eaesp – Escola de Administração de Empresas de São Paulo  
Ebape – Escola Brasileira de Administração Pública  
Exama – Coordenadoria de Ciências Agrárias e Meio Ambiente  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
GT – Grupo Temático  
GTE – Grupo de Geração de Trabalho e Renda  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano  
ISS – Imposto sobre Serviços  
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis  
NC – Núcleo Comunitário  
NCR – Núcleo Comunitário Regional  
NE – Núcleo Empresarial  
NER – Núcleo Empresarial Regional  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCIRHI – Organizações da Sociedade Civil de Interesse dos Recursos Hídricos  
PDGS – Programa de Desenvolvimento Local e Gestão Social  
Pegs – Programa de Estudo em Gestão Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPHPBC – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais

Proex – Pró-Reitoria de Extensão

Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RPP – Representante do Poder Público

RSCO – Representante da Sociedade Civil Organizada

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sisgebi – Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana

UDL – Unidade de Desenvolvimento Local

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ufla – Universidade Federal de Lavras

Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UOE – Unidade de Orientação Empresarial

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 População residente estimada da bacia do rio Itabapoana .....	20
TABELA 2 Universo da pesquisa .....	26
TABELA 3 Amostra das entrevistas válidas realizadas .....	27
TABELA 4 População economicamente ativa .....	42
TABELA 5 População e número de pessoas ocupadas na bacia do rio Itabapoana .....	44
TABELA 6 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1991 a 2000).....	45
TABELA 7 Taxa média geométrica de crescimento demográfico de 1991 a 2000 (a.a).....	45
TABELA 8 Total de receitas e FPM (2003).....	46
TABELA 9 Composição do Fórum da Bacia .....	56
TABELA 10 Composição do Comitê da Bacia .....	57
TABELA 11 Composição do CMDS dos municípios do estado do Rio de Janeiro.....	76
TABELA 12 Relação de conselheiros por gênero.....	77

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Mapa da bacia do rio Itabapoana .....	17
FIGURA 2 As microrregiões da bacia do rio Itabapoana .....	40
FIGURA 3 O Sisgebi.....	49
FIGURA 4 Cronograma do Projeto Managé .....	51
FIGURA 5 CMDS de Campos dos Goytacazes .....	53
FIGURA 6 Síntese da análise do município de Bom Jesus do Itabapoana .....	90
FIGURA 7 Síntese da análise do município de Campos dos Goytacazes .....	97
FIGURA 8 Síntese da análise do município de Porciúncula .....	105
FIGURA 9 Síntese da análise do município de São Francisco do Itabapoana .....	110
FIGURA 10 Síntese da análise do município de Varre-Sai .....	116
FIGURA 11 Síntese da análise do CMDS nos cinco municípios analisados.....	125

## INTRODUÇÃO

É incontestável que os recursos hídricos são extremamente importantes para a existência e manutenção da vida em nosso planeta. Paradoxalmente, apesar de o Brasil dispor desse recurso de forma abundante, há um grande risco de se tornar cada dia mais escasso e mais poluído. Pode-se dizer que a vida dos seres humanos está intrinsecamente ligada à existência de água, visto que é um fator imprescindível para a sobrevivência. A relação do homem com a água envolve os aspectos físicos, culturais, sociais e econômicos.

As transformações econômicas e ambientais que aconteceram a partir do século XX, bem como o crescimento demográfico e populacional, trouxeram à tona uma questão crucial, que foi a implantação de leis específicas para utilização racional dos recursos hídricos. Em 1934, no Brasil, foi regulamentado e editado o Código de Águas, abordando assuntos ligados ao aproveitamento e geração de energia elétrica. Desde então, poucos foram os avanços na administração dos recursos hídricos, tendo, como consequência, o aumento dos índices de poluição e de escassez de recursos, pois os fatores que envolviam a proteção e a melhoria da qualidade e da quantidade da água não eram passíveis de fiscalização.

Em 08 de janeiro de 1997, foi criada a Lei Federal nº 9.433, referente à Política Nacional de Recursos Hídricos Brasileira. A partir desta Lei, novos princípios jurídicos foram adotados, entre eles os de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Neste sentido, a gestão das águas foi transferida a comitês e conselhos de recursos hídricos que devem contar com a participação dos governos federal, estaduais e municipais, bem como com os usuários de recursos hídricos e da sociedade civil, conforme cita Granziera (2001, p. 14):

As normas estaduais e a Lei Federal nº 9.433/97 incorporam à ordem jurídica novos princípios, como o de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão: da água como um bem econômico passível de ter sua utilização cobrada; a gestão das águas delegada a comitês e conselhos de recursos hídricos, com a participação, além da União e dos Estados, de Municípios, usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

Um comitê de águas, montado a partir do estado ou da União, corre grande risco de fracassar, visto que pode não ser representativo e, portanto, não terá legitimidade perante a sociedade com o seu fórum de discussão e participação. Este é um questionamento importante que deve ser feito no cenário atual, pois em todo o país se discute a criação de comitês de bacias hidrográficas. As inúmeras experiências que envolvem o processo de gestão de recursos



hídricos deixam claro que o envolvimento e a participação da sociedade têm-se dado de forma lenta e que, por ser, de certa forma, novo, é um processo que ainda está sendo construído.

Neste contexto, em 1997<sup>1</sup>, a Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolveu e lançou o Projeto Managé<sup>2</sup> – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana, no sentido de atuar como mediador no processo de organização dos recursos desta bacia. Sendo assim, o Projeto Managé demonstrou estar em plena consonância com os termos da Lei nº 9.433/97. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) é uma de suas instâncias de gestão que envolve o governo e a sociedade civil organizada.

A bacia do rio Itabapoana localiza-se na região sudeste do Brasil e é integrada por 18 (dezoito) municípios assim distribuídos: nove do Espírito Santo: Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado; quatro de Minas Gerais: Alto Caparaó, Caiana, Caparaó e Espera Feliz; e cinco do Rio de Janeiro<sup>3</sup>: Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Porciúncula, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai (conforme figura 1). Abrange uma área de, aproximadamente, 6.083 quilômetros quadrados, com 220 quilômetros extensão e, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente estimada, em 2004, era de 682.421 habitantes.

A água está presente em todas as atividades dos seres vivos por se encontrar intimamente ligada à vida no planeta. Qualquer ser vivo depende dela para viver. O estabelecimento de regras referentes à gestão de recursos hídricos se deve à busca por um equilíbrio que garanta sua melhor utilização não somente em nível nacional, como também internacional.

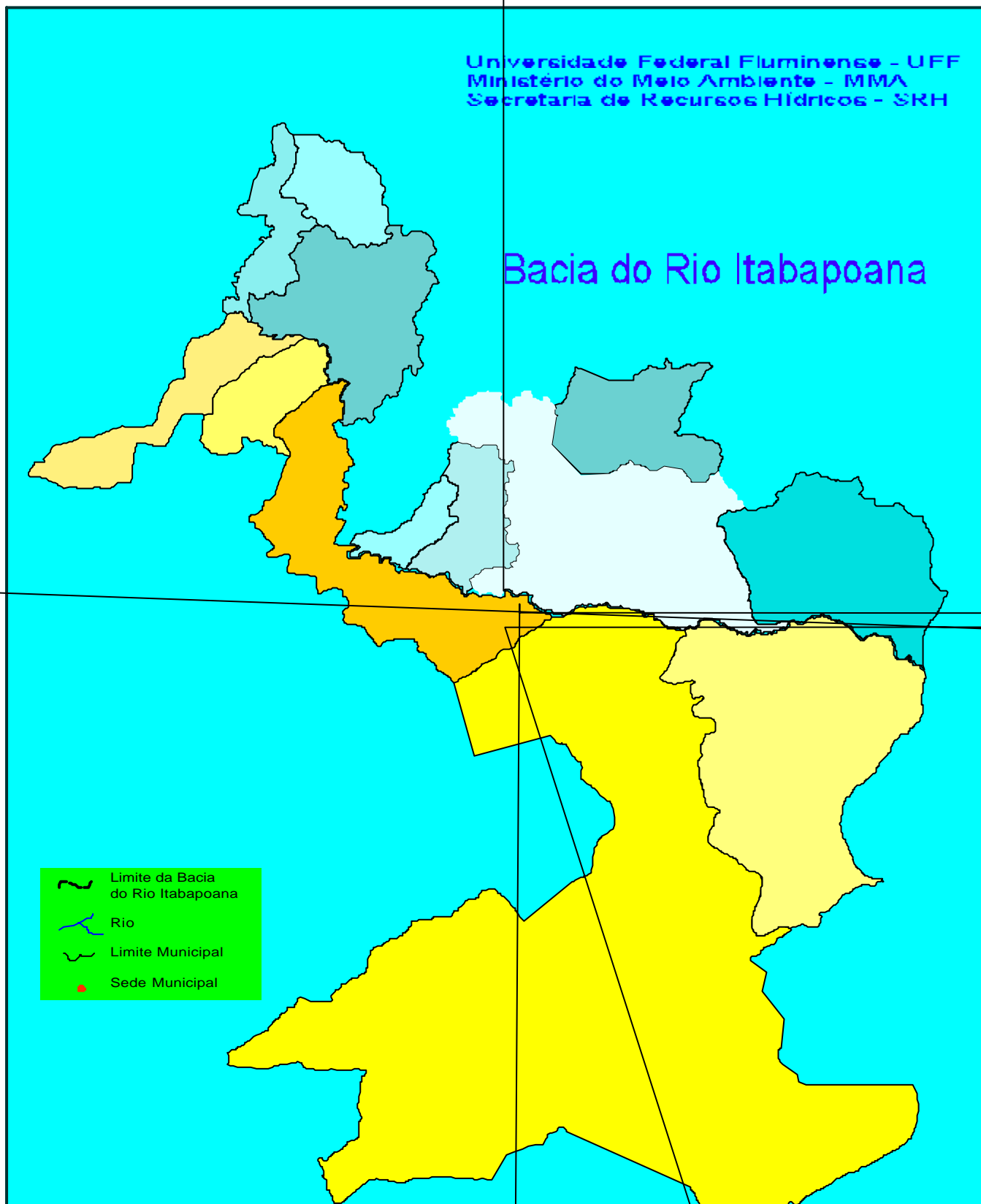
---

<sup>1</sup> Ano em que foi criada a Lei Federal nº 9.433, referente à Política Nacional de Recursos Hídricos Brasileira.

<sup>2</sup> Palavra da língua tupi, Managé era o nome dado pelos índios Puri ao rio Itabapoana no século XVI. Os significados atribuídos à palavra podem indicar o modo de vida dos índios que viviam às margens de um rio caudaloso, de águas límpidas e ladeado por matas ainda não desbravadas. Etimologicamente, significa “reunião do povo”, e foi escolhido, após uma pesquisa, por seu significado estar em consonância com o propósito do Projeto.

<sup>3</sup> O mapa do estado do Rio de Janeiro encontra-se no Anexo A.

Figura 1 Mapa da bacia do rio Itabapoana



Fonte: Projeto Managé (1997).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos, que envolve 27 unidades da federação coordenadas pelo Sebrae Nacional, em Brasília. Considera que o desenvolvimento e a evolução sustentável dos micro e pequenos negócios são a força propulsora que gera renda, cria e mantém postos de trabalho, estimula a economia, diminui as desigualdades numa perspectiva local, regional e setorial, erradica a pobreza e proporciona qualidade de vida para a população brasileira. Em abril de 2002, o Sebrae Nacional e suas unidades dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, assinaram um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, com a UFF, para auxiliar o desenvolvimento das atividades do Projeto Managé.

Além deste, o Sebrae Nacional adotou algumas experiências de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS) em projetos regionais, tais como os projetos Zona da Mata, em Minas Gerais, Xingó, em Alagoas e o DF Empreendedor, em Brasília. Tais ações foram conduzidas por meio de um processo participativo, propiciando a produção do conhecimento e a indicação de propostas baseadas nas necessidades regionais. É importante ressaltar que o Projeto Managé foi uma experiência pioneira em todo o Sistema Sebrae por dois motivos: o primeiro, por se tratar de um projeto que tinha como território uma bacia hidrográfica, e o segundo, por envolver três unidades da federação e o Sebrae Nacional trabalhando conjuntamente.

### **i) Envolvimento com o tema**

Em 1994, foi inaugurado o Balcão Sebrae Bangu<sup>4</sup>, onde iniciei o trabalho atuando como assistente administrativo e, em 1996, passei a exercer a função de gerente administrativo. Dois anos depois, o Sebrae/RJ, buscando ampliar sua rede de atendimento, fechou alguns Balcões e inaugurou, em 11 regiões, a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR). Assim, em 1998, foi inaugurada a ADR Zona Oeste/Costa Verde<sup>5</sup>, onde passei a trabalhar como técnica da Agência.

---

<sup>4</sup> Inaugurado em 04 de agosto de 1994, na sede da Acirb – Associação Comercial e Industrial da Região de Bangu, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Localizada em Bangu, além de prestar atendimento, a Agência coordenava os Balcões Sebrae/RJ da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty.

Durante oito anos, atuei na Unidade de Orientação Empresarial (UOE) prestando, entre outras atividades, consultoria à pessoa física para abertura de empreendimentos e ministrando palestras sobre temas diversos voltados ao universo da micro e pequena empresa. Nesse período, também coordenei a realização de importantes eventos que incrementaram os negócios nas regiões citadas, destacando-se a realização de duas Feiras de Indústria e Comércio da Zona Oeste, dois Encontros de Negócios do Porto de Sepetiba e sete Encontros Anuais de Mulheres Empreendedoras. Devido à experiência acumulada ao longo do tempo, lancei o livro *Criação de Novos Negócios: Gestão de micro e pequenas empresas*, publicado em fevereiro de 2002, pela editora Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Por conhecer as principais lideranças do poder público, sociedade civil e iniciativa privada em toda a região atendida pela ADR Zona Oeste/Costa Verde, a partir de abril deste mesmo ano, fui designada para trabalhar ligada à Unidade de Desenvolvimento Local (UDL). Na ocasião, aceitei uma proposta que representava grande desafio profissional: implantar e coordenar as ações dos Fóruns DLIS<sup>6</sup> nos seguintes municípios da Costa Verde do Rio de Janeiro: Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Devido ao conhecimento obtido, principalmente no processo de implantação e condução desses Fóruns, em outubro do mesmo ano, fui convidada para coordenar, no Rio de Janeiro, as ações da parceria Sebrae – Projeto Managé.

Um dos principais motivos da escolha do Projeto em questão foi a necessidade de aprofundar meus conhecimentos profissionais no que diz respeito à participação do poder público municipal e da sociedade civil organizada na gestão de recursos hídricos. Apesar de existirem vários estudos sobre o Projeto Managé, não há conhecimento sobre nenhum que envolva o CMDS, muito menos a participação e atuação de seus conselheiros.

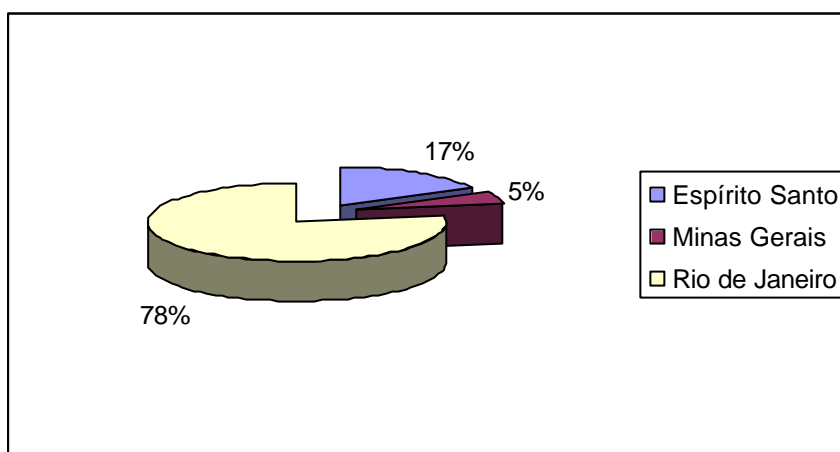
Para efeito do presente estudo, foram selecionados os cinco municípios do Rio de Janeiro pertencentes ao Projeto Managé: Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, pertencentes à região Norte do estado, e Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai, pertencentes à região Noroeste. Tais cidades foram escolhidas em virtude do trabalho que desenvolvia, por meio da UDL, na bacia do rio Itabapoana, como coordenadora estadual do Projeto atuando na parte que cabia ao Sebrae/RJ.

---

<sup>6</sup> Fóruns de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, conduzidos de acordo com metodologia do Sebrae Nacional.

O período analisado foi aquele no qual o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira estava em vigor, correspondido entre abril de 2002 a junho de 2004. É importante ressaltar que, de acordo com dados do IBGE, a população<sup>7</sup> dos municípios do Rio de Janeiro escolhidos para o estudo é de 528.359, o que corresponde a 78% da população da bacia, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 População residente estimada da bacia do rio Itabapoana



Fonte: IBGE (2000)

## ii) Organização do estudo

Buscando aprofundar ainda mais meus conhecimentos no que diz respeito ao tema Projetos Sociais, tive a oportunidade de cursar a disciplina Gestão Social II, na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebape), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Devido a isso, é importante considerar que o presente estudo está inserido em uma pesquisa mais abrangente sobre *Desenvolvimento local e cidadania* em que, por mais de um semestre, foi discutido todo um referencial teórico a respeito desse assunto, que resultou em um relatório<sup>8</sup> composto por três capítulos divididos da seguinte forma: o Capítulo I trata do conceito de cidadania; o Capítulo II discorre sobre o conceito de desenvolvimento local, que orientou o processo de análise deste caso e também de seis municípios do Agreste Meridional do estado de Pernambuco; seis municípios da microrregião de Lavras, localizada no sul de Minas Gerais; o município de Nova Friburgo e cinco municípios da região Centro-Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro e 24 municípios do Rio Grande do Sul, e o Capítulo III, aborda a questão do

<sup>7</sup> População residente estimada (2004).

desenvolvimento local com cidadania, envolvendo os aspectos relacionados à participação cidadã e ao poder público no que diz respeito aos processos de desenvolvimento local. Essas pesquisas estão amparadas pelo Programa de Estudo em Gestão Social (Pegs), da Ebape da FGV, coordenado pelo professor Fernando Guilherme Tenório.

O Pegs, além do Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da FGV, estabeleceu parceria acadêmica com outros programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, tais como Programa de Gestão Pública e Cidadania da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp), da FGV; Curso de Mestrado em Desenvolvimento, da Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); Programa de Desenvolvimento Local e Gestão Social (PDGS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Programa de Pós-graduação em Administração (mestrado e doutorado), principalmente na linha de pesquisa em Gestão Social e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Escola de Governo da Universidade do Chile, e o Instituto de Governo e Organização Pública da Universidade Autônoma de Barcelona.

A presente dissertação foi estruturada da seguinte forma: Capítulo 1 descreve a metodologia do estudo; Capítulo 2 apresenta a concepção do Projeto Managé; Capítulo 3 trata as características da bacia do rio Itabapoana; Capítulo 4 aborda o Sistema de Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio Itabapoana (Sisgebi); Capítulo 5 aborda conceito sobre gestão social; Capítulo 6 discorre sobre o CMDS; Capítulo 7 apresenta a análise das entrevistas realizadas; e concluindo, o último capítulo apresenta a conclusão da análise das entrevistas, abordando os resultados alcançados por meio do presente estudo.

Antes de dar continuidade à descrição do presente estudo, é importante observar que o Apêndice desta dissertação, junto com o Capítulo 5, é parte integrante do referencial teórico do trabalho, realizado em conjunto com os demais participantes da pesquisa na qual, por mais de doze meses, foi realizada a discussão sobre os temas: cidadania, desenvolvimento local, desenvolvimento local com cidadania e metodologia da pesquisa.

---

<sup>8</sup> Apêndice da dissertação.

Além dos motivos apresentados, para a elaboração desta dissertação todo o processo de discussão referente aos temas Cidadania e Gestão Social, ligados a questões referentes ao gerenciamento sustentável de recursos hídricos, foi desenvolvido de acordo com as áreas de concentração e linhas de pesquisa atualmente em curso no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC): cidadania e políticas públicas; história política do Brasil republicano e memória, acervos e bens culturais desenvolvidos pelo CPDOC.

Nos últimos tempos, é cada vez maior o número de investimentos que abrange as áreas de bens culturais e projetos sociais. Tais projetos vêm crescendo em decorrência da proliferação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações, fundações, institutos, entre outras iniciativas sem fins lucrativos, que visam realizar trabalhos de desenvolvimento sustentável juntamente com o poder público e a iniciativa privada. É importante comentar que o gerenciamento do Projeto Managé envolve uma gama considerável de investimentos financeiros e também de recursos humanos, que precisam estar qualificados para exercerem suas funções.

### **iii) Objetivos**

#### **Objetivo final**

Analisar a forma de atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e sua contribuição para a gestão dos recursos hídricos nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Porciúncula, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai, no estado do Rio de Janeiro, pertencentes à bacia do rio Itabapoana.

#### **Objetivos intermediários**

- Verificar as condições institucionais locais que favorecem as formas de mobilização social e a participação dos conselheiros;
- Descrever a relação existente entre o poder público e a sociedade civil organizada;
- Analisar a contribuição do CMDS para o desenvolvimento dos municípios.

#### **iv) Relevância e justificativas**

O estudo do CMDS foi importante, visto que contribuiu com o levantamento de informações referentes à avaliação do modelo de gestão do Projeto Managé, sustentando o entendimento e a interação dos representantes de instituições governamentais e da sociedade civil organizada, ou seja, das diversas formas de participação que visam a interesses coletivos, especialmente, neste caso, gestão sustentável de recursos hídricos.

Pode-se dizer que o Projeto Managé é relativamente novo e existem poucos estudos realizados sobre o mesmo, portanto, como está sendo implementado, ainda há muito que aprender nesse processo. Vale ressaltar, também, que permitirá novas pesquisas e desdobramentos, pois trata da verificação da experiência prática, que pode resultar em novas ações para melhorar a condução do desenvolvimento e o aperfeiçoamento do Projeto.

As informações obtidas neste estudo serão disseminadas não somente para o Sebrae Nacional e demais estados envolvidos diretamente no Projeto, a saber, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, como para todo o Sistema Sebrae. Deve ser considerada, também, a possibilidade de prestar grande contribuição para o estabelecimento de determinados procedimentos dentro da própria instituição, no que diz respeito à avaliação no estabelecimento de novos convênios e parcerias devido ao fato de estar fornecendo informações relevantes para os trabalhos que envolvem questões ligadas ao desenvolvimento local e territorial.

Vale ressaltar que a elaboração de uma dissertação de final de curso do Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, tendo como objetivo principal analisar a forma de atuação do CMDS e sua contribuição para a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana, nos cinco municípios do Rio de Janeiro, é de extrema relevância por apresentar total consonância com as questões que afetam o exercício da cidadania e também de políticas públicas.



## **CAPÍTULO 1: METODOLOGIA**

De acordo com Vergara (2004), existem diversos tipos de pesquisa, e este capítulo tem como objetivo a apresentação da metodologia utilizada no presente estudo no que diz respeito ao tipo de pesquisa, quanto aos fins e quanto aos meios, o universo e a amostra pesquisados. Serão abordados também a coleta e o tratamento de dados, bem como as limitações do método de estudo.

### **1.1 Tipos de Pesquisa**

Para o presente trabalho, foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, e aplicação de pesquisa aberta<sup>9</sup>. Para o levantamento de informações foram utilizados estudos bibliográficos, bem como estudo de campo permitindo a utilização de dados primários e secundários. Ainda segundo a mesma autora, de acordo com as diversas taxionomias de tipos de pesquisas, o presente estudo segue dois critérios básicos que podem ser classificados quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada em descritiva e explicativa. Descritiva, pois teve o objetivo de analisar a forma de atuação do CMDS e sua contribuição para a gestão de recursos hídricos nos cinco municípios do Rio de Janeiro pertencentes à bacia do rio Itabapoana; e explicativa, já que teve o intuito de apresentar as condições institucionais locais que favorecem as formas de mobilização social e a participação dos conselheiros no Conselho, e a respectiva contribuição para o desenvolvimento dos municípios estudados.

Quanto aos meios, identifica-se como uma pesquisa de campo, documental, bibliográfica e estudo de caso. De campo, porque foi realizada investigação empírica no território selecionado para o devido estudo; documental, devido à análise de documentos e materiais concedidos por entrevistados e também consultados em universidades, prefeituras, instituições e empresas; bibliográfica, porque na etapa preliminar, como fontes primárias e secundárias, foram levantados, por meio de consultas, materiais disponíveis sobre o Projeto Managé

---

<sup>9</sup> Consta, como apêndice desta dissertação, um relatório contendo todos os roteiros utilizados bem como as 38 entrevistas válidas, totalizando 132 páginas de entrevistas.

produzidos pela UFF, Sebrae, Consórcio dos Municípios do Itabapoana, livros, jornais, revistas, catálogos, redes eletrônicas, dissertações e teses. Foram consultadas, também, leis e

que trabalhavam exclusivamente para o Projeto Managé, composta por cinco gestores municipais, três consultores e um técnico, conforme tabela 2 abaixo.

Tabela 2 Universo da pesquisa

UNIVERSO DA PESQUISA						
Municípios	Poder Público (membros natos <sup>10</sup> )	Sociedade Civil (membros eleitos <sup>11</sup> )	Gestor	Consultor	Técnico	Total
Bom Jesus do Itabapoana	10	22	01	0	01	34
Campos dos Goytacazes	16	29	01	01	0	47
Porciúncula	16	32	01	0	0	49
São Francisco do Itabapoana	12	22	01	01	0	36
Varre-Sai	16	25	01	01	0	43
Total	70	130	05	03	01	209

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

Para efeitos da pesquisa, foram selecionados cinco municípios do Rio de Janeiro pertencentes à bacia do rio Itabapoana<sup>12</sup>: Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai. Vale ressaltar que tal escolha foi decorrente da facilidade de acesso aos dados, de informações e pessoas envolvidas devido à condução permanente dos trabalhos, como coordenadora estadual do Projeto no âmbito da atuação do Sebrae nos respectivos municípios.

A amostra dos entrevistados foi baseada no método não probabilístico definida pelos critérios de amostragem, composta por 38 (trinta e oito) cidadãos, englobando 30 conselheiros, sendo 15 (quinze) representantes dos poderes públicos locais e 15 (quinze) da sociedade civil organizada, quatro gestores municipais do Projeto, três consultores e um técnico do Sebrae/RJ<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Membros natos – representantes do poder público municipal (a definição será abordada no decorrer do estudo).

<sup>11</sup> Membros eleitos – representantes da sociedade civil organizada (a definição será abordada no decorrer do estudo).

<sup>12</sup> Conforme citado na Introdução, de acordo com dados do IBGE, a população destes municípios corresponde a 77% da população geral da bacia. Somente a população residente estimada do município de Campos dos Goytacazes representa 62,28% da população total da bacia.

<sup>13</sup> Escolhido por trabalhar em um Balcão Sebrae/RJ da região e atuar no Projeto Managé desde o início do Convênio.

De acordo com o critério de definição estabelecido, a amostra foi composta por 15% do universo de 200 conselheiros, sendo 21% de representantes do poder público e 12% da sociedade civil organizada, 100% do universo de consultores e técnico do Sebrae/RJ e 80% do universo de gestores municipais, o que corresponde a 18% do universo total, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3 Amostra das entrevistas válidas realizadas

AMOSTRA DAS ENTREVISTAS						
Municípios	Poder Público (membros natos)	Sociedade Civil (membros eleitos)	Gestor	Consultor	Técnico	Total
Bom Jesus do Itabapoana	02	04	01	0	01	08
Campos dos Goytacazes	03	03	01	01	0	08
Porciúncula	03	03	01	0	0	07
São Francisco do Itabapoana	04	03	0	01	0	08
Varre-Sai	03	02	01	01	0	07
Total	15	15	04	03	01	38
Percentual de representantes	21%	12%	80%	100%	100%	18%

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

Ainda conforme a mesma autora, a amostra teve como base o método estratificado e de tipicidade. Estratificada, pois houve a preocupação de corresponder aos critérios qualitativos levando em consideração o “recorte”, ou seja, o número de entrevistados necessários relevantes para efeitos de comparação que foi definido em, no mínimo, 10% do universo total; e por tipicidade, devido ao fato de terem sido feitas baseando-se na função e no cargo dos entrevistados perante o Conselho, bem como no conhecimento prévio da experiência e na atuação de cada um em diversas organizações sociais.

É importante ressaltar o fato de a maioria dos conselheiros entrevistados fazer parte de outros Conselhos e, também, de outras entidades, o que proporcionou riqueza de respostas no sentido de melhor observância e comparação dos resultados obtidos. Foi dada prioridade aos conselheiros que atuaram desde a implantação do CMDS (foco da pesquisa). Também vale a pena mencionar que as entrevistas da equipe do Sebrae/RJ, envolvendo gestores, consultores e técnico, foram de extrema relevância, visto que serviram de base para auxiliar o desenvolvimento e a análise do presente estudo.

### 1.3 Coleta de dados

Os dados foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas envolvendo livros, dicionários, redes eletrônicas, jornais, revistas, catálogos, dissertações e teses, legislações pertinentes e portarias federais, estaduais e municipais, decretos, normas, estatutos, regimentos internos, convites, atas e listas de presença de reuniões e também de cursos, palestras e seminários, além de relatórios técnicos e de atividades sobre o estudo em questão, bem como em materiais produzidos pela UFF, Sebrae e Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana.

Também foi realizada pesquisa documental nos arquivos do Projeto Managé, na UFF<sup>14</sup>, em prefeituras, no Consórcio de Municípios da Bacia do rio Itabapoana, no Sebrae Nacional, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, conforme estudo de documentos e materiais.

Para consubstanciar o presente estudo, foi realizada pesquisa de campo optando pela utilização do método de história oral por meio da realização de entrevista temática e semi-estruturada. A pesquisa teve de ser realizada em três etapas: a primeira etapa em outubro de 2003, a segunda em julho de 2004, e a terceira em março de 2005. Essas etapas foram decorrentes das dinâmicas dos trabalhos realizados pelo Sebrae na bacia.

Na primeira etapa, foram entrevistadas 28 pessoas<sup>15</sup>, e estabelecidos três roteiros: o roteiro I foi direcionado para o conselheiro representante do poder público, o roteiro II para o conselheiro representante da sociedade civil organizada, gestores municipais, consultores e técnico do Sebrae, e o roteiro III para os cidadãos<sup>16</sup>. Esses roteiros tiveram origem quando da realização de um trabalho da disciplina Sociologia, com vistas a corresponder aos objetivos finais da pesquisa<sup>17</sup>.

Foi solicitado o apoio dos gestores municipais no que diz respeito à escolha dos entrevistados<sup>18</sup>. As entrevistas foram agendadas pessoalmente e por contato telefônico, no

---

<sup>14</sup> Escritório localizado na UFF, em Niterói (RJ).

<sup>15</sup> Somente 20 entrevistas foram aproveitadas devido às informações obtidas nas demais não corresponderem aos objetivos iniciais.

<sup>16</sup> Não pertencentes ao CMDS.

<sup>17</sup> Previamente apresentada em forma de projeto no início do Mestrado.

<sup>18</sup> Tendo como base os critérios definidos citados anteriormente.

qual os gestores explicaram os objetivos da mesma. Em função da impossibilidade de alguns conselheiros (agendados previamente), novas entrevistas tiveram de ser marcadas e realizadas no decorrer do processo. Durante a análise e o tratamento dos dados desta etapa, foi verificado que, por diversos motivos, a mesma não conseguiu abranger uma amostra significativa e nem obter dados relevantes. Devido a isso, houve a necessidade de realizar nova entrevista que pudesse abranger, desta vez, ao menos 10% do número total de conselheiros para se atingir aos objetivos inicialmente propostos.

Na segunda<sup>19</sup> e terceira etapas, 18 pessoas foram entrevistadas<sup>20</sup>, perfazendo um total de 46 entrevistas temáticas (entre válidas e não válidas). Em ambas as etapas, foi utilizado um roteiro único, roteiro IV, tanto para o poder público como para a sociedade civil organizada, consultor e gestor<sup>21</sup>. Vale ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e os locais foram determinados pelos próprios entrevistados, conforme a disponibilidade. Como exemplo, pode-se citar que algumas foram realizadas no lugar de trabalho, tais como em prefeituras, lojas, escritórios, Balcão Sebrae, câmaras municipais e também em residências e associações.

A partir de julho de 2004, como já não vigorava mais o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira mantido entre o Sebrae e a UFF, na segunda e terceira etapas, a pesquisadora manteve contato telefônico com alguns conselheiros e solicitou ajuda às pessoas que atuaram, na época, como gestores, e também de alguns entrevistados, durante o período em que permaneceu nos municípios. No contato pessoal mantido com os entrevistados, foi explicado de forma mais abrangente os objetivos da pesquisa e também apresentado o roteiro de entrevista. Após esse procedimento, foi realizada a gravação da entrevista e, ao término, foi solicitada autorização por meio de assinatura do termo de “Cessão de direitos sobre depoimento oral<sup>22</sup>”.

---

<sup>19</sup> Na segunda etapa foram realizadas somente quatro entrevistas e, devido a isso, houve a necessidade de se fazer novas entrevistas (terceira etapa).

<sup>20</sup> Todas as entrevistas foram consideradas.

<sup>21</sup> As entrevistas envolvendo os cidadãos foram descartadas em função dos propósitos da pesquisa.

<sup>22</sup> Encontra-se no apêndice “Entrevistas”.

Vale a pena citar que, para a realização de todas as entrevistas mencionadas anteriormente, foram percorridos, aproximadamente, 3.600 quilômetros, durante 15 dias<sup>23</sup>, além da gravação e transcrição de 23 horas de entrevistas<sup>24</sup>.

De acordo com as conclusões obtidas por meio das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, pretendeu-se estabelecer uma correlação entre estes tipos a fim de apurar a atuação e a contribuição do CMDS para o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos da bacia nos municípios do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em períodos diferentes, o que permitiu melhor acompanhamento e avaliação dos trabalhos, proporcionando uma dimensão diacrônica das experiências de cada CMDS pesquisado.

#### **1.4 Tratamento dos dados**

Os dados apurados nas etapas descritas anteriormente foram de suma importância no sentido de, após sua interpretação e análise, auxiliar no estabelecimento de uma correlação entre os discursos do poder público, da sociedade civil organizada, gestores municipais, consultores e técnico, no que diz respeito à forma de atuação do CMDS e a respectiva contribuição para a gestão dos recursos hídricos da bacia.

... o tratamento de dados exige um método que nos permita ir além do fenômeno da comunicação e da linguagem, distinguindo aparência de essência; que nos chame a atenção para o caráter contraditório das coisas e das afirmações do pensamento; e que nos leve a olhar para os objetos e as produções humanas como coisas que se relacionam e constituem em um processo totalizante. O método escolhido é, pois, o dialético (Vergara, apud Gurgel, Cláudio Branco, Paulo Durval, 2004, p. 60).

O método utilizado para analisar as entrevistas foi o da análise de discurso, conforme Gill (2003). Nesse sentido, buscou-se realizar uma leitura cuidadosa para verificar o conteúdo e a forma dos discursos, como também interpretar as argumentações apresentadas, mantendo a neutralidade. Houve também o compromisso de verificar com profundidade as diversas formas de conhecimentos que englobam as questões sociais ligadas à parte prática do Projeto.

---

<sup>23</sup> Não consecutivos.

<sup>24</sup> Entre válidas e não válidas.

A realização da análise do presente trabalho contou com as seguintes etapas: 1ª. Criação do roteiro de entrevista; 2ª. Agendamento prévio das entrevistas; 3ª. Realização das entrevistas; 4ª. Transcrição das entrevistas; 5ª. Leitura e análise dos assuntos tratados buscando uma correlação com os objetivos propostos; 6ª. Realização da análise das entrevistas por município estudado; 7ª. Referindo-se à conclusão da análise; e a 8ª. e última etapa a elaboração da tabela 11 abordando os aspectos positivos e negativos do CMDS, que auxiliaram o processo de análise das entrevistas.

### **1.5 Limitações do método**

Com o término do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, em junho de 2004, não havia mais gestor para entrar em contato e agendar as entrevistas e, com isso, enfrentou-se grande dificuldade para localizar os conselheiros, principalmente do poder público, pois a grande maioria não atuava mais no cargo que ocupava anteriormente, devido à mudança de governo.

Outras dificuldades encontradas referem-se às longas distâncias percorridas entre os municípios e a falta de disponibilidade de alguns entrevistados considerados fundamentais para a pesquisa. Como exemplo, não foi possível entrevistar nenhum prefeito dos municípios estudados, apesar de ter sido feito agendamento prévio. Portanto, o roteiro teve de ser adaptado para não perder de vista os objetivos prévios da pesquisa.

Outro fato que deve ser destacado é que na terceira etapa foi solicitada aos entrevistados a assinatura da cessão formal de direitos da entrevista e, com isso, pôde-se verificar que os entrevistados dessa etapa não se mostraram tão à vontade em expressar suas opiniões como os da primeira e da segunda etapa (que não tiveram de se identificar formalmente).

Um assunto importante não pode deixar de ser comentado: quando da realização da segunda e terceira etapas, todos os Conselhos, sem exceção, haviam paralisado suas atividades no decorrer de 2004<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Os motivos serão descritos no decorrer do presente estudo.



## **CAPÍTULO 2: A CONCEPÇÃO DO PROJETO MANAGÉ**

### **2.1 Contexto histórico**

De acordo com registros, em março de 1995, técnicos das prefeituras dos municípios de Bom Jesus de Itabapoana (RJ), onde está localizada a sede do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, pertencente à UFF, e de Bom Jesus do Norte (ES), solicitaram à Universidade que fossem realizadas experiências de repovoamento de peixes no rio Itabapoana. A região apresentava um grave problema social e econômico no que diz respeito às poucas ofertas de trabalho e ao aumento da pobreza. O peixamento<sup>26</sup>, portanto, apresentava-se como uma das alternativas para diminuir a pobreza<sup>27</sup> e recuperar o potencial pesqueiro do rio Itabapoana, por meio da geração de renda e complementação alimentar da população carente da região.

No alto do curso do rio, o cultivo do café, com o solo sem proteção de cobertura vegetal, provocou a erosão e o assoreamento de seu leito e margens. Além disso, alguns fatores contribuíram para a poluição, tais como o uso indiscriminado de agrotóxicos, o lançamento de esgoto doméstico e o desmatamento (Projeto Managé, 1997, p. 7). Em alguns municípios houve a retirada das matas das nascentes de águas e matas ciliares, resultando na extinção de afluentes importantes para desova de espécies nativas.

Devido à complexidade de tal pedido, considerando as diversas questões sociais, políticas, econômicas, ecológicas e culturais presentes nesse território, a UFF fez uma reunião com professores, técnicos de instituições sediadas na região e representantes municipais, com o objetivo de propor um projeto, com fundamentação científica, que contemplasse toda a bacia do rio Itabapoana. Naquela época, devido às dificuldades apresentadas, o peixamento foi englobado em uma proposta de estudos mais abrangente para a gestão sócioambiental que envolvia o desenvolvimento daquela bacia hidrográfica, aliada aos interesses acadêmicos, científicos, ecológicos e humanitários.

---

<sup>26</sup> Peixamento é o ato de povoar peixes em determinado ambiente aquático.

<sup>27</sup> Nessa época, acontecia um movimento nacional de formação de comitês municipais de cidadania para o combate à fome liderado por Herbert de Souza, sociólogo conhecido como Betinho. Várias iniciativas foram desenvolvidas com esse cunho.

De acordo com documentos consultados, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e a Coordenadoria de Ciências Agrárias e Meio Ambiente (Exama), da UFF, já haviam manifestado interesse em trabalhar o tema Gestão de Águas tendo uma bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação. Restava, então, verificar a área onde seria implantada. Devido a esses motivos, a bacia do rio Itabapoana foi selecionada por apresentar condições técnicas que comportavam os projetos da Coordenadoria de Meio Ambiente, criada em novembro de 1994, e vinculada à Pró-Reitoria de Extensão.

Conforme o relatório do Projeto Managé (2001), a integração foi um fator de aprimoramento da prática da interdisciplinaridade e da interinstitucionalidade na Universidade e nos diversos órgãos públicos envolvidos. Dessa forma, estava de acordo com a política de implantação de projetos integrados na área sócioambiental, que visava agrupar vários departamentos acadêmicos em um mesmo programa, reunindo alunos, professores, pesquisadores e técnicos.

Em abril de 1995, o Projeto começou a ser elaborado na sua concepção acadêmica. Tratava-se de uma oportunidade de reunir a população para preservar e recuperar o ambiente da bacia por meio da apresentação de propostas que visassem à diminuição da pobreza e ao aumento de postos de trabalho.

Sendo assim, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana, denominado Projeto Managé, foi oficialmente lançado em 1997, tendo como propósito o estabelecimento de ações integradas baseadas no planejamento local e regional, no desenvolvimento de atividades conjuntas por meio da gestão participativa atendendo as necessidades de cada município, visando à eliminação da pobreza, à recuperação do meio ambiente e à melhoria na qualidade de vida da população da bacia. Nesse sentido, apresentou também estar de acordo com os critérios de aceitação das entidades de promoção e desenvolvimento, em especial o Ministério do Meio Ambiente, engajado na elaboração da Lei Federal de Recursos Hídricos Brasileira (Lei nº 9.433/97), e na busca de um modelo de gestão para bacias hidrográficas.

Ao mesmo tempo, debatia-se um processo de elaboração de modelo de gestão, utilizando os exemplos franceses e americanos, executado no Brasil a partir da década de 1980 e, posteriormente, implementado com a Lei de Recursos Hídricos Brasileira. A partir de 1997, foi institucionalizada a Política Nacional de Recursos Hídricos e, também, foi criada a

Agência Nacional de Águas (ANA), resultando, com isso, a adoção de um novo conceito regional de bacias hidrográficas, transpassando as fronteiras estaduais.

## **2.2 Objetivos do Projeto Managé**

Conforme exposto anteriormente, visa ao estabelecimento de ações integradas baseadas no planejamento local e regional por meio da gestão participativa atendendo, assim, às necessidades de cada município, tendo como objetivos a eliminação da pobreza, a recuperação do meio ambiente e a melhoria na qualidade de vida da população da bacia.

De acordo com o relatório do Projeto Managé (1997), esses objetivos envolvem:

- a recuperação das condições ambientais no que diz respeito à qualidade das águas, matas ciliares e cobertura florestal das nascentes dos rios, da produtividade dos solos e da ictiofauna;
- a realização de ações na área de educação ambiental reforçando a auto-estima municipal e regional, a promoção da saúde, da organização social, e a diminuição de conflitos de interesses;
- a capacitação dos diversos atores sociais envolvidos no desenvolvimento da bacia em questão, treinamento de professores, técnicos agrícolas, agricultores e agentes de saúde;
- a proposta de ações no que diz respeito ao saneamento básico (tratamento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e disposição final de resíduos sólidos), saúde e de segurança pública;
- a estimulação da intervenção dos órgãos executores e
- a elaboração de um modelo de gestão ambiental e pública tendo como eixo a bacia hidrográfica, de acordo com a Lei nº 9.433/97, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Todos estes objetivos estão relacionados à questão de recursos hídricos, mas envolvem diversos aspectos no que diz respeito ao desenvolvimento local. Tomando como base o último item, é que se pretendeu verificar a atuação do modelo de gestão ambiental e pública proposto, baseado na Lei Federal nº 9.433/97.

## **CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS DA BACIA DO RIO ITABAPOANA**

### **3.1 Conceito de bacia hidrográfica**

Um dos pontos primordiais na gestão dos recursos hídricos é o domínio das águas, que envolve a articulação entre a União, os estados e os detentores das águas<sup>28</sup> na bacia (municípios, usuários e sociedade civil). A Lei nº 9.433/97 tem como objetivo o estabelecimento de acordos entre todos os envolvidos nessa questão, fato completamente novo no Brasil. Sendo assim, considera bacia hidrográfica unidade de planejamento e gestão, e prevê que a formação do comitê de bacia hidrográfica deve partir da sociedade civil organizada, de suas lideranças, de associações intermunicipais e do poder público.

Recurso hídrico pode ser definido como água com valor econômico. Nem o Código de Águas, nem a Lei nº 9.433/97, estabeleceram as diferenças entre “águas” e “recursos hídricos”. Da mesma forma que o petróleo, a água é um recurso natural e limitado (bem de domínio público) com valor econômico. Portanto, à medida que se torna um recurso cada vez mais escasso, aumenta o interesse em torno de seu uso, envolvendo poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada. Sendo assim, a água é um bem suscetível de valoração, e sua utilização deve ser passível de cobrança devido ao seu valor econômico.

De acordo com o art. 43 do Código Civil, a água no leito do rio e ligada ao solo é um bem imóvel, tornando-se um bem móvel quando retirada. A Carta Européia da Água diz que a água é um patrimônio de todos, e seu valor também deve ser percebido por todos. Cada cidadão deve economizar e utilizá-la com o devido cuidado, e a gestão dos recursos hídricos deve-se dar no aspecto da bacia hidrográfica e não das fronteiras administrativas e políticas. Granziera (2001, p. 26) cita que “Não há como negar a prevalência do interesse público sobre o privado no que se refere aos recursos hídricos, inclusive pelo fato de serem eles considerados recursos ambientais, e a Lei nº 9.433/97 tê-los declarado como bens de domínio público”.

---

<sup>28</sup> Não serão consideradas neste estudo as águas minerais, por terem seu código específico.

Além dessa Lei, a Lei Federal nº 9.984/00 e as leis dos estados visam resolver os complexos problemas de poluição e escassez, como também melhorar e proteger os recursos hídricos. É importante mencionar que a água também envolve aspectos negativos, dentre eles as inundações, que têm causado diversos estragos à vida das pessoas. Portanto, a criação de órgãos de cooperação foi no sentido de tornar mais viável a gestão dos recursos hídricos por meio do planejamento e do controle de forma participativa. Todos os princípios ligados à água e ao meio ambiente se originaram no direito internacional por meio de tratados e conferências internacionais.

### 3.1.1 Rio e bacia hidrográfica

Para definir o conceito de rio (pois existem vários), é importante identificar os diversos elementos que o constituem, sendo, os mais importantes, o volume da água e a sua extensão. Granziera (2001, p. 31) descreve que “Segundo Pádua Nunes, citando Daniel de Carvalho, a água corrente, as margens e o leito são os três elementos que formam o rio, como partes integrantes de um todo”.

De acordo com o Ferreira (1986), “bacia hidrográfica, bacia de drenagem ou bacia fluvial é o conjunto das terras drenadas por um rio e por seus afluentes”. Ou seja, uma bacia hidrográfica é composta por um rio, seus afluentes e suas águas subterrâneas, formando um sistema hidrográfico. Granziera (2001, p. 37) comenta sobre as definições de dois autores: “Para Pádua Nunes, “a bacia hidrográfica de um rio é formada pelo território do qual pode afluir água para esse rio”, e “para Manuel Inácio Carvalho de Mendonça, dá-se o nome de bacia ao conjunto das terras cujas águas todas se lançam em um rio de ambas as margens”, e também que é “uma porção do território cujas águas têm por derivativo ou escoadouro um rio”. Sendo assim, de acordo com essas definições, pode ser considerada não somente como o vale que um rio atravessa como também o de seus afluentes. A Lei nº. 9433/97, em seu Título I, Capítulo I - dos Fundamentos, descreve que bacia hidrográfica é uma “Região limitada pelos divisores de água, formada por um rio principal e seus afluentes”.

### 3.1.2 Bacia hidrográfica como instrumento de planejamento e gestão

O conceito mais contemporâneo de bacia hidrográfica se denomina “bacia integrada”, inserido, em 1956, nos trabalhos da Internacional Law Association, em Dubrovnik. De acordo com este conceito, os estados devem cooperar de forma que assegurem a exploração completa

dos recursos hidráulicos, e a bacia fluvial deve ser considerada como um todo no que diz respeito à integração, e a água deve ser utilizada, de todas as maneira possíveis, a fim de que todas as partes interessadas usufruam adequadamente.

A gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas tem como princípio implantar novas formas que visem ao melhor aproveitamento racional da água, principalmente, devido à crescente escassez dos recursos, de forma que continue a promover o desenvolvimento econômico, cultural e social das regiões. Granziera (2001) cita que a Carta Européia da Água estabelece, em seu art. 11, que “a gestão dos recursos hídricos deve inserir-se no âmbito da bacia hidrográfica natural e não no das fronteiras administrativas e políticas”. A Lei nº 9.433/97, em seu art. 1º, inciso V, estabelece que “A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, posicionamento adotado nas leis estaduais sobre política e gerenciamento de recursos hídricos”.

Da mesma forma, a Lei Estadual nº. 3.329/99 institui a política estadual de recursos hídricos e, em seu inciso 2º, consta que: “A bacia ou região hidrográfica constitui a unidade básica de gerenciamento dos recursos hídricos”. Por esta razão, deve ser realizado um planejamento para melhor utilização e aproveitamento dos recursos ligados a uma bacia hidrográfica. Dessa forma, a gestão dos recursos hídricos apresenta-se como uma maneira de solucionar a escassez de recursos por meio das funções administrativas, tais como planejamento, direção, controle e coordenação. Sendo assim, o planejamento dos recursos hídricos torna-se extremamente importante no que diz respeito à prevenção de possíveis danos e riscos ao meio ambiente. Trata-se de identificar algum problema, antecipadamente, a evitar resultados indesejáveis que comprometam a preservação ambiental. A verificação prévia dos impactos permite a implementação de normas e medidas de forma cautelosa.

O estabelecimento de leis, normas e regras não são suficientes para coibir a poluição do meio ambiente, devendo, assim, haver fiscalização e controle, principalmente no que diz respeito ao saneamento e à descarga de resíduos. Como a água sempre foi um recurso abundante, torna-se difícil compreender a adoção de uma política de pagamento por sua utilização. Porém, seu pagamento deve ser feito por todos que usufruem desse imprescindível recurso. Devido aos motivos apresentados, é inegável a necessidade atual de eliminar o desperdício e implementar mecanismos de controle do uso da água.

### 3.1.3 Gerenciamento dos recursos hídricos

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é responsável pela aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos (envolvendo também funções tais como planejamento e controle), com base na Lei nº 9.433/97. Trata-se de um novo tipo de organização que atua por meio da gestão integrada do uso da água. Para isso, existem algumas normas e regras jurídicas aplicadas com o objetivo de disciplinar o comportamento das pessoas, as atividades desenvolvidas por grupos e por associações e entidades. Existem também regras direcionadas à estruturação e ao funcionamento de órgãos, bem como suas formas de atuação, funcionamento e aplicação de procedimentos específicos de maneira que possa ser garantida uma ordem.

No sistema de gestão integrada dos recursos hídricos o processo de tomada de decisões não fica a cargo somente de quem detém o poder, ao contrário, todos participam das funções referentes ao planejamento, execução e acompanhamento. Conforme o art. 1º, VI, da referida Lei, “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade”. No Capítulo II, da Lei Estadual nº. 3.329/99, referente aos objetivos da política estadual de recursos hídricos, consta: “Promover a articulação entre União, Estados vizinhos, Municípios, usuários e sociedade civil organizada, visando à integração de esforços para soluções regionais de proteção, conservação e recuperação dos corpos de água.”

Os órgãos representativos da sociedade civil constituem uma maneira de atuação dos cidadãos. Nesse sentido, pode ser considerado como policracia, visto que se trata de um regime no qual o poder não se encontra no centro, e sim distribuído entre os setores representativos da sociedade. Os membros da sociedade civil organizada representam os interesses das suas respectivas instituições, visando que os interesses coletivos sejam atendidos da melhor forma. Espera-se, desse modo, que exista transparência na atuação das várias instâncias de poder (ARANHA, 1998).

Sendo assim, o poder público, os usuários e a comunidade devem participar juntos de ações visando à implementação das normas com vistas ao alcance dos objetivos. Tal fato permite que, mesmo os representantes de entidades que não são ligados à Administração Pública, façam parte de um sistema de gestão auxiliando o processo. Nesse sentido, todo o processo de

gestão de recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana é resultado de várias ações integradas que se dão por meio do Projeto Managé.

### **3.2 A mesorregião da bacia do rio Itabapoana**

A mesorregião<sup>29</sup> da bacia hidrográfica do rio Itabapoana localiza-se na região sudeste do Brasil e é limitada pelas bacias do rio Paraíba do Sul, ao sul, do rio Itapemirim, ao norte, do rio Doce, a oeste, e pelo Oceano Atlântico, a leste, sendo composta por 18 municípios<sup>30</sup>.

O principal curso d'água nasce na Serra do Caparaó, na divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais e atravessa os quatro municípios de Minas Gerais, onde é denominado inicialmente rio Caparaó e, depois, rio São João, passando a ser chamado rio Itabapoana. Constitui um limite geográfico natural fazendo divisa entre os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, e desemboca no Oceano Atlântico, entre os municípios de São Francisco do Itabapoana (RJ) e Presidente Kennedy (ES).

A região da bacia tem o clima tr



ambientais, sociais, políticas e econômicas. Neste caso, a bacia engloba três unidades federativas e 18 municípios delimitados por uma paisagem geográfica, dotada de um potencial econômico e de tradições culturais comuns. Tal divisão permite o crescimento de áreas limítrofes, potencializando os espaços territoriais os quais possuem valores compartilhados por meio de uma dimensão intangível, intrínseca a cada um desses espaços, e que vai além da demarcação administrativa dos municípios e estados. Permite, a partir dessa experiência, a implantação de projetos regionais e/ou microrregionais, compartilhando conhecimentos e experiências em âmbito federal.

Como o Projeto Managé estava situado em um contexto mesorregional, tornou-se necessário agrupar os municípios em três microrregiões: alto, médio e baixo Itabapoana. Essa integração permitiu melhor operacionalização das atividades pertinentes ao desenvolvimento da bacia, evitando, assim, a execução de diversas ações pulverizadas. Dessa forma, a divisão do território permitiu também que fossem compartilhadas as identidades, vocações e os valores regionais, que vão além dos limites físicos e administrativos dos municípios.

Figura 2 As microrregiões da bacia do rio Itabapoana



Fonte: Projeto Managé (1997).

Assim, no sentido de concentrar esforços de forma que pudesse agilizar a execução de atividades de mobilização e participação, foi feito um “recorte” no território onde a bacia foi dividida em três microrregiões, a saber:

**Alto Itabapoana:** abrange quatro municípios pertencentes ao estado de Minas Gerais – Alto Caparaó, Caiana, Caparaó e Espera Feliz, e dois do Espírito Santo – Divino de São Lourenço e Dolores do Rio Preto, totalizando seis municípios e uma população de 47.712 habitantes;

**Médio Itabapoana:** engloba dois municípios do Rio de Janeiro – Bom Jesus do Itabapoana Porciúncula e Varre-Sai, e quatro municípios pertencentes ao estado do Espírito Santo – Apiacá, Bom Jesus do Norte, Guaçuí e São José do Calçado, totalizando seis municípios e uma população de 116.218 habitantes;

**Baixo Itabapoana:** envolve três municípios pertencentes ao estado do Espírito Santo – Mimoso do Sul, Muqui e Presidente Kennedy, e dois do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, totalizando cinco municípios e uma população de 518.491 habitantes.

### **3.4 Informações socioeconômicas da bacia**

#### **3.4.1 Principais atividades econômicas**

De acordo com o Censo IBGE, em 2000, os municípios que compõem a bacia do rio Itabapoana apresentaram uma população urbana de 513.748 habitantes, e uma densidade demográfica de, aproximadamente, 19 habitantes por quilômetro quadrado, três vezes maior que a brasileira. Em 2004, conforme dados fornecidos por este mesmo Instituto, sua população residente era de 653.406 habitantes, distribuídos em 21% na área rural e 79% na área urbana. Pode-se verificar que apresentaram uma participação feminina superior à masculina, sendo constituída por 49% de homens e 51% por mulheres<sup>32</sup>, conforme tabela 5.

De acordo com esta mesma tabela, aproximadamente 21% da população da bacia reside em área rural, ou seja, é predominantemente urbana, sendo o maior município, Campos dos Goytacazes (RJ), com 406.989 habitantes, e o menor, Caiana (MG), com 4.367. Estes dados,

porém, merecem certo cuidado ao analisar a proximidade das áreas urbana e rural nesses municípios, pois as principais atividades da bacia são a agropecuária e a agroindústria de base, é comum a população residir nos centros urbanos e trabalhar na zona rural, permitindo uma migração diária.

A região onde está localizada a bacia tem sua base econômica representada pelo setor primário e de serviços urbanos. Atualmente, a principal atividade econômica que caracteriza a bacia é a agropecuária, envolvendo a produção (em sua maior parte familiar) de cana-de-açúcar, café, pecuária de leite e de corte, mandioca, feijão, milho, frutas tais como limão, laranja, goiaba, abacate, maracujá, abacaxi etc, e olerícolas: tomate, pimentão, folhagens etc.

Tabela 4 População economicamente ativa

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA (2004)								PESSOAS OCUPADAS (2003)		
	TOTAL	HOMENS	%	MULHERES	%	ÁREA	%	ÁREA	%	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO - 10 OU MAIS ANOS	% DE ALFABETIZAÇÃO - 10 OU MAIS ANOS
									84%	349.698	69%
									81%	5.313	16%

essas atividades tradicionais não acompanharam os avanços tecnológicos que surgiram no decorrer dos tempos. Os estabelecimentos agropecuários formais<sup>33</sup> eram constituídos, basicamente, por 95,15% de microempresas legalizadas. De acordo com o cenário econômico brasileiro, torna-se necessária a implementação de novas tecnologias de produção, atualização de informações e capacitação gerencial envolvendo também ampliação e domínio de mercado.

A atividade industrial tinha certa expressividade e correspondia, aproximadamente 23,9% dos empregos gerados. Sua distribuição era, basicamente, de indústrias de micro e pequeno porte, rurais e caseiras ligadas à produção de aguardente, doces em conserva, laticínios, sucos de frutas e torradeiras de café.

O setor de serviços é o segundo gerador de empregos, chegando a 66,5% dos postos de trabalho concentrados, basicamente, em serviços urbanos, tais como concessionárias de água, energia elétrica e telefonia. O setor canavieiro encontra-se em processo de reestruturação, visto que poucas unidades conseguiram se manter no mercado. As atividades ligadas ao comércio são responsáveis por 7,2% dos empregos.

Com relação às atividades ligadas ao setor de turismo, merecem destaque os municípios litorâneos Presidente Kennedy (ES) e São Francisco de Itabapoana (RJ), devido à presença considerável de turistas, principalmente de Minas Gerais, que vão apreciar suas belas praias. Porém, essa atividade é sazonal, com mais intensidade no período de férias. A rede de serviços oferecida ainda é incipiente, prevalecendo o sistema de casas de verão, sendo assim, não apresenta uma demanda significativa de serviços de hotelaria e restaurantes. Já no alto Itabapoana, existe a Serra do Caparaó, que apresenta clima mais frio e um relevo montanhoso que recebe a visita de muitos turistas atraídos pelo turismo rural e ecológico. Portanto, a rede de serviços ainda está em desenvolvimento.

De acordo com dados pesquisados, não existe um programa mais abrangente de desenvolvimento específico dessa atividade com horizonte de médio e longo prazo. As poucas atividades existentes começar 6.75 ET 20.D -91 TD144Tw ( )rrria BT 228.D -94w Tc 0 -21 -044T-

expectativa de atrair um grande número de visitantes. Apresenta, ainda, condições precárias de saneamento básico, em alguns casos sem água tratada e na sua totalidade com índice zero no tratamento de esgoto e resíduos sólidos gerados. A taxa de analfabetismo é superior a 20%, e o nível de renda é considerado baixo.

Tabela 5 População e número de pessoas ocupadas na bacia do rio Itabapoana

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE (2000)			POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA (2004)	PESSOAS OCUPADAS (2003)		
	Urbana	Rural	Total		Agricultura	Indústria	Serviços
<b>RJ</b>	<b>426.980</b>	<b>78.615</b>	<b>505.595</b>	<b>528.359</b>	<b>4.366</b>	<b>13.522</b>	<b>35.520</b>
Bom Jesus do Itabapoana	27.425	6.230	33.655	35.595	283	482	2.507
Campos dos Goytacazes	364.177	42.812	406.989	422.731	3.596	12.553	30.246
Porciúncula	12.018	3.934	15.952	16.666	115	269	917
São Francisco do Itabapoana	19.228	21.917	41.145	45.140	327	184	1.116
Varre-Sai	4.132	3.722	7.854	8.227	45	34	734
<b>MG</b>	<b>18.147</b>	<b>16.421</b>	<b>34.568</b>	<b>35.860</b>	<b>187</b>	<b>160</b>	<b>1.501</b>
Alto Caparaó	3.329	1.344	4.673	5.197	27	2	289
Caiana	1.751	2.616	4.367	4.256	33	2	210
Caparaó	1.806	3.194	5.000	5.374	7	2	204
Espera Feliz	11.261	9.267	20.528	21.033	120	154	798
<b>ES</b>	<b>68.621</b>	<b>44.622</b>	<b>113.243</b>	<b>118.202</b>	<b>1.539</b>	<b>1.405</b>	<b>5.017</b>
Apiacá	4.886	2.729	7.615	7.933	113	49	251
Bom Jesus do Norte	8.332	894	9.226	9.874	48	213	422
Divino de São Lourenço	1.612	3.205	4.817	5.190	31	3	168
Dores do Rio Preto	3.185	3.003	6.188	6.662	28	98	211
Guaçuí	19.192	6.300	25.492	27.302	390	335	1.295
Mimoso do Sul	13.283	12.916	26.199	27.306	474	540	1.253
Muqui	8.642	5.028	13.670	13.696	158	54	434
Presidente Kennedy	2.530	7.025	9.555	9.618	176	19	558
São José do Calçado	6.959	3.522	10.481	10.621	121	94	425
<b>TOTAL</b>	<b>513.748</b>	<b>139.658</b>	<b>653.406</b>	<b>682.421</b>	<b>6.092</b>	<b>15.087</b>	<b>42.038</b>

Fonte: IBGE (2004).

### 3.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O crescimento populacional e o IDH revelam o desenvolvimento urbano do município. Em especial no Rio de Janeiro, a população dos municípios estudados cresceu nos últimos dez anos. Com relação ao Produto Interno Bruto<sup>34</sup> (PIB), vale ressaltar que somente a bacia de

<sup>34</sup> O PIB é um indicador que mede a produção de um país levando em consideração três principais grupos: 1) agropecuária, formada por agricultura extrativa vegetal e pecuária; 2) indústria, que engloba a extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e 3) serviços que incluem comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros serviços.

Campos, com sua produção de petróleo, representou 16% do PIB (2000) do estado, deixando este município em posição de destaque na geração de riqueza estadual. Apesar deste alto *input* de dólares, proveniente dos *royalties* do petróleo, Campos dos Goytacazes possui a segunda menor taxa de crescimento demográfico da bacia, com 0,86% e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>35</sup> (IDHM) de 0,752%, conforme pode ser observado nas tabelas 6 e 7.

Tabela 6 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (1991 a 2000)

MUNICÍPIOS	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM Renda (1991)	IDHM Renda (2000)	IDHM Longevidade (1991)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Educação (1991)	IDHM Educação (2000)
Bom Jesus do Itabapoana	0,662	0,746	0,6	0,689	0,632	0,699	0,754	0,851
Campos dos Goytacazes	0,684	0,752	0,649	0,693	0,625	0,697	0,778	0,867
Porciúncula	0,646	0,73	0,614	0,64	0,624	0,74	0,7	0,81
São Francisco do Itabapoana	0,584	0,688	0,497	0,616	0,682	0,734	0,572	0,715
Varre-Sai	0,6	0,679	0,565	0,636	0,596	0,62	0,638	0,782

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2004).

O IDHM dos municípios estudados varia de 0,679 (em Varre-Sai<sup>36</sup>) a 0,752 (em Campos dos Goytacazes), que expressa um médio desenvolvimento humano. Enquanto a taxa geométrica de crescimento humano demográfico (1991 a 2000, conforme tabela 7) varia entre 0,68% (em São Francisco do Itabapoana) e 1,33% (em Bom Jesus do Itabapoana).

Tabela 7 Taxa média geométrica de crescimento demográfico<sup>37</sup> de 1991 a 2000 (a.a)

MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (1991 a 2000 a.a)	PIB (R\$ mil)
<b>RJ</b>		
Bom Jesus do Itabapoana	1,33%	165.078
Campos dos Goytacazes	0,86%	2.462.608
Porciúncula	1,01%	68.545
São Francisco do Itabapoana	0,68%	150.995
Varre-Sai	1,09%	39.214

Fonte: Fundação CIDE – Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

<sup>35</sup> O IDH Foi criado para medir o nível do desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. O nível de educação é uma combinação da taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino com taxa de alfabetização de adultos, o de longevidade é mensurado de acordo com a expectativa de vida da população e o de renda é fornecido pelo PIB *per capita* medido em dólar-PPC (Paridade do Poder de Compra), calculado pelo Banco Mundial. Varia de zero a um e classifica os países com índices considerados de baixo, médio e alto desenvolvimento. Quanto mais próximo de um for o IDH, mais alto é o desenvolvimento humano.

<sup>36</sup> Menor IDHM do estado do Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> Indica o crescimento médio da população nos municípios nos últimos dez anos.

### 3.4.3 Receitas dos municípios

Os municípios estudados apresentaram um crescimento de receita tributária nos últimos cinco anos, envolvendo arrecadação de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre Serviços (ISS). O mesmo fato ocorreu com relação às transferências de recursos da União com aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme tabela 8 a seguir:

Tabela 8 Total de receitas e FPM (2003)

MUNICÍPIOS	RECEITAS (R\$1.000,00)	FPM (R\$1.000,00)
Bom Jesus do Itabapoana	1.654	4.041
Campos dos Goytacazes	27.319	13.789
Porciúncula	653	2.528
São Francisco do Itabapoana	1.316	4.551
Varre-Sai	82	1.525

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2004)

## **CAPÍTULO 4: SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA (SISGEBI)**

O Projeto Managé visa adotar um novo modelo de gestão de bacias hidrográficas direcionado para o desenvolvimento sustentável e, devido a isso, alguns procedimentos e componentes de gestão são diferentes dos que existem no território brasileiro, os quais estão relacionados a questões legais e à formação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH).

A legislação brasileira estabelece determinados limites de competência de atuação, gerando, com isso, fragmentação das questões ambientais por meio do estabelecimento de leis direcionadas ao meio ambiente, aos recursos hídricos, saneamento, entre outras. Porém, o meio ambiente deve ser considerado como um todo e, portanto, não se pode dissociar a gestão ambiental da gestão de recursos hídricos e da gestão pública. A questão relacionada à água está ligada a, praticamente, todas as questões ambientais.

Em muitas regiões do Brasil, os rios são utilizados como local de escoamento e depósito de lixo e esgoto. Para resolver esse tipo de questão é preciso haver a decisão de diferentes instâncias administrativas e secretarias municipais, estaduais e/ou federal. Porém, este fato burocratiza e atrapalha o processo de tomada de decisão. Essa fragmentação de responsabilidades entre os três níveis de governo dificulta ainda mais a questão, pois conforme a Lei nº 9.433/97, um corpo hídrico pode ser estadual ou federal. Como por exemplo, a questão do lixo que é tratada na esfera municipal de governo, e o esgoto, que costuma ser tratado no âmbito estadual por empresas de saneamento por meio de concessionários para coleta e tratamento.

A Espanha, a Alemanha, os Estados Unidos e a França, principalmente, adotaram modelos interessantes de gestão. De certa forma, pode-se considerar que o modelo brasileiro é uma mistura de todos, visto que, para ser montado, passou por um intenso processo de cooperações internacionais. Devido a isso, o modelo que se figura hoje é baseado em todos esses fatores, e em cada local que é instalado tem sua particularidade apresentando algumas diferenças. Certamente é novidade o gerenciamento de recursos hídricos e, portanto, essa questão ainda é bastante complexa.



No Brasil, atualmente, existem vários modelos para formação de comitês de bacias hidrográficas. De acordo com a Lei nº 9.433/97, dois modelos são mais frequentes um é paritário, e cita que 50% dos assentos do comitê da bacia devem ser destinados ao setor não governamental. O problema encontrado está na definição da representatividade e legitimidade do setor sociedade civil. Esse modelo apresenta uma divisão nítida entre governo e sociedade e, na maioria das vezes, designa o prefeito como representante do poder constituído e não da sociedade civil que o elegeu, além disso, o legislativo apresenta-se ausente.

O outro modelo é paulista, baseado no modelo tripartite, em que um terço do comitê é composto por prefeitos, um terço pelo estado e um terço pela sociedade civil organizada. Dessa forma, o setor governamental (executivos municipal e estadual) detém mais de 60% das cadeiras do comitê e, portanto, maioria absoluta, em discordância com o que trata a Lei Nacional de Recursos Hídricos, no que diz respeito a tomadas de decisões descentralizadas. Pode-se citar, como exemplo, na região sudeste, o CBH do Paraíba do Sul e o CBH do Alto Tietê.

A Lei nº 9.433/97, em seu Capítulo VI, não prevê a participação de cidadãos no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e sim, de organizações civis de recursos hídricos, legalmente constituídas, de acordo com os Artigos 47 e 48. O Art. 47 considera, para os efeitos desta Lei:

I – consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; III – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; IV – organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e V – outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Analogamente, a Lei Estadual nº 3.329/99, art. 62, descreve que:

São consideradas, para os efeitos desta Lei, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse dos Recursos Hídricos (OSCI RHI), as seguintes entidades: I – consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; IV – organizações não-governamentais com objetivo de defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade.

Contudo, o Projeto Managé considera que todas essas questões devem ser tratadas de maneira integrada, envolvendo as interfaces administrativas na articulação e estratégias que busquem



## 4.1 Modelo de gestão

A UFF, com o propósito de viabilizar todas as atividades do Projeto, além de desempenhar o papel de instituição coordenadora, apóia a articulação com as instâncias político-institucionais, técnico-científicas e financeiras, nas quais são estabelecidas parcerias, tanto com órgãos federais, estaduais e municipais e com universidades brasileiras e estrangeiras, quanto com entidades, organizações não-governamentais e com a iniciativa privada. Essa assessoria técnica oferecida abrange todas as instâncias do Projeto, tais como o Consórcio de Municípios, o CMDS dos municípios, os Núcleos Empresariais Regionais (NER) e Núcleos Comunitários Regionais (NCR), o Fórum da Bacia, a criação do Comitê e da Agência de Águas.

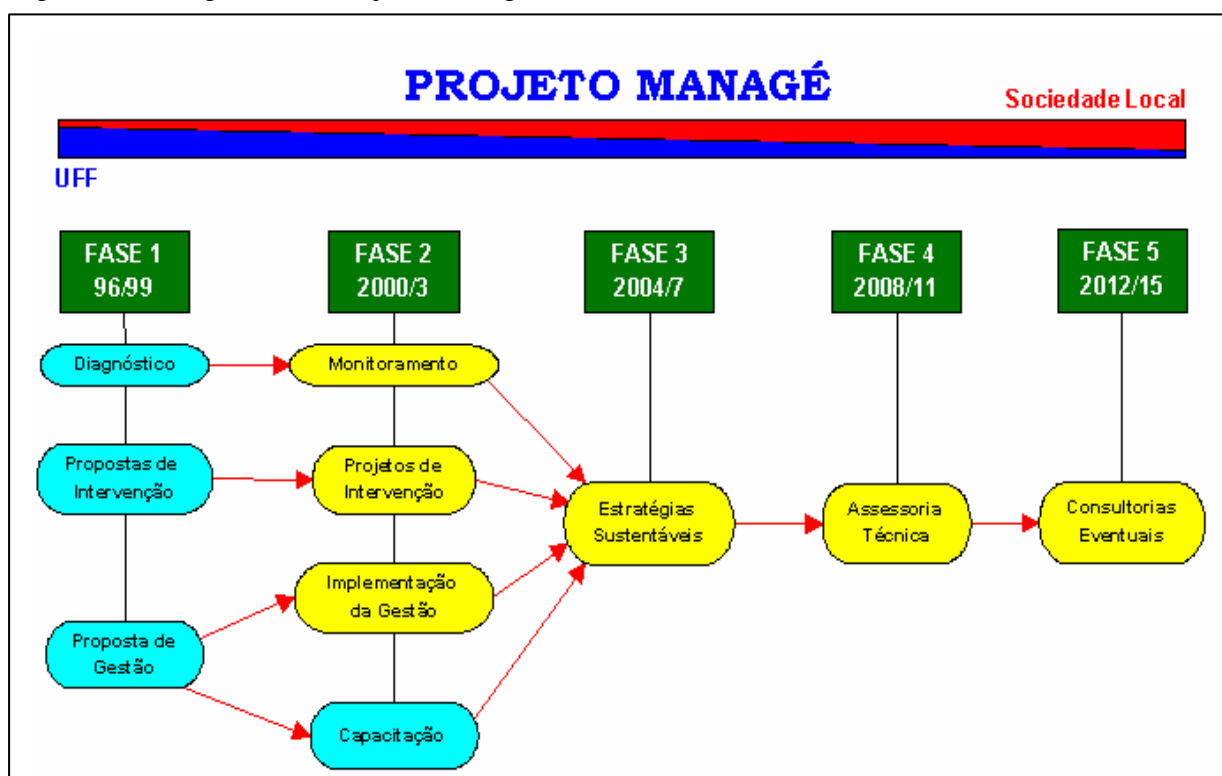
De acordo com estudos realizados nos municípios da bacia<sup>41</sup>, no período de 1996 a 2000, foi verificado que a falta de uma coordenação integrada, de credibilidade perante seus habitantes e o envolvimento dos mesmos, foram os principais fatores que contribuíram para o fracasso de alguns programas governamentais de desenvolvimento regional anteriormente implementados.

Sendo assim, conforme citado anteriormente, um dos objetivos principais do Projeto Managé é elaborar um modelo de gestão ambiental e pública tendo como eixo a bacia hidrográfica, de acordo com a Lei nº 9.433/97, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. Partindo dessa premissa, foi estruturado como um programa de 20 anos, tempo este considerado suficiente para alterar as condições socioeconômicas, políticas e culturais, e garantir sua sustentabilidade. O processo foi subdividido em cinco etapas de quatro anos, englobando ações de curto, médio e longo prazos, conforme figura 4.

---

<sup>41</sup> Estudos realizados pelo Projeto Managé na etapa de Diagnóstico.

Figura 4 Cronograma do Projeto Managé



Fonte: Projeto Managé (1997).

Em cada etapa constam elementos de diagnóstico, de intervenção e de gestão divididos da seguinte forma:

**Diagnóstico** – o produto principal é o perfil sócioeconômico-ambiental da bacia. Trata-se de um relatório de 250 páginas com informações levantadas e o relatório do perfil agrário/agrícola, desenvolvido pela equipe Managé e pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. Nessa etapa inicial foram desenvolvidas pesquisas divididas em nove Grupos Temáticos (GTs)<sup>42</sup> criados para elaborar a caracterização da bacia e atender às demandas emergenciais de sua comunidade. Além desses GTs, uma equipe de pesquisadores formada por profissionais da UFF – Projeto Managé e do Ministério da Agricultura realizou um levantamento dos cenários agrário e agrícola da bacia;

**Intervenção** – dá-se a partir da apresentação de estudos e propostas, bem como de assessoria para aquelas em fase de implantação ou já implantadas. A responsabilidade do Projeto

<sup>42</sup> Grupos Temáticos atuantes na primeira etapa do Projeto Managé: GT1, Sócio-Política; GT2, Meio Terrestre; GT3, Uso do Solo; GT-4, Qualidade da Água; GT-5, Ictiofauna; GT-6, Educação Ambiental; GT-7,

Managé limita-se à análise da problemática, bem como à busca de soluções por meio do envolvimento com o poder público em suas três esferas de governo, realização de consultorias pontuais na fase de implementação e operação. As ações que envolvem saneamento básico, saúde e capacitação de recursos humanos são da competência do poder público;

**Gestão** – o Projeto se propôs a constituir um novo modelo de gestão de bacia hidrográfica para o país, o qual está relacionado a questões legais e à formação de comitês de bacias hidrográficas. Tal modelo foi estudado por mais de oito anos e implementado em 1997, com a criação do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana, relacionado a questões legais e à formação de comitês de bacias hidrográficas.

Essa metodologia apresenta maior envolvimento da UFF no início do Projeto, que vai diminuindo gradativamente até que chegue à fase de autogestão por parte da sociedade organizada. Essas atividades não são, necessariamente, consecutivas e avançam na medida em que são atendidas suas premissas específicas. De acordo com essa premissa, percebe-se que o diagnóstico, o modelo de gestão e sua implementação estão sob a responsabilidade da Universidade, enquanto as ações de intervenção, a cargo dos executivos municipais, estaduais e federal contando, também, com a participação da sociedade civil organizada (incluindo o setor produtivo e de entidades parceiras).

## **4.2 As instâncias do Sisgebi**

### **4.2.1 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)**

O CMDS constitui uma das instâncias do Sisgebi, com atuação em nível municipal, sendo um Conselho por município, totalizando 18 - de caráter consultivo, o qual tem por objeto definir a política municipal de desenvolvimento de forma sustentável no âmbito sócioambiental. Sua composição é assim distribuída: 51% de representatividade do poder público e 49% de representatividade da sociedade civil. Seu número de membros é variável, conforme as características de cada município, aglutinando os segmentos sociais, o poder executivo e o poder legislativo.

No Rio de Janeiro é composto, em média, por 40 conselheiros assim distribuídos: 14 representantes do poder público (membros natos) e 26 da sociedade civil (13 membros eleitos titulares e 13 suplentes<sup>43</sup>).

Fazem parte dos Conselhos Municipais os Núcleos Empresariais (NE) e os Núcleos Comunitários (NC). A figura 5 mostra a estrutura organizacional do CMDS de Campos dos Goytacazes:

Figura 5 CMDS de Campos dos Goytacazes



ecológica e social, em que a gestão da água, a gestão ambiental, a gestão pública e a gestão do desenvolvimento socioeconômico estão imbricados.

Para exercer seu papel no CMDS, o poder público pode legislar contando com a coletividade, o apoio e a opinião da sociedade civil. É por meio de conversas mantidas em reuniões do Conselho que os projetos são encaminhados, discutidos e analisados, buscando, dessa forma, uma gestão descentralizada e participativa, ao mesmo tempo em que se cumpre a Lei.

#### 4.2.1.1 Núcleo Empresarial (NE)

Trata-se de instância com assento no Conselho, que envolve grande parte do setor produtivo da bacia nas áreas primária, secundária e terciária da economia sendo integrada por produtores rurais, industriais, comerciantes e prestadores de serviços, por meio de suas entidades representativas. Existe também o Núcleo Empresarial Regional (NER), que abrange três setores de representação nas microrregiões do alto, médio e baixo Itabapoana. Tal subdivisão visa estimular a participação de empreendedores e apresentação de propostas integradas de acordo com as características regionais.

#### 4.2.1.2 Núcleo Comunitário (NC)

Essa instância, com assento em cada CMDS, representa associações de moradores, igrejas, ambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações não-governamentais (ONGs), centros sociais e clubes de serviço. Foram criados três Núcleos Comunitários Regionais (NCR) para toda a bacia, seguindo as mesmas dinâmicas de implementação do NER. Assim como o NER, o NCR também está representado nos Conselhos das três microrregiões, aglutinando entidades do alto, médio e baixo Itabapoana.

#### 4.2.2 Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana

No início do Projeto, a UFF concentrou esforços buscando sensibilizar todos os prefeitos da bacia no sentido de conscientizá-los sobre a importância de realizar ações conjuntas para recuperar as condições ambientais que envolviam desde a qualidade das águas até matas ciliares, floresta, nascentes dos rios, solos, ictiofauna, entre outros. Essa articulação institucional resultou de um lento processo, visto que buscava o envolvimento e o comprometimento de todos os prefeitos que tinham interesses e necessidades diversas.

Assim, em 03 de junho de 1997, foi criado o Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que integra os diversos papéis municipais dentro da gestão da bacia hidrográfica, tendo como principal objetivo “o desenvolvimento sustentado da região da bacia hidrográfica do rio Itabapoana<sup>44</sup>”.

As ações do Consórcio visam ao planejamento conjunto de acordo com as necessidades e demandas do território, de forma que ultrapassem as diferenças político-partidárias em função de um bem maior: o fortalecimento e o desenvolvimento da bacia do rio Itabapoana por meio da implementação de políticas de incentivo regional.

A sede localiza-se em Bom Jesus do Itabapoana (RJ), e foi cedida pela Prefeitura Municipal. Desde 2002, o Sebrae/RJ mantém um Contrato de Comodato, referente ao empréstimo de equipamentos e móveis para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Programa de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana.

A última eleição ocorreu em 03 de janeiro de 2005, sendo a diretoria eleita para o biênio 2005 a 2007, composta por: diretor-presidente, Carlos Borges Garcia, prefeito municipal de Bom Jesus do Itabapoana (RJ); diretora vice-presidente, Flávia Roberta Cysne Rangel, prefeita municipal de Mimoso do Sul (ES); diretor executivo, Carlos Alberto Campista, prefeito municipal de Campos dos Goytacazes (RJ); diretor financeiro, Sebastião Salles, prefeito municipal de Caiana (MG).

Vale a pena comentar que a figura do Consórcio de Municípios tem oferecido sustentabilidade ao Projeto Managé. O Consórcio é a parte institucional do Projeto, que permite que os prefeitos se reúnam para discutir e implementar políticas de desenvolvimento da bacia por possuir a maior representatividade regional. As parcerias devem ser realizadas por meio do Consórcio, e a Universidade presta auxílio no que diz respeito à articulação de novos parceiros. O Projeto Managé proporcionou maior visibilidade à bacia fazendo com que fosse vista como uma unidade política legitimada por meio de seu Consórcio.

---

<sup>44</sup> Fonte: Estatuto do Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, datado em 03 de junho de 1997.



#### 4.2.3 Fórum da Bacia–Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Itabapoana

Órgão colegiado consultivo que define as diretrizes sócio-políticas, econômicas e ecológicas da bacia, e em cujo âmbito de atuação está todo o processo de desenvolvimento dos municípios envolvidos. É composto pela sociedade civil, poder executivo, poder legislativo e entidades técnicas (universidades, associações técnicas etc). Dessa forma, o Fórum é constituído por 49 assentos, sendo 17 para a sociedade civil e órgãos técnicos, 14 para o poder executivo municipal, estadual e federal, e 18 para o poder legislativo, também nos três níveis. Tem a seguinte proporcionalidade de representação:

Tabela 9 Composição do Fórum da Bacia

COMPOSIÇÃO DO FÓRUM DA BACIA				
<b>Poder Executivo</b>	Executivo federal	02	14	28%
	Executivo estadual (dois de cada estado)	06		
	Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	06		
<b>Poder Legislativo</b>	Legislativo federal (dois de cada estado)	06	18	37%
	Legislativo municipal (dois de cada estado)	06		
	Legislativo estadual (dois de cada estado)	06		
<b>Sociedade Civil</b>	Núcleos Empresariais (dois representantes de cada uma das três microrregiões da bacia)	06	17	35%
	Núcleos Comunitários (dois representantes de cada uma das três microrregiões da bacia)	06		
	Órgãos Técnicos	05		
<b>Total</b>		49	49	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

A instalação e posse dos conselheiros do Fórum ocorreu em abril de 2003, em Campos dos Goytacazes. A equipe do Projeto Managé tem promovido algumas reuniões e seminários temáticos a fim de promover a integração dos municípios e representantes de diversas instituições. Nas reuniões têm sido discutidos alguns assuntos, tais como a criação de uma câmara técnica de saneamento, criação de um portal, sustentabilidade financeira, formação de um grupo de trabalho para tratar sobre o regimento, projetos setoriais, Consad<sup>45</sup> etc.

<sup>45</sup> Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento, no âmbito do Programa Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social.

A eleição da presidência do Fórum da Bacia ocorreu em 03 de janeiro de 2005<sup>46</sup>, tendo como presidente o prefeito municipal de Guaçuí (ES), Luciano Manoel Machado, e como vice-presidente o prefeito municipal de Muqui (ES), José Paulo Viçosi.

#### 4.2.4 Comitê da Bacia do Rio Itabapoana

O Comitê da Bacia<sup>47</sup> é um órgão colegiado que possuirá atribuições consultiva, normativa e deliberativa com relação aos recursos hídricos da bacia, na forma do que determina a Lei nº 9.433/97. O Comitê, ao final de toda a implantação do Sisgebi, terá como órgão consultivo, o Fórum da Bacia, quando passarão a agir em conjunto, numa dinâmica de retroalimentação de consultas, informações e pareceres, de forma a capacitá-los para as tomadas de decisão em suas respectivas áreas de competência.

Embora somente o Comitê tenha sua constituição e atuação respaldadas por Lei Federal, ambas as instâncias terão legitimidade política e social para as deliberações na bacia do Itabapoana: o Comitê, no que diz respeito aos recursos hídricos, e o Fórum, no que concerne ao desenvolvimento econômico com bases sócioambientais sustentáveis. Em princípio, esse Comitê será constituído por 65 assentos, sendo 17 para o poder executivo, nove para o poder legislativo, 26 para usuários de água, e 13 para entidades civis, de acordo com a seguinte proporcionalidade de representação apresentada na tabela 10.

Tabela 10 Composição do Comitê da Bacia

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DA BACIA				
<b>Poder Executivo</b>	União	02	17	26%
	Estados	06		
	Municípios	09		
<b>Poder Legislativo</b>	União	03	09	14%
	Estados	03		
	Municípios	03		
<b>Usuários de água</b>	Setor de abastecimento urbano	08	26	40%
	Indústria	09		
	Usuários de irrigação	05		
	Setor de hidroeletricidade	02		
	Setores de pesca, turismo e lazer	02		
<b>Entidades civis</b>	Organizações civis	08	13	20%
	Organizações técnicas	03		
	Consórcios intermunicipais	02		
<b>Total</b>		65	65	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

<sup>46</sup> Quando da eleição e posse da diretoria do Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, foi aprovada também a presidência do Fórum da Bacia do Rio Itabapoana, conforme ata de eleição de 03 de janeiro de 2005.

#### 4.2.5 Agência de Desenvolvimento Sustentável

A Agência de Desenvolvimento Sustentável<sup>48</sup> é um órgão executivo de implementação das ações necessárias à gestão, com representatividade dos três estados, bem como das três microrregiões da bacia. Terá por objetivo a elaboração, o acompanhamento técnico e a avaliação de programas e projetos de desenvolvimento da bacia, dando suporte técnico às deliberações do Fórum e do Comitê da Bacia.

### 4.3 Parcerias e reconhecimento internacional

O Projeto Managé é reconhecido, nacional e internacionalmente, por diversos atores sociais que abordam a temática da gestão pública, como um modelo bem sucedido de aplicação prática da construção de uma gestão participativa e integrada de recursos em uma bacia hidrográfica.

Na etapa de intervenção, o Projeto teve o apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. Contou, também, com o apoio do Ministério da Educação e com a Empresa Hidrelétrica Vale do Paranapanema, para elaboração de estudos de avaliação de impactos ambientais na ictiofauna e da qualidade da água na área de influência da Usina Hidrelétrica de Rosal, em Bom Jesus do Itabapoana. O Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu um programa de qualificação e treinamento para habitantes da bacia. Atualmente, conta com o apoio dos governos Estaduais do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Para o Sebrae, foi uma experiência-piloto em bacia hidrográfica e, também, em projetos de desenvolvimento local envolvendo três unidades da federação. Para a UFF, tratou-se do maior projeto de extensão já desenvolvido pela Universidade. Para a Agenda 21 Brasileira, o Projeto Managé foi considerado uma experiência bem-sucedida, visto que teve grande influência na construção do Projeto. As parcerias firmadas refletem vários trabalhos desenvolvidos e executados envolvendo os poderes públicos, privados e sociedade civil, considerando-se a visão estratégica de acordo com os objetivos de cada ator.

---

<sup>47</sup> O Comitê é uma das instâncias do Sisgebi a ser implantada.

<sup>48</sup> A Agência é uma das instâncias do Sisgebi a ser implantada.

Em 2002, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classificou o Projeto Managé como uma das dez melhores experiências de Boa Governabilidade local da América Latina. De acordo com a Agenda de Governabilidade para América Latina, desenvolvida pelo PNUD, pode-se considerar governabilidade local como:

A capacidade de um sistema social de enfrentar as mudanças e aproveitar as oportunidades em termos positivos para satisfazer as experiências e necessidades de seus membros conforme um sistema de regras e de procedimentos formais e informais dentro do qual formulam suas expectativas e estratégias (PNUD, 2002, p. 3).

Segundo a Agenda (2002), para que um processo exitoso de desenvolvimento local seja percebido em um território, precisam ser identificadas seis condições<sup>49</sup>:

- 1) A construção de uma visão coletiva de desenvolvimento local (visão estratégica);
- 2) O reconhecimento de lideranças individuais e coletivas com capacidade para convocar o compromisso da sociedade com o processo que se promove (legitimidade e liderança transformacional);
- 3) O desenvolvimento de relações construtivas entre os atores comprometidos com o processo (relação construtiva entre atores);
- 4) A adoção de instrumentos de boa governança que garantam a eficácia e transparência das políticas públicas necessárias no processo (capacidade institucional);
- 5) A participação dos cidadãos nas diversas etapas do processo (participação cidadã); e
- 6) O enfoque de desenvolvimento humano nas políticas públicas e em planejamento.

Para que essa análise fosse realizada, a equipe de consultores do PNDU verificou todo o contexto político, social, econômico e cultural da bacia, procurando identificar uma visão estratégica referente ao fortalecimento dos Conselhos. O projeto, ao longo do tempo, mostrou ter capacidade de continuidade, pois tem se mantido independentemente da troca de prefeitos e dos governos estaduais. Além disso, demonstrou estar em concordância com as diferentes políticas públicas, mesmo com os sucessivos governos, pois, de acordo com sua visão estratégica, engloba um planejamento em longo prazo.

---

<sup>49</sup> Cada condição engloba diversos indicadores, cada qual contendo vários critérios de evolução a serem mensurados.

Por ter sido planejado em 20 anos o Projeto Managé demonstrou ter capacidade de se manter em um período muito superior ao período eleitoral, já que foi elaborado contando com a participação dos governos locais e da sociedade civil. Sendo assim, o Projeto demonstrou abarcar todas as seis condições de desenvolvimento local no território da bacia, e foi selecionado pelo PNUD como uma das dez melhores experiências de Boa Governabilidade local da América Latina.

De acordo com relatórios consultados, foram consideradas, também, as condições que envolveram a questão da governabilidade, foco programático, efetividade, aspectos socioeconômicos, condições profissionais e políticas, demonstração de consciência participativa e expectativas futuras. Foi verificado que a estrutura social apresentada busca envolver o poder público e a sociedade civil no sentido de promover a articulação institucional em termos participativos, visando ao bem maior que se refere às condições ambientais da bacia do rio Itabapoana. Sendo assim, o Projeto pode comprovar práticas efetivas nos últimos anos de atuação, conforme cronograma operativo descrito na figura 4, na página 51.

## **CAPÍTULO 5: GESTÃO SOCIAL**

### **5.1 Formas de gestão**

Um processo de deliberação envolve duas pessoas ou mais, que se reúnem para analisar um determinado assunto e tomar uma decisão a respeito do que foi tratado. As decisões são resolvidas e tomadas em conjunto, de forma deliberada. Somente pode ser considerado cidadão o indivíduo que exerce e pratica seus direitos (civis e políticos), e também seus deveres para com o estado. Se ele coloca os interesses coletivos da natureza humana acima aos de sua pátria ele é qualificado como cidadão do mundo.

O conceito de cidadania está intimamente relacionado com o de gestão social, por se tratar de uma ação política deliberativa em que os cidadãos participam de forma democrática. Assim, ele não é conduzido conforme as regras ou as tendências do mercado, e sim pela busca de uma “igualdade política e decisória” (Tenório, 2002, p. 130). Segundo o conceito de cidadania-deliberativa, a partir do momento em que um trabalhador tem consciência de seu poder de condução do processo, ele busca conquistar novos espaços baseando-se na argumentação e no diálogo, e a ação gerencial se dá por meio desse entendimento.

Esse despertar da cidadania emerge na medida em que os indivíduos se dão conta de que fazem parte de uma comunidade onde as relações mantidas envolvem direitos e deveres. Aranha (1998) comenta que a cidadania se apresenta não somente nas relações sociais que são mantidas por atores sociais, mas também por meio da cooperação e do conflito. As organizações da sociedade civil podem ser consideradas como uma grande escola de cidadania, visto que congregam uma diversidade de interesses oriundos de várias culturas.

De acordo com Tenório (2002), o terceiro setor diferencia-se dos demais, pois desenvolve atividades públicas por intermédio de diversas organizações, entidades, associações, entre outras. Essas organizações possuem estrutura formal, não objetivam lucro, apresentam autonomia em relação ao estado e sua forma gerencial é autônoma. Agrupam indivíduos por meio do voluntariado gerando bens e/ou serviços que podem ser compartilhados socialmente no âmbito coletivo. Segundo o autor, o que ultimamente tem acontecido é que algumas organizações do terceiro setor têm atuado como empresas mercantis devido à influência social

e econômica, e chegam a ter, como objetivo, o alcance de maiores ganhos financeiros competindo entre si por recursos externos.

Sendo assim, não se pode pensar em gestão social enquanto se estiver com o pensamento ligado à lógica do mercado e às normas do setor privado. O primeiro setor (Estado) deve ser o condutor no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas, e o segundo setor (Mercado) na produção de bens e serviços de consumo. Cabe ao terceiro setor (na condução de quem o gerencia), o estímulo ao exercício de uma cidadania deliberativa por meio do pleno exercício do diálogo e da participação.

Dessa forma, o indivíduo deve ser considerado legítimo representante da sociedade no que diz respeito ao estado, e valorizado, enquanto trabalhador, nos assuntos pertinentes ao capital. É preciso que o trabalhador deixe de ser visto como uma pequena peça que faz parte de uma grande engrenagem empresarial, e passe a ser considerado (e também aproveitado) seu conhecimento, de forma que contribua para melhorar a sociedade em que vive, visando à promoção do entendimento mútuo por meio da participação e cooperação em fóruns, conselhos, assembleias etc.

## **5.2 O CMDS e os princípios da cooperação**

Cooperar é agir em conjunto de forma que seja possível agrupar o esforço de todos em torno de um mesmo objetivo. Os estados devem compartilhar este princípio e trabalhar, somando esforços, no que diz respeito à preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos. Granziera (2001) cita que a maior parte dos acordos internacionais firmados diz respeito mais “a direitos e obrigações dos países relativamente à água do que às formas de cooperação na gestão dos recursos hídricos em nível das bacias hidrográficas internacionais”.

Dessa forma, a cooperação que envolve o CMDS é importante no que se refere ao estabelecimento de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento, contando com a efetiva participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios. Em se tratando da gestão de recursos hídricos, a cooperação se relaciona à atuação conjunta, do governo e da sociedade civil, no que diz respeito à aplicação da Lei nº 9.433/97.

Os termos de cooperação devem ser estabelecidos antes mesmo de serem firmados direitos e obrigações. Os estados limítrofes devem estabelecer seus termos de cooperação no sentido de implementar ações conjuntas de forma igualitária. O relatório do Projeto Managé (1997) cita que de acordo com os Princípios da Conferência Rio/92, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, todos os estados e todos os indivíduos devem cooperar tendo como objetivo principal a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. A cooperação entre os estados deve ser estabelecida a fim de conservar, proteger e restaurar a saúde e a integridade do ecossistema terrestre.

O mesmo relatório menciona que no Princípio 9 consta “devem os Estados cooperar com vista no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, no que se refere à tecnologia e a sua transferência”. Sendo assim, as diversas formas de cooperação se dão por meio de ações conjuntas por parte do estado e da sociedade nos processos decisórios. Quando o poder público e a sociedade civil atuam em conjunto, à medida que há complementaridade de ações, percebe-se que as mesmas são capazes de gerar sustentabilidade, contribuindo, assim, de maneira mais efetiva.

Durante a Conferência sobre Meio Ambiente promovida pela ONU, realizada em Estocolmo no ano de 1972, foram definidos alguns princípios voltados à preservação do meio ambiente, como também, por parte dos estados, a necessidade de realização de um planejamento visando o desenvolvimento sustentável beneficiando a população. Essa Conferência foi um significativo e histórico evento que alertou o mundo para as possíveis conseqüências do desenvolvimento e da industrialização sem planejamento nem preocupação em preservar os recursos naturais.

Toda forma de desenvolvimento deve ter como premissa não somente a melhoria da qualidade de vida, mas o respeito e a proteção ao meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável envolve a bacia hidrográfica como território de planejamento e gestão, por meio da outorga do direito de uso dos recursos hídricos e diversos usos envolvidos no processo. Granziera (2001) cita que na Convenção de Paris, em 1998, foi estabelecido que “a água é um recurso natural fundamental para a prosperidade e estabilidade futuras, e deve ser reconhecido como um elemento catalisador de cooperação intra-regional”, e que “É indispensável incentivar o conhecimento e a compreensão dos recursos hídricos em todos os níveis, a fim de



melhorar o seu aproveitamento, gestão e proteção, promovendo sua utilização mais eficaz, eqüitativa e sustentável”.

Todo ser humano tem o direito à água potável e ao saneamento a um preço acessível. A gestão da água tem como premissa a eliminação do desperdício e de danos ambientais ocasionados por seu mau uso, buscando maneiras que possibilitem a conservação e a proteção desse precioso e limitado recurso.

### **5.3 A participação social na bacia**

Uma vida sem lutas, sem desafios, não passa de uma existência frívola que não dignifica o homem, não enaltece a sociedade e não engrandece a pátria. Segundo Ferreira (1996, p. 1274), participação significa “fazer saber, informar, anunciar, comunicar, ter ou tomar parte, associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento, ter traços em comum, ponto(s) de contato, analogia(s)”. Uma boa parcela da população da bacia do rio Itabapoana começou a perceber que “participar”, “ser parte”, “tomar parte” são os primeiros passos para realização de mudanças, seja para sair do marasmo, seja para melhorar ou modificar algo que não esteja a contento.

De acordo com Bordenave (1994), desde a Revolução Industrial, e a massificação dos meios de comunicação, principalmente a televisão, um significativo número de pessoas se tornou individualista, vivendo cada qual em seu casulo, somente preocupado com suas questões particulares. Ao mesmo tempo, muitos indivíduos consideravam ser de grande prestígio a possibilidade de poder participar do processo de tomada de decisão por meio do voto, e se contentavam com isso achando que esse ato, por si só, era grande coisa. A própria ditadura se enganou, achando que as pessoas preferiam deixar que o governo decidisse seus destinos. Pode-se considerar que os movimentos populares foram iniciativas, de certa forma, intrínsecas e oriunda da vontade dos cidadãos.

Um ponto favorável é que as coisas mudaram, e que esse tipo de pensamento generalizado está ficando para trás, pois é crescente, em nossa sociedade contemporânea, o número de pessoas que se reúne para se fazer presente e lutar contra determinadas decisões que coíbem a natureza inata do ser humano: ser feliz. Hoje em dia o quadro está se transformando e os movimentos populares refletem o desejo de efetivação da democracia, que não se dê somente

por intermédio das urnas, mas também, pelo relacionamento entre as pessoas, pelo diálogo, pela ação conjunta e pela verdadeira participação. O regime brasileiro permite que os indivíduos participem da vida política, social e econômica de suas comunidades.

No caso específico da bacia, os principais setores produtivos do território foram trabalhados de forma mais intensa por meio do apoio de cada CMDS. Como resultado, podem ser verificados alguns exemplos de participação social e econômica no âmbito do território da bacia do rio Itabapoana: em Bom Jesus do Itabapoana, foi criada uma cooperativa de produtores de leite com o objetivo de minimizar os custos, aumentar a produção conjunta, ter acesso a maquinário, tecnologia, e ampliar o acesso a novos mercados, tendo, como consequência, o aumento da margem de lucro. Com a crise da empresa Parmalat<sup>50</sup>, esse grupo conseguiu aumentar a venda de leite e conquistar maior fatia de mercado, fato que seria impossível realizar se estivessem trabalhando isoladamente, cada qual em suas fazendas, em seus “casulos”. Segundo Aranha (1998, p. 150), “Sucumbir ao individualismo é reduzir a esfera das relações sociais”.

Um outro exemplo a ser comentado diz respeito à inauguração de um entreposto apícola em Porciúncula, envolvendo, aproximadamente, 220 produtores de mel localizados nas regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, Zona da Mata de Minas Gerais e sul do Espírito Santo. A prefeitura, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento, com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), cedeu o local, as máquinas, os equipamentos, e os apicultores se organizaram e criaram a Cooperativa dos Apicultores do Vale do Carangola (Cooapvac). Dessa forma, o grupo conseguiu pleitear junto a diversas entidades a realização de treinamentos específicos referentes à produção e comercialização de mel. Participaram, também, de caravanas para conhecer outras iniciativas semelhantes, missões empresariais, feiras e eventos ligados ao setor alimentício. A Cooapvac mantém uma loja para venda de produtos apícolas, que são comercializados com preços menores que os praticados pelo mercado.

Pode ser citada também a criação do Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, envolvendo os 18 municípios pertencentes à bacia. Foi criado, em 1997, para discutir os problemas comuns de maneira mais ampla, de forma a identificar soluções e atender as

---

<sup>50</sup> Localizada em Itaperuna, região Noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro.

demandas locais. Ou seja, trata-se de uma forma de o poder público não ficar ausente da chamada “era da participação”, abrindo espaço, assim, para maior integração e discussões pertinentes ao território, com vistas a trazer melhoria da qualidade de vida. Do mesmo modo, também se pode citar os diversos conselhos municipais, criados pelo governo federal, que representam uma tentativa de controlar os recursos, buscando o atendimento de demandas específicas e identificadas por quem está diretamente ligado aos projetos locais. Um questionamento muito íntimo se faz presente no coração dos pesquisadores, a saber, se a participação tem, efetivamente, a capacidade de transformar o mundo em que vivemos e conceder uma vida melhor às gerações futuras. A procura de respostas é que tem conduzido o trabalho de muitos indivíduos que estudam esse tema.

Conforme Bordenave (1994) cita, em menor grau, pode-se dizer que todo ser humano participa de algum tipo de movimento, seja em sua família, em seu bairro, em seu clube, em suas práticas religiosas, em sua comunidade, em seu trabalho, entre outros. Desde os primórdios, o homem vive em grupo, em tribos, em clãs e, conforme estudos realizados, ninguém consegue viver de forma isolada. Nas grandes cidades o aumento da violência, do desemprego e a falta de oportunidades (que hoje também assola os municípios do interior dos estados), têm gerado uma verdadeira tensão social afetando a todos, indiscriminadamente. Ao mesmo tempo em que há o aumento do número de seguros de veículos, de vida, da venda de aparelhos de monitoramento e segurança, percebe-se uma indignação diante da forma com que os assuntos têm sido conduzidos e gerenciados pelos poderes políticos.

A maior parte dos conselheiros entrevistados disse ter consciência que a participação em uma instância como o CMDS visa à prosperidade de todos. Tocqueville (1973) acredita que o progresso dos homens se dá não na forma da igualdade, mas por meio da justiça, conferindo “... à população a grandeza e a beleza como resultado de um trabalho nobre, honesto e sério, imprescindível para garantir a preservação do patrimônio natural”. Ele acredita que as pessoas se desenvolvem por meio da comunhão de esforços estreitando, assim, suas relações, e que elas não devem seguir o poder de uma minoria. De acordo com o mesmo autor, o motivo que faz com que os cidadãos se mantenham sob o mesmo governo deriva-se da semelhança de sentimentos e opiniões, e não da vontade de permanecerem unidos. Só existe sociedade quando as pessoas comungam um mesmo objetivo, provocando as mesmas impressões e pensamentos.

De acordo com o que é apresentado pelo mesmo autor, pode-se perceber que não há condição para que a gestão dos municípios da bacia seja feita de forma igualitária. Essa não é e nunca pretendeu ser a proposta, mas um dos objetivos é fazer com que exista igualdade de direitos que promovam o desenvolvimento dos atores em toda a região, trazendo resultados positivos para a bacia hidrográfica do rio Itabapoana por meio do Projeto Managé. E este tipo de participação vem trazendo importantes resultados (ainda que de maneira lenta). De certa forma, pode-se dizer que a sociedade vem se sentindo marginalizada porque o poder decisório encontra-se nas mãos de poucos, e os indivíduos somente conseguem ter acesso e tomar conhecimento por meio da imprensa e dos meios de comunicação. Ao saber o que está sendo decidido e o modo pelo qual os processos estão sendo conduzidos, as pessoas desenvolvem seu senso crítico e sentem-se tentadas a tomar partido do que está acontecendo como forma de buscar solucionar os problemas que estão afetando-as (SEN, 2000).

O principal recurso no processo de promoção do desenvolvimento é o indivíduo, ou seja, as pessoas envolvidas. Quando o poder público reconhece isso, ele tem “na mão” uma poderosa ferramenta e, indiretamente, aliados políticos. Em São Francisco do Itabapoana, aproximadamente 25 artesãos viviam do artesanato que confeccionavam em suas próprias residências, mas em uma cidade pequena a comercialização desse tipo de produto é difícil e insipiente. Eles se reuniram e foram até a prefeitura solicitar ajuda, recebendo um convite para participar de uma reunião do CMDS. Nas reuniões do Conselho eles expuseram a situação que estava sendo vivenciada e as dificuldades encontradas: não ter para quem vender, necessidade de melhorar a qualidade do produto, ter um espaço comum para produzir e gerar trabalho e renda.

Por meio da articulação do CMDS, o grupo obteve apoio conseguindo parcerias e, por intermédio da secretaria de promoção social, receberam auxílio através da utilização de um espaço da prefeitura localizada na principal rua da cidade. Esse espaço apresentou condições de abrigar os artesãos, servindo, também, como ponto de venda para comercialização dos produtos aos turistas e à população em geral. Esse tipo de atitude gerou motivação comunitária e grande satisfação em fazer parte e contribuir para a realização de algum projeto voltado ao desenvolvimento, visto que a participação, conforme identificado em diversas ciências, é uma necessidade intrínseca do ser humano. Esses artesãos, sentindo-se valorizados, encontraram uma forma de realizar um trabalho em conjunto, o que permitiu ter sua autoestima reforçada tanto individualmente quanto coletivamente. Com isso, o grupo aperfeiçoou

seus produtos, desenvolveu sua criatividade, participou de treinamentos voltados ao desenvolvimento das características e comportamentos empreendedores, qualidade no atendimento ao cliente, formação de preço de venda, recebendo, também, consultoria sobre *design* de produtos, o que permitiu a inserção dos mesmos em feiras e eventos nacionais e internacionais.

Esse caso retrata duas bases complementares de participação, conforme citado por Bordenave (1994): a base afetiva, que se refere à participação por sentir prazer em realizar atividades com outras pessoas e a base instrumental, que se dá por meio da percepção de que agir em conjunto traz melhores resultados do que trabalhar sozinho. Mas, para que isso aconteça de forma positiva, é fundamental que exista um equilíbrio entre essas duas bases.

Conforme o último exemplo abordado, se o CMDS não tivesse discutido a necessidade do grupo, feito a articulação e prestado apoio, esses indivíduos sentiriam grande frustração e continuariam realizando seu trabalho de forma isolada. Devido ao sentimento de pertencimento, eles estão aprendendo a exercer seus direitos, ampliando seus conhecimentos, aprendendo a trabalhar em conjunto respeitando suas diferenças e percebendo que são totalmente responsáveis por esta iniciativa, expandindo, assim, seu pleno potencial por meio de uma sociedade participativa.

### 5.3.1 À marginalidade

Ferreira (1996, p. 1092) comenta que marginalidade significa “condição de indivíduo marginal” ou seja, “à margem de algum assunto”, alheio a determinado processo. Devido ao que vem acontecendo atualmente no que diz respeito à violência, ao tráfico de drogas e à venda ilícita de armamentos, pode-se considerar que esses fatores estão incluídos na definição da palavra marginal, porém esse conceito é muito mais amplo. Mesmo nos dias de hoje, muita gente encontra-se em situação marginal por não ter acesso à cultura, à informação, ao lazer, por não ser alfabetizada, por passar fome, por não ter emprego e nem condições dignas de moradia. Tal situação é fruto de um desenvolvimento descontrolado e de uma globalização de certa forma duvidosa. A começar pela péssima distribuição de renda em nível mundial, que retrata e classifica os países em superdesenvolvidos (grandes potências), desenvolvidos e em desenvolvimento (como é o caso do Brasil).

De acordo com Bordenave (1994), deve ser considerado marginal àquele que explora, que se aproveita de uma determinada situação, que tira partido da falta de conhecimento de alguns ou até mesmo de um povo e/ou de uma nação. Deve ser considerado pernicioso aquele (ou aqueles) que extorque(m) sem escrúpulos, que não considera(m) o ser humano. O conceito de participação leva a uma reflexão de que as pessoas não podem mais agir como cúmplices de um processo concentrado nas mãos de alguns que os representam. Torna-se necessário passar a intervir de forma ativa, auxiliando o processo de tomada das decisões que influenciam o curso de uma comunidade. Diversos entrevistados da sociedade civil organizada disseram pertencer ao CMDS para não ficar à margem do processo de gestão municipal, e também para colaborar com o poder público oferecendo suas idéias e opiniões.

Mantendo a visão do mesmo autor, o processo de participação é passível de mudanças e transformações que se dão ao longo da história, conforme as alterações nos cenários local e global. Alguns grupos ficam à margem do processo, como por exemplo, os portadores de deficiência física e visual. Mas se percebe que esse quadro está mudando, visto que os grupos e as pessoas que se relacionam a eles (e que também são afetados diretamente ou indiretamente), estão buscando o exercício de seus direitos. Existem várias associações, entidades, institutos regularizados, lutando por uma maior autonomia perante o poder público e até mesmo diante da própria sociedade.

As expressões “fazer parte”, “tomar parte” ou “ter parte”, apesar de “fazerem parte” de um mesmo contexto apresentam, conforme suas colocações, enfoques diversos. Uma pessoa pode participar ativa ou passivamente de determinada questão ou mesmo pode, somente, “fazer parte” ou só “tomar parte” de um processo, dependendo do seu nível de envolvimento. A forma como se “toma parte” é a questão mais crucial no que diz respeito ao contexto de participação. A democracia (cidadania), por intermédio do exercício do voto, reflete o sentimento de “fazer parte”, “sentir-se parte” de um processo, de “ter parte” nesse processo e, assim, poder “tomar parte” dele.

Conforme cita Bordenave (1994), existem dois processos de participação: o micro e o macro. A instância de participação micro envolve grupos primários tais como a família, os amigos e os vizinhos, pois este tipo de participação se dá a partir de dois ou mais indivíduos que compartilham objetivos e/ou interesses comuns. É extremamente importante esse processo, pois seu aprendizado pode ser considerado um pré-requisito para a participação em nível

macro, visto que a participação nesse nível ocorre a partir de grupos secundários: empresas, clubes, associações etc, e grupos terciários, em movimentos de classe, partidos políticos etc. Essa forma de participação tem como essência a contribuição para a sociedade como um todo, visto que interfere diretamente na dinâmica da história. Conforme pode ser verificado, os conselheiros do CMDS estão incluídos nesses dois tipos de processos participativos.

A participação social se dá quando permite que as diferentes camadas sociais façam parte dos movimentos históricos nos aspectos políticos, econômicos e sociais, abrindo espaço para que todos construam, gerenciem e façam parte do processo. De certa forma, isso pode ser considerado uma utopia, mas o objetivo maior é incluir qualquer pessoa ou setor marginalizado por meio do processo de participação em âmbito micro e/ou macro. Nesse sentido, até para que se possa haver reivindicação, as pessoas precisam estar envolvidas em algum tipo de processo participatório, mostrando-se sensibilizadas, engajadas, compartilhando os mesmos tipos de interesses e objetivos.

### 5.3.2 Tipos de participação

De acordo com o mesmo autor, existem diversas formas de participação. A participação de fato se dá em instância básica na família, na religião, na recreação e na luta contra os inimigos. Em outro nível, está a participação espontânea, que pode ser classificada como grupos informais e instáveis permeados por relações superficiais. Existem, também, modos de participação imposta, em que as pessoas são obrigadas a fazer parte de grupos e participar de determinadas atividades. O voto, no Brasil, é um modo de participação imposta. A participação do poder público no CMDS também se deu por meio de participação imposta, visto que foi uma determinação do prefeito, atendendo a um modelo macro, apresentado pelo Projeto Managé.

Em contrapartida, a participação voluntária se dá por meio de um grupo que cria suas próprias normas, maneiras de atuação e objetivos. A participação da sociedade civil organizada pode ser considerada uma forma de participação voluntária, pois seus conselheiros eram oriundos de suas organizações de base. As sociedades comerciais, associações e as cooperativas também se enquadram neste tipo de participação, que tem como essência a iniciativa e a atuação das pessoas envolvidas. Não pode ser confundida com uma participação na qual existem indivíduos que, aparentemente, incitam e conduzem o grupo a atingir seus próprios interesses (o que caracteriza uma manipulação dirigida).

Tocqueville (1973) comenta que muitos cidadãos deixam de exercer suas atividades para tratar de problemas comuns. Pode-se observar que muitos conselheiros despendem tempo e dinheiro para participar, voluntariamente, nesse processo, enquanto outros preferiram abster-se de participar das reuniões, convencidos de que o poder público era o representante dos interesses da coletividade.

Existe ainda a participação concedida, adotada por algumas organizações, que concedem aos trabalhadores a participação nos lucros das empresas. Em essência, o planejamento participativo deve ser um tipo de participação coletiva isenta de qualquer tipo de influência externa. Mas, em grande parte, sofre influência de determinados grupos que maquiam e proporcionam uma ilusão de participação quando, na verdade, estão conduzindo um grupo conforme seus próprios interesses. Alguns partidos políticos atuam dessa forma, utilizando a massa para fazer valer o interesse de uma minoria que o conduz. Inicialmente, iludem as pessoas no sentido de fazer com que elas acreditem em seu potencial de mudança, no exercício de uma política “para todos”, na independência, no exercício de uma cidadania plena de direitos e deveres, na sua capacidade de modificar os processos e de influenciar a tomada de decisões, enquanto participam dessa instância de poder.

No CMDS, apesar de estarem auxiliando a gestão do município, exercendo também a cidadania, de acordo com depoimentos de alguns conselheiros, em alguns momentos, pode-se verificar certa inclinação de prevalecer vontades e interesses do poder público local. A proposta era que pudesse existir, por meio da participação coletiva, maior igualdade e liberdade por intermédio da descentralização de poder, possibilitando um governo que não age “engessado” e sim mais naturalmente. Com relação às condições de igualdade de um povo, nos cinco municípios estudados parece, ainda, haver uma disparidade no que se refere a essas condições, pois se trata de uma sociedade pequena onde a maioria dos habitantes se conhece e, dentro de um contexto particular, são diferenciados em seu próprio meio (TOCQUEVILLE, 1973).

### 5.3.3 As instâncias de participação

De acordo com Bordenave (1994), existem vários graus e níveis de participação. É importante que se reconheça em um grupo, ou em uma organização, o grau de controle dos membros sobre as decisões a serem tomadas e a importância das mesmas. Algumas vezes o controle não pode ser feito na instância de quem toma as decisões. Disseminar a informação pode ser



considerada uma forma de participação a fim de permitir que outros tomem parte do que foi

Em todos os níveis de participação citados anteriormente, é fundamental que seja definida pelo grupo a importância das decisões e o grau de acesso a elas. As esferas de decisões envolvem desde a elaboração da forma de atuação de uma organização, seus objetivos, projetos, programas, planos, recursos físicos, humanos, financeiros, as formas de implementação do que foi proposto, controle até a avaliação dos resultados. É imprescindível atentar para uma questão: a democracia participativa visa contar com a participação dos membros em todos os níveis de decisão. Uma sociedade participativa é aquela em que o governo conta com a participação dos indivíduos e permite que eles tenham o controle final das decisões, em seus diversos níveis. Nesse sentido, seria importante que as decisões do CMDS fossem tomadas partindo “da base”, e não impostas pelo poder público sem consultar a sociedade civil organizada sobre as suas reais necessidades.

Vale ressaltar que os processos de desenvolvimento podem ser modificados com o passar do tempo, conforme interesses diversos. Por ser um espaço de interlocução entre o poder público e a sociedade civil organizada, no Conselho, são encaminhadas demandas levantadas por segmentos representativos, cada qual representando diretamente um conjunto de interesses específicos e, ao mesmo tempo, ditos como gerais.

#### 5.3.4 Fatores de condicionamentos da participação

Ainda de acordo com o mesmo autor, é contraditório que, sendo a participação uma necessidade intrínseca do ser humano, poucos indivíduos se envolvem no processo de tomada de decisões. Isso acontece em razão das diversas circunstâncias que condicionam o grau, o nível e a qualidade de participação das pessoas. As qualidades e características pessoais dos indivíduos que conduzem um processo de participação podem representar barreiras que impedem o envolvimento dos demais. A filosofia social da instituição também pode influenciar no sentido de estimular ou não as pessoas a encontrarem, por si só, suas respostas, suas próprias conclusões e não apenas serem conduzidas por fatores externos. É válido considerar que a estrutura social exerce grande influência sobre o condicionamento e as formas de participação.

Devem ser analisadas, cuidadosamente, as estruturas de poder. Os interesses dos países em desenvolvimento não são as mesmas dos países desenvolvidos. De forma semelhante, nem sempre os interesses da sociedade civil correspondem aos do poder público. Devido a isso, as

condições de participação estão inerentes em uma relação de conflito social, na qual cada país e também cada sociedade tem seus próprios objetivos que envolvem os sistemas de solidariedade e de interesses. Os sistemas de solidariedade são estabelecidos por meio de laços afetivos e visam a uma relação de igualdade entre seus membros, podendo ser mais encontrados em nível comunitário. Em contraponto, os sistemas de interesse prevalecem em bases econômicas e políticas, alimentados pela concorrência e desigualdade, e fomentados pelo ambiente de disputa em que os interesses de uma minoria prevalecem e conduzem a maioria, por intermédio da manipulação que pode ser traduzida como escravidão e/ou pressão social. Estes sistemas têm como característica uma organização mecânica, uma liderança autocrática e centralizadora baseada em moldes burocráticos.

Portanto, é imprescindível o reconhecimento do tipo de organização existente, as formas de liderança e a maneira de condução dos trabalhos. É importante também verificar se os membros se reconhecem, se aceitam suas diferenças, se percebem suas crenças e os valores da organização compartilhando, assim, um consenso ideológico. Esses aspectos são fundamentais, visto que podem comprometer diretamente a existência e o funcionamento de uma organização. Concluindo, pode-se dizer que as formas de participação correspondem a um conjunto formado por:

Liderança + Estrutura + Valores + Crenças
---

## **CAPÍTULO 6: O CMDS**

### **6.1 A formação do CMDS em cada município**

No Rio de Janeiro, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável de Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Porciúncula, São Francisco do Itabapoana e Varre-Sai foram criados no decorrer de 2002, obedecendo a algumas etapas estabelecidas conforme planejamento definido pelo Projeto Managé. Primeiramente, membros pertencentes à equipe do Projeto e do Sebrae visitaram os municípios onde se reuniram com os prefeitos, e apresentaram a proposta do Projeto Managé (com ênfase na implantação do CMDS e a sua respectiva contribuição para o município). Após tal sensibilização e concordância do prefeito em aderir ao Projeto, os chefes dos executivos formaram uma comissão provisória para criar o Conselho e formalizaram a comissão estabelecendo uma portaria municipal.

Em cada município, após serem nomeados, os membros da comissão provisória foram capacitados sobre a metodologia e o funcionamento do Projeto Managé. O processo de escolha para representantes da sociedade civil organizada ocorreu da seguinte forma: a comissão fez um levantamento que identificou as principais lideranças da cidade, bem como os respectivos grupos sociais que elas representavam. Os líderes foram mobilizados e convocados para participar de uma reunião na qual foi feita a exposição dos objetivos do Projeto Managé, incluindo o papel do CMDS. Feito isso, elas reuniram-se em suas respectivas comunidades e/ou segmentos, com o suporte da comissão, para apresentar o Projeto Managé e proceder à eleição para indicar quem seria o seu representante no CMDS<sup>51</sup>.

Já com os representantes do poder público foi diferente, pois devido ao formato do Conselho, os membros do poder público foram convocados pelo prefeito e passaram a ter assento, automaticamente, em decorrência do cargo que ocupavam no legislativo ou no executivo<sup>52</sup>, ou seja, tal participação era imposta. Dessa forma, em todos os municípios foram escolhidos os representantes de cada Conselho e, após essa etapa, houve o encaminhamento do Projeto de Lei para cada Câmara Municipal referente à composição do CMDS. Em seguida, o projeto de Lei foi aprovado procedendo-se à nomeação dos conselheiros. Após essa tramitação, foi realizada cerimônia solene na qual foram empossados todos os conselheiros.

---

<sup>51</sup> Os representantes da sociedade civil são classificados como membros eleitos – titulares e suplentes.

<sup>52</sup> Os representantes do poder público são classificados como membros natos - titulares (não há suplentes).

## 6.2 A composição de cada CMDS

Conforme citado anteriormente, o CMDS é uma das instâncias do Sisgebi, de representação paritária e caráter consultivo. É composto por 51% de representatividade do poder público e 49% de representatividade da sociedade civil organizada, sendo o número de membros variável, conforme as características de cada município, aglutinando os segmentos sociais, o poder executivo e legislativo. É formado, em média, por 40 conselheiros assim distribuídos: 14 representantes do poder público (membros natos e titulares) e 26 da sociedade civil organizada (membros eleitos sendo 13 titulares e 13 suplentes). Fazem parte do CMDS os Núcleos Empresariais (NE) e os Núcleos Comunitários (NC).

No Rio de Janeiro, a composição dos Conselhos apresentou a seguinte estrutura, conforme pode ser observada na tabela 11, onde o número de participantes foi definido de acordo com o número de secretarias municipais e de entidades locais presentes em cada município.

Tabela 11 Composição do CMDS dos municípios do estado do Rio de Janeiro

COMPOSIÇÃO DO CMDS (RJ)			
MUNICIPIOS	PODER PÚBLICO (membros natos)	SOCIEDADE CIVIL (membros eleitos)	TOTAL DE CONSELHEIROS
Bom Jesus do Itabapoana	10	22	32
Campos dos Goytacazes	16	29	45
Porciúncula	16	32	48
São Francisco do Itabapoana	12	22	34
Varre-Sai	16	25	41
Total	70	130	200

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

As leis municipais de criação do CMDS são similares diferindo, basicamente, quanto à composição do número de membros natos e eleitos de acordo com as características de cada município. Para melhor entendimento, no anexo B, é apresentada a Lei do CMDS de Bom Jesus do Itabapoana.

### 6.2.1 A participação feminina no CMDS

No que diz respeito à população total da bacia, apesar da diferença entre o percentual de mulheres (51%) não ser tão significativo em relação ao de homens, o mesmo não se pode dizer sobre a participação feminina no CMDS dos cinco municípios estudados, pois a diferença é bastante acentuada. O poder público apresenta somente 16% de representatividade

feminina de assentos no Conselho, enquanto na sociedade civil organizada este percentual é um pouco maior: 27%. A participação total de conselheiras (tanto do poder público como da sociedade civil organizada) é relativamente baixa, sendo composta por, apenas, 26% (de acordo com a tabela 12).

Conforme identificado, a representatividade feminina da sociedade civil organizada é superior à do poder público, já que a participação da mulher em atividades sociais é maior que a participação nos poderes executivos e legislativos. É importante ressaltar que foi identificado que todas as conselheiras, representantes do poder público entrevistadas, ocupavam o cargo na prefeitura principalmente devido a sua experiência acumulada em organizações da sociedade civil.

Tabela 12 Relação de conselheiros por gênero

RELAÇÃO DE CONSELHEIROS POR GÊNERO									
MUNICÍPIOS	PODER PÚBLICO			SOCIEDADE CIVIL			CONSELHEIROS		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Bom Jesus do Itabapoana	08	02	10	11	11	22	19	13	32
Campos dos Goytacazes	12	04	16	26	03	29	38	07	45
Porciúncula	11	05	16	26	06	32	37	11	48
São Francisco do Itabapoana	10	02	12	14	08	22	24	10	34
Vare-Sai	13	03	16	17	08	25	30	11	41
Total	54	16	70	94	36	130	148	52	200
Representatividade (em %)	78%	16%	100%	73%	27%	100%	74%	26%	100%

Fonte: IBGE (2000).

Cabe mencionar que a ONU, em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, estabeleceu um documento intitulado Metas do Milênio, em que alguns objetivos referem-se à participação da mulher em questões ligadas aos seguintes temas: meio ambiente, fornecimento de água potável e acesso ao saneamento.

De acordo com Sen (2000, p. 221), ultimamente as mulheres têm atuado de forma mais ativa em busca de mudanças como “promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e homens”. Vale a pena tecer um comentário adicional sobre o perfil das conselheiras entrevistadas: todas elas, além de participarem de outros grupos sociais (além do próprio CMDS), exercem atividades remuneradas e têm certo nível de instrução (fatores que indicam informação e qualificação). Conforme cita o mesmo autor, tais aspectos

estão diretamente relacionados à independência e ao ganho de poder, que se refletem em contribuição positiva para fortalecer a participação feminina na condição de “agente de mudanças”.

Pode-se dizer que, contando com a participação feminina no CMDS, a bacia do rio Itabapoana dá seus primeiros passos no sentido de reconhecer a participação e a liderança política, econômica e social da mulher como uma importante contribuição para o desenvolvimento do território. Porém, é importante levar em consideração o respeito pelas diferenças de forma que se possa garantir a participação de homens e mulheres, em que cada um contribua de acordo com a sua especificidade no que diz respeito ao tão complexo assunto da gestão de recursos hídricos.

### **6.3 As reuniões do CMDS nos municípios**

A convocação para a reunião era feita por meio de convite formal do prefeito (entregue pessoalmente pelo gestor ou pelos Correios), contendo a pauta dos assuntos que seriam tratados na reunião, os quais eram sugeridos pelos conselheiros, pela equipe do Sebrae ou do Projeto Managé<sup>53</sup>. De acordo com as entrevistas, em Campos dos Goytacazes os assuntos abordados<sup>54</sup> eram definidos pela prefeitura e equipe do Projeto Managé.

No início de cada reunião era lida a ata do encontro anterior. As reuniões eram abertas e, normalmente, realizadas na Câmara Municipal ou em alguma entidade pertencente ao CMDS e aconteciam praticamente uma vez por mês (ou de acordo com convocação extraordinária do prefeito), tendo duração média de três horas. Como as reuniões eram abertas, alguns municípios participavam conforme interesse em determinado(s) tipo(s) de assunto(s) que era(m) tratado(s). Nas reuniões iniciais dos Conselhos, houve a escolha do secretário executivo<sup>55</sup>, a criação do núcleo técnico e da comissão para elaboração do regimento interno e sistematização das agendas de reuniões. Para auxiliar nesse processo, o Sebrae ofereceu cursos de capacitação de lideranças e de elaboração de projetos e captação de recursos.

---

<sup>53</sup> Atuavam em conjunto.

<sup>54</sup> As solicitações dos representantes da sociedade civil organizada também eram incorporadas à pauta.

<sup>55</sup> O papel do secretário executivo era auxiliar o prefeito na coordenação dos assuntos pertinentes ao funcionamento do CMDS.

De acordo com Habermas (1984), entende-se que esse espaço – CMDS – pode ser considerado uma esfera de participação do poder público e da sociedade civil reunidos para discutir os problemas, necessidades, analisar as demandas, elaborar e encaminhar projetos no âmbito do desenvolvimento regional sustentável. Tratava-se de um espaço de deliberação, a esfera pública, onde os conselheiros podiam obter, por meio de debates, maior conscientização de seus interesses, visto que as discussões giravam em torno dos problemas, necessidades e carências.

#### **6.4 Etapas do funcionamento**

De acordo com o relatório de planejamento do Projeto Managé (1997), a estratégia operacional para o funcionamento do CMDS foi definida conforme as seguintes etapas:

- 1) Capacitação dos conselheiros para exercerem suas funções;
- 2) Escolha do secretário executivo;
- 3) Criação do Núcleo Técnico;
- 4) Criação da comissão para elaboração do regimento interno;
- 5) Elaboração do Diagnóstico Participativo Local (cada líder com o seu grupo ou segmento);
- 6) Sistematização das agendas das reuniões por cada representante com seu respectivo segmento;
- 7) Sistematização e consolidação dos Diagnósticos pela Secretaria Executiva do Projeto Managé (as informações seriam consolidadas e serviriam de base para realização dos diagnósticos);
- 8) Entrega da Lista de Ações<sup>56</sup> ao prefeito;
- 9) “Pacto”, referente ao comprometimento do executivo com as ações listadas;
- 10) Reunião com o CMDS para exposição da Lista de Ações e discussão conjunta das prioridades;
- 11) Elaboração do primeiro plano de ação do Conselho;
- 12) Compatibilização das demandas municipais com o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Bacia e com as atividades do Sebrae;
- 13) Realização das ações; e
- 14) Acompanhamento e avaliação.

---

<sup>56</sup> A Lista de Ações teria sua origem na sistematização na qual seriam desmembradas as ações de responsabilidade local.



## 6.5 O CMDS e sua relação com a gestão dos recursos hídricos

Não é objetivo do presente estudo entrar no mérito da questão a respeito dos motivos que justificaram a escolha de uma bacia hidrográfica como unidade para o gerenciamento dos recursos hídricos, tampouco os aspectos jurídicos, políticos e administrativos pertinentes. Devido às questões estabelecidas, percebe-se a necessidade de se promover uma gestão descentralizada por meio da contribuição de diversas instâncias que, de forma direta ou indireta, são afetadas.

Conforme exposto anteriormente, a participação da sociedade civil organizada está prevista nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). No caso específico do Projeto Managé, como o CBH do rio Itabapoana ainda não foi formado, pode-se considerar a relação institucional do CMDS com o Fórum da Bacia no qual a sociedade civil organizada estava representada por meio de dois representantes por estado<sup>57</sup>. Essa representação foi definida pelos próprios conselheiros por meio de votação em reunião dos NCR, em que cada estado conta, no Fórum da Bacia, com quatro representantes da sociedade civil organizada. Esses representantes contavam com o apoio da equipe do Projeto Managé no sentido de consolidar as demandas de seu estado e apresentá-las ao Fórum da Bacia.

O Fórum da Bacia tem atuado com a finalidade de agregar as diversas instâncias dos governos municipais, estaduais e federal, usuários de água, iniciativa privada e sociedade civil organizada para tratar, especificamente, das questões da bacia do rio Itabapoana. O papel do CMDS foi levantar e discutir as demandas apresentadas. O espaço onde os conselheiros poderiam apresentar propostas e se manifestar a respeito desse tipo de assunto era no Fórum da Bacia, que representava uma instância para onde os conselheiros levaram as solicitações de cada estado.

No Fórum esses conselheiros, como representantes dos CMDS do Rio de Janeiro, participavam das discussões pertinentes à conservação do rio Itabapoana e ao gerenciamento dos recursos hídricos da bacia. As reuniões eram coordenadas pela equipe do Projeto Managé e, após protocolo de apresentação inicial, os participantes eram divididos em grupos: poder executivo, legislativo, sociedade civil organizada, usuários de água e iniciativa privada. Nesses grupos os conselheiros representantes apresentavam suas propostas e, ao final das

---

<sup>57</sup> No Rio de Janeiro era representado por dois conselheiros do baixo e dois do médio Itabapoana.

discussões, era definido o relator que faria a exposição, na plenária, dos assuntos que foram tratados. Quando o Fórum retomava a sua formação inicial as propostas eram apresentadas para a platéia, o que permitia o conhecimento de todos sobre o nível das discussões processadas em diversas esferas. A equipe do Projeto Managé reunia todas as propostas e os respectivos assuntos discutidos para o devido encaminhamento.

Portanto, como se pode observar, as formas de atuação dos respectivos Conselhos refletem na contribuição referente ao gerenciamento dos recursos hídricos. Mas, para que o CMDS fosse reconhecido como uma esfera de fundamental importância era preciso identificar as maneiras de atuação das respectivas entidades nas decisões do governo. Foi verificada a existência de diferenças na legislação dos poderes, porém todos eles abordam a gestão participativa e descentralizada considerando a participação do poder público e da sociedade civil organizada. Dessa forma, buscou-se respeitar todos os instrumentos normativos estaduais, municipais e federal pertinentes. Assim, o CMDS se apresentava uma estrutura institucional que buscava agregar e articular os diversos interesses dos municípios, tendo um objetivo maior, que era a preservação dos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana.

## **6.6 A participação do Sebrae**

De acordo com os motivos expostos anteriormente, o Projeto Managé demonstrou estar em consonância com a proposta do Sebrae, que buscava atuar de forma a estimular os setores produtivos, apoiando micro e pequenos empreendimentos individuais e/ou coletivos, incentivando o empreendedorismo, estimulando a criação de novos negócios, a geração de emprego e/ou ocupações produtivas e renda na bacia do rio Itabapoana. Pode-se dizer que no âmbito do Projeto Managé o processo de estruturação social voltado para ações de governabilidade, em termos participativos, foi fortalecido quando da criação e atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável. Tal processo foi alavancado a partir da parceria com o Sebrae, pelo fato de a instituição gozar de grande credibilidade e poder de articulação no território.

Além de aportar recursos para o Projeto Managé, o Sebrae contratou uma equipe de consultores e gestores municipais para atuar especialmente no desenvolvimento das ações do Projeto<sup>58</sup>. No Rio de Janeiro, para trabalhar especificamente no Projeto, foram contratados

---

<sup>58</sup> Os motivos foram expostos na Introdução.

três consultores e cinco gestores municipais. O trabalho dos consultores era focado, basicamente, na identificação e no fomento dos setores produtivos da bacia com ênfase nos Núcleos Empresariais (municipais e regionais). Eles foram selecionados por possuírem experiência anterior na região em trabalhos de consultoria ligados à agroindústria, apicultura, fruticultura, pecuária leiteira, entre outros. Quando era preciso, os consultores também prestavam apoio ao CMDS participando de reuniões, fazendo articulações, entrando em contato com os conselheiros e, em alguns casos, ajudando aos gestores municipais no que era necessário.

Já o trabalho dos gestores municipais era desenvolvido no sentido de apoiar bem o CMDS e o Projeto Managé, participando arduamente do processo de articulação e buscando apoio no atendimento das demandas e necessidades apresentadas. Com exceção de um, todos residiam nos municípios que trabalhavam, e se reportavam ao Sebrae no que dizia respeito às ações do Sebrae na bacia (e também do próprio Projeto Managé), e à UFF nos assuntos relacionados ao Projeto Managé. O gestor auxiliava bastante o trabalho do secretário executivo, no sentido de conversar com o prefeito sobre os assuntos que seriam tratados nas reuniões, e também na elaboração, entrega de convites, confecção das atas das reuniões e elaboração do relatório mensal de atividades. Além disso, articulavam e procuravam viabilizar alguns assuntos tratados nas reuniões do Conselho.

Devido a essa articulação, passaram a conhecer mais de perto todos os conselheiros e também a se relacionarem com eles. Vale a pena comentar que eles passaram a ser reconhecidos e considerados como lideranças locais, chegando a representar a cidade em eventos e reuniões fora do município e, inclusive, em outros estados. Embora a proposta do Projeto Managé fosse fazer com que o CMDS tivesse condições de se estabelecer como entidade autônoma, pode-se verificar que a saída dos gestores e consultores do Sebrae (que estimulavam diretamente o processo), foi um dos fatores que contribuiu para a paralisação das atividades.

## **6.7 Dificuldades encontradas**

Conforme identificado por meio de entrevistas, atas e relatórios de acompanhamento, em São Francisco do Itabapoana, o CMDS promoveu várias reuniões para discutir, basicamente, o regimento interno, ou seja, foram realizadas diversas reuniões para discutir o mesmo assunto, o que causou certa saturação, visto que foi perdido grande tempo. Em Bom Jesus do Itabapoana, houve demora referente ao levantamento e à apresentação de demandas, já que

nem todas as demandas apresentadas foram encaminhadas e/ou atendidas por parte do poder público, conforme expectativa de alguns segmentos. Essas reuniões iniciais apresentaram poucos resultados e tiveram, como consequência, a diminuição gradual do número de participantes nos encontros seguintes, chegando até a suspensão das mesmas.

Nas reuniões do Conselho de Campos dos Goytacazes, houve a apresentação dos trabalhos executados pelas secretarias municipais, em que, após a exposição, os participantes faziam suas considerações e reivindicações. Em Varre-Sai, foram levantadas as demandas, mas poucas tiveram seu respectivo encaminhamento e/ou solução. Comparado aos demais municípios, Porciúncula foi o único que avançou um pouco mais nessas discussões, uma vez que foi feita a apresentação para o prefeito e o encaminhamento das demandas, sendo que o próprio CMDS se encarregou de buscar soluções para algumas.

Os resultados obtidos nas reuniões do CMDS foram oriundos da validação, frutos de um consenso entre as diversas instituições participantes. Nas reuniões dos Conselhos foram identificadas as vocações do município e da região da bacia, como também seus respectivos pontos fortes e fracos. Os assuntos propostos apresentaram certa coerência e eram pertinentes conforme as necessidades locais da cidade (SEN, 2000). Porém, de acordo com as entrevistas, discutia-se muito, apresentavam-se diversas demandas, mas pouca coisa era resolvida.

## **6.8 Paralisação de atividades**

Foram identificados diversos fatores que contribuíram para a paralisação das atividades do CMDS. A começar pelas reuniões iniciais, que trataram da formação do Conselho e tiveram que seguiram um trâmite burocrático. Além disso, a maior parte dos encontros girou em torno de discussões sobre quem seria o secretário executivo, os representantes do núcleo técnico, do NE, do NER, do NC, do NCR, e também sobre a criação do regimento interno e a apresentação das demandas e prioridades, em que cada liderança se reuniu com seu respectivo grupo e/ou segmento para apresentar o plano de ação contendo o levantamento das demandas e prioridades. Nesse processo, muitos conselheiros se afastaram e deixaram de comparecer às reuniões por não verificarem resultados. Sendo assim, as etapas posteriores não chegaram a ser cumpridas, apesar de os conselheiros terem participado inicialmente de reuniões expositivas sobre o Projeto Managé e também recebido explicações sobre o funcionamento do mesmo.

Portanto, o grande tempo despendido em discussões para a formação, e a falta de resultados expressivos e imediatos causaram o afastamento dos conselheiros. De acordo com os representantes do poder público, se o CMDS tivesse alcançado resultados mais concretos, os conselheiros se aproximariam e se interessariam mais sobre o mesmo. Alguns conselheiros apresentaram determinadas críticas ao Projeto Managé, que envolviam aspectos, como por exemplo, a inadequação da prática em sua execução devido ao desenho proposto.

Além disso, o Conselho contava com membros indicados pelo poder municipal constituído, no qual algumas administrações municipais atuaram passivamente não demonstrando comprometimento. A ausência da participação e do envolvimento dos prefeitos, dos conselheiros do poder público, e a dependência desse poder para o andamento de grande parte dos assuntos tratados (principalmente por deter 51% de representatividade), podem ser considerados fatores de retração da participação da sociedade civil organizada.

Grande parte dos conselheiros entrevistados relacionou o encerramento das atividades com o término do Convênio entre a UFF e o Sebrae, pois por esse motivo, a equipe do Sebrae, que trabalhava diretamente para o Projeto, foi dissolvida. Cabe destacar que essa equipe estava permanentemente no município mantendo contato com os conselheiros e com o prefeito. Por conseguinte a equipe da UFF (que era mais reduzida) não conseguia estar sempre fazendo o acompanhamento dos trabalhos *in loco*, sendo a maior parte do monitoramento das ações feito por meio dos relatórios da equipe do Sebrae.

Somado a isso, tais fatos coincidiram com o período eleitoral, no qual diversos conselheiros se afastaram para disputar ou apoiar as eleições. Não se pode ignorar que, principalmente por parte da sociedade civil organizada, existiu certa insegurança no que dizia respeito à continuidade das ações, relacionada às mudanças políticas decorridas em função das eleições. Em síntese, em um mesmo período houve a convergência de diversos fatores que contribuíram para o término das atividades.

## **CAPÍTULO 7: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Neste capítulo, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas nos cinco municípios do Rio de Janeiro selecionados. Consta, como apêndice da dissertação, um relatório contendo, na íntegra, todas as 38 entrevistas realizadas. Cabe ressaltar que as identidades dos entrevistados foram preservadas<sup>59</sup>.

### **7.1 Bom Jesus do Itabapoana**

Praticamente todos os conselheiros consideraram que o Projeto Managé era muito importante para o desenvolvimento sustentável do município e, conseqüentemente, para toda a bacia do rio Itabapoana. Os representantes da sociedade civil organizada comentaram sobre a necessidade de haver maior comprometimento dos poderes públicos (em todas as instâncias), visto que o CMDS era a base para levantar demandas e projetos com esse fim. Disseram, também, que precisava ser feito um trabalho de preservação ambiental e que se tratava de um processo lento, pois requereria a conscientização da população em geral. Nesse sentido, seria importante desenvolver ações para “firmar estacas”. Sobre o assunto, um entrevistado comentou que:

Acho que o CMDS, quando parte para esse problema de meio ambiente, de toda essa situação, é um trabalho de cultura, que é demorado, que a gente tem que persistir nele. São detalhes aparentemente simples, mas fazem parte de uma boa formação. [...] o CMDS tem uma atuação grande no meio ambiente, na saúde, na cultura, no social, ele é muito abrangente e entra em muitas áreas que precisam ser mais conscientizadas e essa conscientização é um problema que precisa de tempo (RSCO).

Ainda sobre esse aspecto, um representante do poder público também concordou e ressaltou a necessidade de conscientização dos habitantes da bacia em preservar o meio ambiente, conforme depoimento abaixo:

[...] principalmente conscientizar o povo. A conscientização é o trabalho mais difícil. Eu tenho um vizinho que ainda joga lixo dentro do valão. O valão já não passa quase água e já é quase uma rede de esgoto. O caminhão da prefeitura passa todos os dias para apanhar o lixo, mas a pessoa tem o prazer de passar para outra calçada e atravessar a rua para jogar o lixo dentro do valão. Nessa parte de conscientização o Managé vai ter muito trabalho de conscientizar o pessoal a não desmatar, a manter as margens do rio arborizadas e cuidar bastante das nascentes (RPP).

---

<sup>59</sup> A sigla RSCO refere-se aos Representantes da Sociedade Civil Organizada (membros eleitos) e RPP aos Representantes do Poder Público (membros natos).

É importante ressaltar que, de todos os municípios estudados, Bom Jesus do Itabapoana foi o que mais relacionou o Projeto Managé à conservação dos recursos hídricos, ao lixo, saneamento, esgoto, desmatamento, enfim, à preocupação em relação ao meio ambiente, principalmente no que diz respeito à bacia do rio Itabapoana.

Os representantes do poder público local reconheceram também que cada um deveria fazer a sua parte, por menor que fosse a ação. De acordo com os entrevistados, o Projeto Managé retratava e apresentava propostas referentes às ações ligadas à preservação ambiental, mas ainda assim parecia incipiente. A história contada por um dos entrevistados expressou o espírito de colaboração que precisava existir:

A gente tenta, é igual à história da formiga durante um incêndio na mata. Ela ia com um pequeno balde de água e virava-o onde estava pegando fogo quando um outro animal perguntou: ‘Mas formiga, você acha que vai apagar o incêndio com esse pouquinho de água?’, e ela respondeu: ‘Estou fazendo a minha parte, se todo mundo fizesse a sua nós apagaríamos o incêndio’. É assim, de repente, a gente, com o pouco apoio, mas se todo mundo fizer a sua parte aquele pouquinho torna-se muito (RPP).

Em relação a isso, um representante da sociedade civil organizada comentou que: “Eu espero que esse CMDS cresça e continue fazendo um trabalho bem melhor, que está apenas iniciando essa conscientização.” Disse também que o Conselho era um caminho para essa conscientização:

[...] quando a gente passa à margem do rio Itabapoana, quando a gente olha aquela sujeira que é o rio Itabapoana, e vê que alguma coisa pode ser melhorada, ou que a gente imagina que pode ser melhorada, a gente lembra do CMDS. Agora, imagine bem essas entidades todas representadas, cada um passando essa idéia para o seu vizinho e para o seu companheiro de trabalho? Isso tem que dar resultado porque nós acreditamos no resultado. Eu acredito na melhora do CMDS, nas boas intenções e no projeto do governo (RSCO).

Os representantes do poder público local comentaram que atuavam por indicação do prefeito, em conformidade com a Lei, e disseram que faziam parte não somente devido a essa obrigatoriedade, mas também porque estavam dispostos a colaborar. O presidente do CMDS não costumava participar das reuniões, e isso se refletiu na pouca participação dos secretários municipais. O depoimento abaixo, de um representante do poder público, expõe esse fato:

Sou membro do Conselho porque todos os secretários, assim como o prefeito, fazem parte automaticamente do Conselho do Projeto Managé. Nós somos membros quase que por coisa obrigatória, mas não é por ser obrigatório que a gente faz parte, é mais, também, no intuito da gente colaborar com alguma idéia, algum apoio ou com alguma coisa (RPP).

Os representantes da sociedade civil organizada reconheceram a importância do Conselho no sentido de agregar esforços e preservar os recursos ambientais e promover o desenvolvimento social. Um deles comentou que: “... o CMDS é um Conselho muito importante que procura ajudar a refletir, trabalhar com o poder público, com entidades representativas para ajudar o nosso meio ambiente a equilibrar uma situação social, cultural e ecológica.”

Quando perguntados se a participação no Conselho era interessante para o governo municipal, todos os entrevistados disseram que sim. Um representante da sociedade civil destacou: “Sim, pois se trata de uma consultoria gratuita, pois o Conselho várias vezes elabora projetos gratuitamente”, e ainda teceu o seguinte comentário: “... é através desse Conselho que a gente consegue e adquire alguma coisa também para o desenvolvimento do município.”

Conforme identificado por meio de entrevistas, atas de reuniões e relatórios de acompanhamento do Projeto, houve demora no que diz respeito ao levantamento e à apresentação de demandas no CMDS. Por esse motivo, as reuniões iniciais apresentaram poucos resultados, e a fraca participação gerou incerteza quanto ao próprio funcionamento do Conselho. Esse fato ocasionou efeitos extremamente negativos e desagregadores, visto o distanciamento existente entre o poder público e a sociedade civil organizada do município. Em consequência disso, houve a diminuição do número de participantes nos encontros seguintes, chegando até a suspensão das reuniões. O depoimento a seguir expressa claramente a insatisfação:

Porque nós temos um comprometimento perante as pessoas que estamos representando. Mas está complicado participar nas reuniões, pois existem vários conselheiros que estão ausentes e não participam, e o Conselho não se posiciona. No momento não estou atuando, mas voltarei porque, conforme muito bem diz aquele velho ditado: ‘Água mole em pedra dura tanto bate até que fura’ (RSCO).

Foi comentado, também, que o fato de as reuniões serem realizadas na Câmara Municipal, de certa forma, fez com que alguns conselheiros vinculassem o CMDS a questões políticas, o que contribuiu para um distanciamento entre os membros natos e eleitos. Ficou truncada a dissociação, pois alguns interpretaram que o CMDS era mais um Conselho criado pela prefeitura, e não o vincularam como parte de um projeto macro.

Além disso, os entrevistados comentaram também sobre o não-comparecimento do poder público nas reuniões, principalmente do prefeito. Segundo eles, o fato de o presidente do CMDS não comparecer e, por isso, não haver possibilidade de estudo e aprovação das



propostas apresentadas, desmotivou a atuação dos conselheiros causando uma impressão de descrédito, de ser “mais um Conselho” e ser “mais uma reunião para não se decidir nada”. O depoimento a seguir expressa bem esse fato:

Senti um descaso do poder executivo que agenda as reuniões, mas eles não comparecem ou saem durante a reunião, não definem o que vai ou o que pode ser feito. Esse fato vem desmotivando a participação da sociedade civil nas reuniões do CMDS. Falta maior comprometimento do poder público, pois foram agendadas várias reuniões que não puderam ser realizadas por falta de *quorum*.

Precisa haver maior comprometimento em âmbito federal, estadual e municipal. Há muito curso, muita propaganda, mas falta uma ação efetiva. A população cobra dos membros representantes perguntando o que é feito no Projeto. As pessoas questionam se somente fazem reuniões e nos perguntam sobre o que ficou resolvido e não há muito que informar (RSCO).

De acordo com as entrevistas, alguns conselheiros deixaram de participar das reuniões por não mais acreditar que o modelo de gestão proposto pudesse, na prática, trazer os resultados pretendidos. De certa forma, tais atitudes foram oriundas de uma postura individualista, já que alguns representantes entrevistados, além de não participarem dos encontros, estavam se isolando e não mais pertencendo a outras formas de associações que existiam em sua cidade.

Vale a pena comentar que todos os entrevistados da sociedade civil organizada tinham mais de 25 anos de experiência em movimentos sociais e participavam também de outros Conselhos existentes no município. Segundo eles, continuavam atuando no CMDS devido ao comprometimento que tinham perante as pessoas das entidades e/ou comunidades que estavam representando.

Os representantes da sociedade civil organizada consideraram que o governo (municipal) não agia bem, era lento e burocrático. Pode-se verificar certo descontentamento da sociedade civil organizada perante a atuação do governo municipal (não somente na instância deste Conselho), uma vez que disseram que todos os projetos envolvendo o crescimento, desenvolvimento e a resolução de demandas, precisavam contar com o apoio e a efetiva participação e intervenção do poder público. Eles acreditavam que se tratava de uma estrutura simples devido ao fato de o município ter como figura central um poder único representado pelo prefeito.

Com relação aos resultados alcançados, os representantes do poder público local disseram que foram obtidos alguns, porém nenhum entrevistado conseguiu citar, ao menos, um que tenha

sido por intermédio do CMDS. Comentou-se a respeito da apresentação dos planos de trabalho, mas também não foram citados os resultados alcançados. Apenas um representante da sociedade civil disse que, por meio do Conselho, houve a realização de cursos e mostra de filmes<sup>60</sup>. Fora isso, o CMDS não apresentou nenhum resultado que pudesse ser vislumbrado pelos entrevistados.

No que diz respeito às entrevistas do poder público, as respostas obtidas não foram consideradas satisfatórias (em alguns casos até insuficientes). Ao perceber que as entrevistas seriam gravadas, alguns se mostraram reticentes em tocar em determinados assuntos, principalmente os relacionados à ausência do prefeito nas reuniões, à falta de apoio do poder público (de seus representantes), bem como ao não-atendimento de algumas demandas que foram levantadas pelos membros da sociedade civil. Somado a isso, pode-se identificar ainda a falta de participação e de conhecimento sobre o que acontecia nas reuniões e, principalmente, a falta de informações sobre a atuação do Conselho.

Concluindo, a própria dinâmica que conduziu o CMDS de Bom Jesus do Itabapoana, aliada à falta de comprometimento do poder público, provocou o esvaziamento e, conseqüentemente, a paralisação de suas atividades. Pode-se verificar que foi acentuado o envolvimento e o engajamento por parte da sociedade civil organizada, fato que não aconteceu tanto por parte do poder público. A sociedade civil mostrou-se muito mais inteirada a respeito do propósito do Projeto Managé e sobre o que acontecia nas reuniões do Conselho do que os demais membros do CMDS.

---

<sup>60</sup> No município não havia cinema.

Figura 6 Síntese da análise do município de Bom Jesus do Itabapoana

<b>CMDS DE BOM JESUS DO ITABAPOANA</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Experiência da sociedade civil em movimentos sociais;</li> <li>➤ Participação dos conselheiros da sociedade civil organizada em outros conselhos municipais;</li> <li>➤ Crença em projetos que envolvam a comunidade;</li> <li>➤ Apresentação de planos de trabalho;</li> <li>➤ Preocupação com o meio ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Baixa participação e comprometimento do poder público;</li> <li>➤ Desmotivação e descontentamento;</li> <li>➤ Inexistência de capacitação específica;</li> <li>➤ Resultados inexpressivos;</li> <li>➤ Pouca de informação;</li> <li>➤ Falta de credibilidade na proposta;</li> <li>➤ Poder concentrado;</li> <li>➤ Baixa integração entre a sociedade civil organizada e o poder público;</li> <li>➤ Vinculação à questões políticas;</li> <li>➤ Falta de apoio nos projetos da comunidade;</li> <li>➤ Pouca conscientização ambiental;</li> <li>➤ Paralisação das atividades.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

## 7.2 Campos dos Goytacazes

Todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância do Projeto Managé pelo fato de o mesmo englobar diversos aspectos, tais como a conservação do meio ambiente, a diminuição da pobreza, a aproximação dos estados e municípios, e o relacionamento entre os prefeitos, comunidades e entidades. Comentaram a respeito da grandiosa área de abrangência que envolve os três estados, e também sobre a necessidade de implantar projetos como este em todo país, visto que proporcionou maior integração e desenvolvimento.

Os representantes do poder público local reconheceram o papel do CMDS tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável e a implementação de

políticas, visando evitar a degradação ambiental, incluindo a poluição do rio Itabapoana. Os depoimentos a seguir abordam esses aspectos:

O Projeto Managé é um projeto de extrema relevância porque ele abriga três estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais e traz, com isso, para toda essa comunidade, em torno de 650 mil pessoas, a possibilidade de troca de informações. A gente aperfeiçoava cada vez mais o relacionamento entre os prefeitos e entre todas as comunidades e entidades que faziam parte desse Projeto (RPP).

Considero o Projeto importante porque sua atuação se dá em uma área de três estados [...] porque é uma região com muita pobreza e com baixo desenvolvimento. É uma situação que acontece também em outras áreas de nosso país, em outras regiões e microrregiões, dentro das unidades de nossa federação. É uma situação incômoda, é uma situação vergonhosa para o país e algumas ações precisavam acontecer para você fazer a integração, para você fomentar o desenvolvimento e o Projeto Managé, junto com o Consórcio, tem essa proposição. Nós sabemos da dificuldade, sabemos do desafio que é você superar essa distância que nos separa, quando na verdade, todos os municípios encontram-se em uma situação de absoluta igualdade na insuficiência do desenvolvimento, no quadro social de miséria e de pobreza. Até diria que Campos, com os recursos do royalty seria até, de uma certa forma, uma exceção na área da bacia. É um projeto que eu conheço desde a sua gestação, desde o seu nascimento e reconheço a importância porque realmente é necessária a ação do Managé e do Consórcio para que a gente atinja esse objetivo maior de implementar as políticas que visam promover o desenvolvimento sustentável dessa região (RPP).

Um representante da sociedade civil organizada demonstrou a preocupação e o engajamento necessários no sentido de preservar os recursos hídricos: “Hoje esse problema das águas está deixando o mundo com uma preocupação constante, porque a água, que é uma necessidade vital, está acabando e os cientistas estão muito preocupados.” Tal participação significava, também, motivação para a realização de um trabalho em conjunto, em prol de um bem comum, envolvendo várias entidades. Um outro conselheiro disse que:

O Projeto Managé foi muito divulgado aqui na região, houve várias solenidades de implantação e indicação dos membros. [...] Isso fez com esse programa tivesse, inicialmente, uma perspectiva maravilhosa, a gente sonhava que finalmente tivesse encontrado motivação para que grupos de diversos locais se manifestassem e se colocassem disponíveis para tratar desses assuntos. Nós fizemos várias viagens, tivemos diversas reuniões, nos mais diversos locais aqui e onde o rio Itabapoana tem afluência. [...] a gente não podia ficar fora e ficamos vários anos participando das reuniões. Acho um projeto muito interessante [...] a gente pode ver a preocupação das prefeituras com o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades (RSCO).

No que diz respeito à atuação do presidente do Conselho, devido aos seus esforços e engajamento, o CMDS foi implantado no município. O prefeito de Campos, Sr. Arnaldo Viana, fazia questão de estar presente nas reuniões do Conselho e solicitava a participação de todo o secretariado. Nessa época atuava, também, como presidente do Consórcio de

Municípios da Bacia do Itabapoana. Com relação à atuação no CMDS, os conselheiros do poder público disseram que faziam parte devido à indicação do prefeito, em decorrência do cargo que ocupavam. Reconheceram a devida importância do Conselho não somente para o município, como também para toda a região.

Nesse sentido, pode-se verificar o depoimento de dois conselheiros do poder público, sendo que o primeiro teceu o seguinte comentário: “Como eu era secretário de governo, eu fazia parte com muita satisfação e trabalhava pró-ativamente em relação ao bom andamento do CMDS. Para mim foi um enriquecimento muito grande trabalhar nesse Projeto”, e o segundo disse que: “O que não foi nenhum peso para mim, que entendo a importância do conselho, ou dos conselhos, como instrumento de participação da sociedade, e também como um espaço onde o gestor público faz uma interação com os segmentos organizados da sociedade.”

De forma semelhante, todos os representantes da sociedade civil disseram que sua participação se deveu ao fato de terem sido indicados por suas respectivas entidades. Todos esses conselheiros tinham uma característica bem peculiar: atuavam há muitos anos nas entidades que estavam representando. Tal fato significa que foram escolhidos devido ao conhecimento e à experiência acumulada no decorrer do tempo em associações, fundações, fóruns etc. Deve-se também levar em consideração que se tratavam de antigos moradores da cidade, que estavam há muito tempo envolvidos em questões sociais atuando em diversas entidades, possuíam uma considerável rede de relacionamentos na região, inclusive com o prefeito, e também conheciam a equipe do Projeto Managé.

Quando perguntados se a participação no CMDS era interessante para o governo municipal, todos os representantes do poder público local disseram que sim. O depoimento de um representante do poder público a seguir expressa esse fato: “Com certeza, haja vista a participação do prefeito, na época o Arnaldo Vianna, que deu um grande incentivo para que todos os secretários participassem, cobrava isso deles e fazia com que tivessem uma participação efetiva do governo municipal.” Também destacou sua importância como uma forma de participação da comunidade em questões públicas.

Nessa esfera, o poder público tinha a oportunidade de conhecer, fazer contato e se aprofundar em questões pertinentes às necessidades, demandas e prioridades básicas das comunidades. Esse fato proporcionava condições para que administradores públicos tivessem maior

envolvimento junto às entidades civis, como pode ser comprovado pelos seguintes depoimentos:

Primeiro, é que dá à comunidade condição de estreitar o relacionamento com o poder público. Nós tínhamos várias entidades e associações, inclusive me lembro de algumas que eram bastante atuantes como a Cajopa<sup>61</sup>, que mostrava a relação que deveria ter o poder público com a entidade que visava o bem-estar das pessoas daquele núcleo. E, também, entidades sindicais e outras entidades que faziam parte e isso trazia um mapeamento global da cidade. Acho que buscar esse entendimento entre o poder público e as entidades é muito interessante, você faz uma imersão na sociedade, traz o problema às secretarias e a gente devolve aquilo em serviço. Acho que essa é a essência do Projeto. O CMDS garante essa possibilidade de você ir à sociedade buscar a sua necessidade e devolver aquilo em serviço (RPP).

“Muito interessante porque a partir dele (do Conselho) surgiram várias propostas: associações de bairro reclamando que não tinham luz, não tinham água e o prefeito, participando, designava logo o secretário para verificar isso. A gente não chegou a saber se isso foi feito porque houve uma interrupção. Mas acho que nunca é tarde para retomar (RSCO).”

Uma representante da sociedade civil organizada considerou que a participação do poder público em Conselhos causava certo embaraço, pois as demandas eram apresentadas, mas várias propostas, para serem realizadas, dependiam das decisões do poder público e, por isso, os Conselhos deveriam ter maior autonomia.

O Conselho é importante. O que falta aos Conselhos é funcionar de maneira melhor, com mais independência porque todo o Conselho que é paritário, que tem a presença dos órgãos públicos, inibe um pouco, atrapalha um pouco, pois as pessoas vão para as reuniões e por mais que apresentem as sugestões fica tudo dependente do poder público. [...] são dadas as opiniões, são feitas as propostas, mas as coisas não andam muito porque tudo depende do poder público e quase que não adianta nada. [...] Se os Conselhos tivessem um pouco mais de autonomia para agir... mas como tudo depende do poder público porque, inclusive, é o poder de decisão, é o poder de dinheiro, é muito difícil (RSCO).

Ressaltou também que para o governo a existência de diversos conselhos municipais é interessante devido ao fato de as decisões tomadas estarem respaldadas em uma opinião popular. Teoricamente, quando algumas propostas são submetidas ao Conselho, este é que fica responsável em aprová-las ou não. Assim, os representantes da sociedade civil mostraram certa frustração, retratada pelo depoimento a seguir: “Se o Conselho decidir bem, muito bem para ele (o prefeito), e se decidir mal é problema do Conselho”, e “A gente passa a fazer parte, passa a dar o nosso aval para assuntos que, às vezes, a gente não está de acordo, mas que veio aprovado e isso traz o desânimo” e também que:

---

<sup>61</sup> Associação de lojistas que engloba algumas ruas do centro da cidade.

A gente compete só acompanhar, ficar olhando de longe, tentando dar um rumo. A execução mesmo não cabe ao Conselho, por mais que as pessoas tenham boa vontade, por mais que os Conselhos sejam organizados, mas no final acaba tudo se esbarrando nesses dois problemas: poder de decisão e poder de dinheiro. Por quem é que executa? É quem tem o dinheiro (RSCO).

Complementando, citou que “todo governante já tem seu projeto de governo, já executa aquilo que ele quer que faça parte do seu plano e o que é politicamente interessante para ele”. Portanto, segundo essa conselheira, não se costuma tomar uma decisão “porque o Conselho recomendou” ou “porque o Conselho está querendo”.

Mesmo assim, alguns representantes disseram confiar na proposta do Projeto Managé e acreditar na continuidade de ações que julgavam ser importantes para o desenvolvimento do município. Porém, reconheceram que mesmo sendo de extrema importância, o CMDS não é um órgão executor, mas o poder público sim e, devido a isso, existe grande dependência em relação a essa execução estar condicionada a ele. Cotejando essa confiança depositada, alguns pontos negativos foram comentados sobre a falta de estímulo, de esperança e de uma certa decepção em relação ao CMDS. Por diversas vezes foi ressaltado que havia muitas discussões, muitas reuniões, mas parecia que as coisas ficaram somente “no papel”, “só no querer”, e muito dependentes do poder público.

Um entrevistado da sociedade civil organizada comentou que experiências anteriores, condicionadas ao poder público, deixaram várias pessoas descrentes, visto que pararam no “meio do caminho”, ou seja, não tiveram continuidade, nem resultado, nem fim. E com o CMDS aconteceu o mesmo.

Acho que o objetivo do Conselho é o que todo mundo quer, que todo mundo fala, mas não adianta ficar só no querer. O município, a região, tem que ser auto-sustentável e não depender tanto da prefeitura, não depender tanto do estado, dos órgãos públicos, todo mundo tem que buscar uma forma alternativa de sobrevivência. Mas na hora em que se discute, isso morre, quer dizer, a gente, realmente, fica meio desesperançado de acreditar na seqüência dos bons projetos... a gente ficou muito decepcionado (RSCO).

Outro ponto muito citado pela maioria dos conselheiros entrevistados, que comprometeu bastante a continuação das atividades, estava relacionado ao período eleitoral. Por esse motivo, alguns conselheiros, principalmente do poder público, deixaram de participar e se

afastaram para se dedicar ao trabalho em suas campanhas. De certa forma, pode-se perceber que, de alguma maneira, havia um cunho político incorporado ao funcionamento do Conselho.

Queria até fazer uma consideração que até pela natureza daquele ano de 2004, um ano eleitoral, que começa bem cedo. Em março você tem a saída de alguns atores desse Conselho. Tem a saída de diversos atores, não só integrantes da representação da sociedade como também do poder público.

De uma certa forma a natureza desse ano eleitoral atrapalha, ele faz uma intervenção nessa condução e no andamento do processo. Porque isso tudo é um processo político e social, quer dizer, a vida de um Conselho é um processo, um processo político. Atrapalhou a vida do Conselho e não sei como se fecharam algumas questões levantadas por ele (RPP).

Sobre esse assunto, um representante da sociedade civil organizada complementou dizendo ainda que os interesses particulares muitas vezes foram sobrepostos aos do coletivo:

Mas, ao se aproximar das eleições, ficou clara também outra coisa, que eles estavam muito mais interessados naquilo que eles estavam envolvidos pessoalmente do que para os assuntos comunitários e dos vizinhos. Você pode fazer um levantamento que você vai chegar à conclusão que ao se aproximar da eleição tudo foi interrompido.

A intenção, como na maioria das vezes, era a melhor possível mas interesses individuais foram sendo demonstrados e serviram de desestimulantes para os que participaram. Estavam muito interessados e, se ao aproximar das eleições tudo parou, todo assunto que é do interesse da comunidade parou (RSCO).

No que diz respeito aos resultados alcançados, foi ressaltada a importância do relacionamento mantido, do conhecimento de novas pessoas e da oportunidade de participar em reuniões em outras cidades e estados. Um conselheiro do poder público comentou sobre o início da realização de um trabalho em conjunto (mas não citou os resultados), e também sobre as discussões mantidas com alguns municípios do Alto Caparaó, na área de turismo. Um representante da sociedade civil organizada disse “Confesso que foi ótimo porque, de minha parte, aproveitei para conhecer novas pessoas, pessoas muito importantes em suas comunidades e interessadas pelo bem estar comum e bastante animadas, entusiasmadas...”.

Um representante do poder público considerou que um resultado significativo alcançado no CMDS diz respeito ao investimento no capital humano. Segundo ele, isso é um conhecimento que irá perdurar, independentemente da troca de governo, e disse ainda “Tenho certeza absoluta que o CMDS faz parte desse conjunto de notório saber”.

De acordo com a dinâmica conduzida pelo prefeito nas reuniões, por meio da exposição dos trabalhos desenvolvidos pelas secretarias municipais, um representante do poder público comentou que esse foi um aspecto positivo. As apresentações foram importantes, pois dessa



forma todos os presentes tomavam conhecimento do que estava sendo feito na cidade. O depoimento a seguir traduz esse fato “Eles disseram que precisavam falar mais na mídia, isso porque nós não sabíamos o que estava sendo feito por essas secretarias. O CMDS era a garantia da troca de valor e de conhecimento” (RPP).

Um conselheiro do poder público não soube informar os resultados alcançados e entendia que o CMDS se tratava de “um órgão de integração desses Conselhos onde a sociedade estaria representada por meio desses representantes de cada um desses Conselhos existentes na cidade”. Ou seja, estava atrelando-o às discussões setoriais e de “desenvolvimento como um todo”, estabelecida entre alguns municípios (provavelmente devido à sua pouca atuação no mesmo).

Nenhum entrevistado mencionou qualquer tipo de resultado concreto. Comentou-se que, se houve resultados, não foram tão expressivos. No decorrer das reuniões, houve solicitação de algumas demandas pontuais da comunidade, porém nenhum entrevistado soube informar se, de fato, essas reivindicações foram atendidas e/ou quais os resultados apresentados. Assim, percebe-se que as reuniões do Conselho tiveram um caráter mais expositivo, o que é expresso claramente pelo depoimento a seguir:

As reuniões eram boas, a presença era boa, mas os resultados foram poucos, porque as pessoas vinham, participavam e em cada reunião se planejava uma palestra de algum participante, principalmente da área pública. Todos os secretários vinham e faziam uma exposição do que sua secretaria estava fazendo para essa ou aquela área, mas as coisas ficavam muito por aí. Ação mesmo decorrente do trabalho do Conselho eu acho que teve muito pouco ou nenhuma. Teve algumas coisas miúdas, por exemplo, reclamação de qualquer problema aqui no parque ou coisa assim. Outros projetos de maior amplitude não foram realizados, não que eu tenha conhecimento (RSCO).

Sobre o motivo pelo qual eles achavam que as atividades do CMDS foram paralisadas, a resposta, unânime, foi a influência do período eleitoral, já que a eleição passou a ser prioridade, principalmente para os representantes do poder local. Alguns representantes da sociedade civil organizada disseram que a iniciativa privada também não ficou isenta, visto que estava envolvida na campanha, apoiando alguns candidatos. Ressaltaram ainda que, quando chegou a época das eleições, o prefeito também deixou de comparecer (e, conseqüentemente, seus secretários). Essa ausência do prefeito foi um fator que desestimulou a participação de todos os conselheiros, constituindo um processo que não ocorreu abruptamente e, sim, aos poucos, o qual resultou na paralisação das atividades.

A despeito de todos os aspectos negativos comentados pelos entrevistados, quando perguntados se participariam novamente das atividades do Conselho (caso elas fossem retomadas), todos os entrevistados expressaram a mesma opinião: participariam. Inclusive um representante do poder público que não está mais na condição de secretário.

A maioria dos representantes da sociedade civil organizada considerou interessante a realização do presente estudo e a escolha do tema, e lamentou o fato de não ter um resultado concreto para apresentar e agregar ao presente trabalho.

Figura 7 Síntese da análise do município de Campos dos Goytacazes

<b>CMDS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Participação da sociedade nos conselhos municipais;</li> <li>➤ Reconhecimento da importância do Projeto Managé;</li> <li>➤ Integração da sociedade civil com outros municípios e estados;</li> <li>➤ Exposição dos trabalhos desenvolvidos pelas secretarias;</li> <li>➤ Conquista de espaço para discussões públicas;</li> <li>➤ Aumento da rede de contatos;</li> <li>➤ Preocupação com questões ambientais;</li> <li>➤ Espírito de colaboração;</li> <li>➤ Atendimento das demandas pontuais;</li> <li>➤ Liderança e atuação do prefeito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dependência do poder público;</li> <li>➤ Poder concentrado no executivo;</li> <li>➤ Prevalência de interesses políticos e individuais;</li> <li>➤ Envolvimento dos conselheiros com questões políticas partidárias;</li> <li>➤ Pouca divulgação dos resultados;</li> <li>➤ Descrença em projetos que envolvam a comunidade e o poder público;</li> <li>➤ Falta de estímulo;</li> <li>➤ Falta de autonomia;</li> <li>➤ Paralisação de atividades.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

### 7.3 Porciúncula

Com exceção de um representante do poder público, todos os entrevistados consideraram o Projeto Managé muito importante não somente para o desenvolvimento da bacia, como também para o município, principalmente no que diz respeito à participação da sociedade civil no processo decisório e à necessidade de certa independência do poder público. Comentou-se também sobre a oportunidade da realização de muitas ações, incluindo a capacitação oferecida aos munícipes.

Eu acho que foi um projeto que veio resgatar, para a nossa região, principalmente para o município de Porciúncula, aquela participação que o segmento da comunidade precisava ter com relação aos vários anseios que a comunidade tinha em relação às metas, às etapas e objetivos de melhorar o crescimento da comunidade. [...] Mas era importante porque nós conseguimos muitos benefícios para o nosso município depois que ele passou a fazer parte do Projeto Managé. Eu acho que foi muito importante, que é um Projeto que deveria ser aproveitado pelo governo atual, tanto municipal, estadual e federal e não devia nunca acabar (RPP).

“Eu acredito nas reuniões e nas demandas que eu levanto junto com esse Conselho. O Projeto Managé é uma bandeira, que é o desenvolvimento sustentável. Eu acredito nisso, se não acreditar em uma ação eu deixo até de participar (RSCO)”.

A maior parte dos entrevistados, tanto do poder público como da sociedade civil, considerou a grande importância do Projeto, principalmente como um modo de resgatar a participação da comunidade, representada por meio da sociedade civil organizada, no processo de tomada de decisão juntamente com o governo. As falas que podem ser verificadas abaixo espelham o reconhecimento desse fato, principalmente por parte do poder público municipal:

Em Porciúncula despertou algo que a gente não tinha há muitos anos, que foi a participação popular. Fez com que todos os segmentos da comunidade estivessem sempre participando e trazendo suas sugestões, seus anseios, pleiteando, reivindicando alguma coisa, cobrando... coisas que a gente há anos não via e não se conseguia fazer isso. Ele foi um movimento muito importante (RPP).

Mesmo que todas as ações não tenham sido concretizadas, achei interessante porque desenvolveu esse espírito de que a sociedade civil, se quiser, ela pode. Ela não precisa deixar tudo por conta do estado, pois ela tem força se se organizar e reivindicar. Acho que a importância desse projeto foi nesse sentido. [...] a concretização de algumas ações planejadas, do envolvimento da sociedade civil, associações de bairros e esse primeiro passo acho que é o resgate da cidadania, do cidadão se sentir importante, saber que pode se quiser, no sentido de não deixar tudo por conta do estado, pois a gente pode fazer, como sociedade civil (RPP).

Todos os conselheiros entrevistados, representantes do poder público, disseram que atuaram no CMDS devido ao cargo na prefeitura, visto que a participação se tornava obrigatória por estar condicionada à função que ocupavam na época. Os depoimentos a seguir expressam tal afirmação: “Eu atuava como poder público e fui indicada para participar naquele percentual da área governamental (RPP);” “Atuava no Conselho porque eu, na época, estava como presidente da Câmara Municipal e, devido a isso, representava o Legislativo (RPP)” e “Eu não sei nem se eu atuava no Conselho. Fui convidado a participar do Conselho como Secretário de Agricultura e compareci em algumas reuniões para deter maior conhecimento sobre o mesmo (RPP)”.

Sobre esse respeito, contrapondo com o que ocorreu com o poder público, a atuação dos representantes da sociedade civil organizada foi por meio de um convite de suas instituições, que os escolheram para representarem-nas. Nesse sentido, houve vontade e a participação foi espontânea, já que o convite foi considerado uma oportunidade de expor, de opinar, de ser ouvido, de participar e de contribuir de forma ativa para o desenvolvimento da cidade. Vale ressaltar que esses representantes atuavam como líderes em suas respectivas comunidades, e o Conselho tratava-se de mais um compromisso firmado.

Quando veio o convite eu falei que iria entrar porque era uma maneira que eu tinha de participar, de poder ter direito a voz, de colocar lá as minhas idéias e pegar as de outras pessoas. Então, a gente está envolvido [...]. Modéstia à parte, ainda sou o que procuro estar mais presente nas reuniões devido à importância que sei que é a participação da comunidade, e a gente não pode deixar tudo por conta do governo. A gente tem que participar, dar a nossa parcela de contribuição e por isso eu acredito. [...] ... é o momento que tenho para colocar para fora as minhas idéias, como a gente diz aqui no interior ‘botar a boca no trombone’ e dar aquele grito (RSCO).

Era uma representante da comunidade e participava do movimento. Desde o início do DLIS é que estou participando e fazendo agenda. Participei de todo o processo e continuei porque achei que era importante para o município a gente ter essa participação ativa. Pena que a maioria das pessoas não entendeu o que era o Projeto, como não entende (RSCO)”, “... nunca saí desse trabalho solidário. Adoro e acho que isso é a minha vida, apesar de eu ter um outro lado profissional também adoro participar e estou em todas as reuniões. [...] A gente está sempre fazendo um movimento porque acho que esperar sempre do governo não é um bom negócio (RSCO).

Vale a pena comentar que Porciúncula foi o último município da bacia a aderir ao Projeto e, para que isso acontecesse, houve um intenso trabalho de sensibilização e convencimento por

parte da UFF, do Sebrae, de representantes do poder legislativo e da sociedade civil organizada.

De acordo com informações coletadas por representantes do poder local e da sociedade civil, foi dito que o presidente do Conselho tinha o entendimento de que o CMDS não trazia, diretamente, recursos financeiros para o município e, por isso, esse Conselho não foi considerado prioritário, apesar do apoio recebido após a implantação do mesmo. Além disso, o principal rio que passa pela cidade é o Carangola e não o Itabapoana, que corta uma

v

Os representantes do poder público municipal comentaram sobre a falta de vontade política dos governos federal e estadual em apoiar diretamente iniciativas e projetos similares. Os depoimentos a seguir expressam essa frustração:

Acho que falta um pouquinho de vontade política, que o governo federal, o governo Lula, não deu o apoio necessário para esses projetos porque para ele seria superinteressante continuar, era (inaudível) dele, ele fala tanto no social e isso aí só veio ajudar, realmente, a desenvolver o social (RPP)”, e “Eu acho que era um Conselho que deveria ter sido mais apoiado, não digo na esfera municipal porque a esfera municipal, de certa forma, cumpriu com a sua parte, com a sua obrigação e apoiou, mas em termos de esfera estadual e federal deixou a desejar (RPP).

Um fator extremamente ressaltado pelos entrevistados foi a existência de vários tipos de Conselhos no município, acarretando um desgaste na participação dos indivíduos, pois eles são compostos praticamente pelas mesmas pessoas. Além disso, segundo a maioria, existiram muitas reuniões, foram discutidos inúmeros assuntos, mas poucos resultados foram apresentados. Além disso, pode-se verificar que, em um determinado ponto, os diferentes Conselhos, cada qual em sua esfera, estavam discutindo assuntos muito parecidos, ou seja, tratando de problemas idênticos.

Em primeiro lugar tem muito Conselho dentro do município e você acaba encontrando as mesmas pessoas nesse monte de Conselho. É CMDS, é CM sei lá o quê. Cada vez que aparece um projeto cria-se um Conselho, parece que é para dar respaldo democrático e político para aquele projeto e para dizer que é da base. Eu devo fazer parte de uns oito Conselhos, mais ou menos, presidido um e estão querendo que presida outro. [...] Continuo afirmando que tem Conselho demais, como o CMDS, que ficou aquém e deixou muito a desejar. Vou fazer uma comparação que aconteceu um pouquinho antes mas que se trabalhou junto depois. Refere-se ao próprio fórum DLIS, que era um Conselho do Programa Comunidade Ativa, que teve uma participação muito maior e muito mais democrática em nosso município. Eu enxergo que se hoje me dessem a opção de votar para continuar com um ou com outro eu votaria no fórum DLIS e não votaria para continuar no CMDS, porque houve uma integração melhor da comunidade. [...] Quando começou todo mundo falou ‘- Mais um?’, e estou cansado desse negócio de ‘mais um’ porque não fica. Dura enquanto está chegando algum recurso, enquanto alguém está injetando, mas se acabou o recurso acaba o Conselho. [...] Quando um Conselho funciona de forma democrática, quando as entidades que participam acreditam nele e descobrem que elas têm força de modificar muitas coisas, aí vai bem. Quando está ali para cumprir, porque muitas vezes tinha que montar, porque se ofereceu recurso para o município porque se não tivesse Conselho não chegaria o recurso. Parece que o Conselho existe para ‘inglês ver’ e isso é um perigo e não acredito nesse tipo de coisa. Acredito em movimento social quando ele nasce da base, falo muito isso na associação rural (RPP).

A gente sente, hoje em dia, que as pessoas estão muito desmotivadas a participar em reuniões e isso vem acontecendo há muito tempo. Nas reuniões as pessoas falam, falam e falam e não acontece nada. Acho que tinha que se trabalhar mais o cooperativismo, principalmente em nosso município que você marca alguma coisa e quase ninguém comparece, então, sinto essa dificuldade.[...] (As pessoas não

comparecem) Por falta de credibilidade que as coisas irão acontecer. Isso dificulta muito (RSCO).

A pouca participação e envolvimento do poder público contribuiu para que não houvesse a concretização dos resultados esperados, pois somente alguns conselheiros se empenharam e se esforçaram para representar bem o governo municipal no que diz respeito ao atendimento das demandas levantadas. A sociedade civil mostrou maior envolvimento e até, de alguma forma, certa independência no que diz respeito à realização de parcerias para o atendimento de determinadas demandas. A legitimidade do poder público se fez presente por meio dos poucos que o representaram.

Apesar de um pequeno grupo gostar, tomar a frente, participar e implementar ações, era bem incompreendido pela maioria. Acredito que não era por má divulgação, foi porque eles não compreenderam. Quando se fazia um evento grandioso, com algumas pessoas que interessavam politicamente ao município, tinha um número de pessoas suficientes, quando não a reunião era vazia, inclusive até por parte do governo que quase não participava, quem mais participava era a sociedade civil (RSCO).

Com relação aos resultados alcançados, de acordo com a sociedade civil organizada, a integração e a participação dos representantes do Conselho com outros municípios envolvidos no Projeto Managé, foram apontados como fatores de extrema importância, principalmente como resgate da auto-estima da população desse pequeno município situado no interior do estado. O fato de estarem participando dessa instância municipal, o CMDS, proporcionou maior integração entre representantes do poder público e sociedade civil organizada. Um representante da sociedade civil organizada teceu o seguinte comentário: “Muito interessante, pois abriu portas, houve um reconhecimento do município por órgãos estaduais e federais que não havia antes, porque não existia esse movimento da população para que isso acontecesse”.

No que diz respeito ao atendimento de demandas levantadas pela sociedade civil organizada, vale ressaltar que algumas conseguiram ser atendidas. Uma representante do poder público que participava ativamente citou alguns resultados obtidos (segundo ela os “mais significativos”), tais como a realização de uma feira de indústria e comércio e de dois festivais da tilápia, a construção de uma rampa de acesso à rampa de vôo livre e o desenvolvimento de um projeto de reciclagem de lixo.

Em parceria com diversas entidades, o CMDS apoiou alguns eventos significativos para o município, tais como o I e II Festival da Tilápia [...] a Feira de Indústria e Comércio [...] houve, também, a implantação dos projetos de reciclagem e captação de lixo no bairro Operário [...] e do circuito de turismo rural, do Vale do Cristal.

A concretização de algumas ações planejadas, do envolvimento da sociedade civil, associações de bairros, e esse primeiro passo acho que é o resgate da cidadania, do cidadão se sentir importante, saber que pode se quiser, no sentido de não deixar tudo por conta do estado, pois a gente pode fazer, como sociedade civil (RPP).

Os demais representantes não souberam informar resultados concretos alcançados por meio do CMDS, provavelmente devido à pouca atuação em reuniões. Um deles ressaltou que a proposta é interessante, apesar de não ter conseguido atingir resultados concretos.

Poucos resultados práticos. Houve a escolha de membros para participar de reuniões do fórum regional ou estadual. Eu não vi, ainda, dentro do Projeto Managé, na verdade, algo que, de fato, beneficiasse a população do município, não só desse mas de vários. Não sei por que se tem o hábito de passar muito tempo e gastar muito recurso do Projeto para se desenvolver levantamentos. Tudo isso é necessário, é óbvio que ninguém pode planejar nada se não conhecer onde está pisando, mas já existe tanto levantamento para se fazer planejamento... O que ocorria era o seguinte, acabavam fazendo levantamento de balela, chegavam aqui, sentavam em frente à mesa em que você está e me perguntavam quanto meu município produzia disso, quanto produzia daquilo, o que se fazia ali e iam embora (RPP).

Dos três representantes do poder público, dois entrevistados consideraram que a participação no CMDS era interessante para o governo municipal devido a vários fatores, tais como o levantamento de demandas por parte dos diversos segmentos da sociedade, a elaboração de propostas buscando alcançar soluções e contando com a participação do poder público e da sociedade civil organizada comungando um mesmo espaço.

Os depoimentos a seguir expressam essa consideração: “Com certeza é importantíssimo, porque além de estar levando para o Conselho todos os segmentos da comunidade, pode também estar levando soluções para algumas reivindicações e ajudar a solucionar (RPP),” e:

Eu acho que é i



saída do gestor municipal e do consultor. Disse que ‘Quando trocou o governo federal, deu uma parada. Eu não sei se houve algum recurso que parou de ser enviado, pois a gente tinha a presença constante de alguém do Managé que estava sempre presente no Conselho. [...] Acho que a partir do momento que o governo federal cortou esse tipo de verba...’.

Um fato muito interessante merece ser comentado por se tratar de uma situação específica ocorrida somente em Porciúncula: quando o CMDS paralisou suas atividades, alguns conselheiros, principalmente da sociedade civil, encaminharam as demandas para serem executadas pelo Fórum DLIS. Ou seja, as demandas levantadas no CMDS foram transferidas ao Fórum DLIS como forma de dar continuidade ao processo decisório contando com a participação popular. Tal acontecimento foi devido ao fato de grande parte dos conselheiros atuarem, também, como membros do respectivo Fórum<sup>62</sup>.

Com isso, nós estávamos sempre nos reunindo mensalmente, mesmo que não fosse todo mundo, mas a gente ia e levava as ações. A gente foi discutindo e partimos para o Fórum DLIS com todas aquelas ações que o CMDS já tinha planejado e estudado. As reuniões foram feitas com vários segmentos, com os clubes de serviços, com os presidentes das associações de bairros, com as igrejas, com o grupo jovem, com as escolas e foi muito importante. Foi uma época que eu vibrei muito com isso porque achei que é fundamental e isso não podia morrer [...] O que aconteceu: saindo o Managé nós tivemos um baque, porém não foi tão grande porque o Fórum DLIS assumiu o CMDS porque já não era mais o CMDS, era o Fórum DLIS (RPP).

Quando perguntados sobre a possibilidade de atuação, caso as atividades do Conselho fossem retomadas, a maior parte dos entrevistados disse que participaria. Uma representante do poder público indagou a respeito da possibilidade de ter uma participação melhor, visto que atualmente não faz mais parte do governo:

Acho que hoje participaria como cidadã, até com menos compromisso, pois quando você ocupa um cargo de confiança você tem uma... não é que você seja manipulada, mas existe um certo compromisso e hoje, como não faço parte do governo, teria mais tempo disponível. Não sei se o Gustavo percebia que na área governamental... existe um governo que está no poder há oito anos, quer dizer, quando existe aquele ranço, aquela coisa de governo, de oposição e quando uma pessoa falava uma outra já achava que estava defendendo e não é por aí. Quando o pessoal da área governamental falava, algumas pessoas da sociedade civil começavam a falar também e acho que não era por aí. Apenas como cidadã, quem sabe, não teria uma atuação melhor? Eu participaria sim (RPP).

Nesse sentido, um representante da sociedade civil organizada destacou que:

Com certeza, nunca saí desse trabalho solidário. Adoro e acho que isso é a minha vida, apesar de eu ter um outro lado profissional também adoro participar e estou em

---

<sup>62</sup> Quando o Sebrae/RJ deixou de aportar recursos no Fórum DLIS, o mesmo também não teve mais continuidade.

todas as reuniões. [...] Tenho uma ONG, a Bio Foz, a qual sou também participante com meus alunos do colégio. A gente está sempre fazendo um movimento porque acho que esperar sempre do governo não é um bom negócio.

Vale comentar que, em 2004, com a mudança do governo municipal, alguns membros da sociedade civil organizada solicitaram ao novo prefeito que as atividades do CMDS pudessem ser retomadas. Diante das informações coletadas, pode-se concluir que a inclusão do município no Projeto Managé foi importante, pois agrupou a sociedade civil organizada e o poder público local em uma mesma esfera, que teve como objetivo principal o desenvolvimento não somente de Porciúncula, como também de toda a bacia.

A sociedade civil organizada se mostrou mais participativa e, com isso, mais fortalecida e preocupada em acompanhar de perto as questões políticas. Os resultados alcançados citados nas entrevistas foram possíveis devido ao engajamento da sociedade civil organizada, principalmente no que diz respeito à busca de parcerias.

Figura 8 Síntese da análise do município de Porciúncula

<b>CMDS DE PORCIÚNCULA</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reconhecimento da importância do Projeto Managé;</li> <li>➤ Integração da sociedade civil e poder público;</li> <li>➤ Integração com outros estados e municípios;</li> <li>➤ Percepção da importância do desenvolvimento local, integrado e sustentável;</li> <li>➤ Envolvimento da sociedade civil;</li> <li>➤ Realização de trabalhos em parcerias;</li> <li>➤ Resgate da cidadania;</li> <li>➤ Desenvolvimento do Projeto de Turismo Rural;</li> <li>➤ Aumento das relações informais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Falta de apoio dos governos federal e estadual;</li> <li>➤ Dificuldade de mobilização do poder público;</li> <li>➤ Baixa participação do poder público;</li> <li>➤ Atuação das mesmas pessoas em diversos conselhos municipais;</li> <li>➤ Pouca divulgação dos resultados;</li> <li>➤ Ausência de capacitação específica;</li> <li>➤ Indefinição de objetivos a serem alcançados;</li> <li>➤ Falta de maior entendimento da proposta do CMDS;</li> <li>➤ Descrença na atuação de conselhos;</li> <li>➤ Dependência de parceiros;</li> </ul>

Continua

#### Continuação

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Participações em cursos;</li><li>➤ Reconhecimento do município por órgãos federais e estaduais;</li><li>➤ Alta participação da sociedade em conselhos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Paralisação das atividades</li></ul>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

### 7.4 São Francisco do Itabapoana

No que diz respeito à importância do Projeto Managé, todos os entrevistados consideraram-no muito bom e excelente. Um representante do poder público disse ainda ser interessante “... essa ligação de todos os prefeitos do Itabapoana...”, e que isso proporcionava benefícios para os municípios envolvidos.

É importante comentar que São Francisco do Itabapoana é um dos municípios com o menor IDH do Rio de Janeiro, mas contrapondo a miséria existente (comprovada por meio de índices e estatísticas realizadas por órgãos e entidades reconhecidas), o município é abundante em recursos naturais. Apesar da carência, recebe um significativo número de turistas (principalmente mineiros), que vão apreciar suas belas praias em busca de descanso. Como as atividades predominantes na cidade são a pesca e a lavoura, os representantes do poder público local ressaltaram a importância da existência de projetos com esse cunho, para alavancar e trazer o desenvolvimento. Um deles citou que:

Porque quando tem alguém querendo ajudar as pessoas que menos têm, isso é uma coisa que engrandece, não é bom só para mim, mas sim bom para todo mundo. E a gente sabe que esse Projeto veio ajudar quem mais precisa, quem menos renda tem. Mas tenho conhecimento e tenho bastante responsabilidade do que falo que é um Programa que não pode, de maneira nenhuma, deixar de existir porque nós dependemos disso, principalmente os municípios pobres como o nosso (RPP).

A maior parte dos conselheiros do poder público disse ainda que atuou devido ao cargo que ocupavam na prefeitura. De acordo com um deles “Porque isso vinha definido, todos os secretários tinham que participar e a gente participava porque já era definido”. Complementando, verifica-se também a percepção de que o CMDS era importante, visto que

se tratava de um espaço para troca de idéias e informações visando trazer resultados. O depoimento a seguir ressalta o reconhecimento desse fato “Porque ali várias coisas e vários pensamentos eram discutidos também. Aliás as pessoas não valorizam os Conselhos, mas eu já tenho essa outra mentalidade. Sou defensora dos Conselhos e acho que nós conseguimos muitos resultados através dos Conselhos em geral” (RPP).

Um representante da sociedade civil organizada comentou que a sua atuação objetivou ocupar um espaço, ter um assento no CMDS com a finalidade de diminuir a pobreza e de buscar alternativas de geração de renda e emprego. Pelo fato de as comunidades que estava representando serem carentes e muito desprovidas de recursos, a participação tornou-se importante, pois visava suprir algumas de suas necessidades. Esse representante disse que acreditava na perspectiva de crescimento que o Projeto Managé oferecia:

Estou nesse Projeto Managé porque a região aqui é muito carente, é rica e é carente. Disso tudo que tem aqui, que tem que desenvolver no município, acho que o Projeto Managé traz todas as perspectivas de um crescimento melhor para a região. [...] Entrei no Managé por isso... para ver se consigo e, graças a Deus, está acontecendo. É como eles falam que não são em três ou quatro anos, vai levar 20 anos para ter um resultado melhor. É um lugar de meio ambiente que tem que ter proteção mesmo, os rios daqui, os riachos são ricos de peixe, camarão, siri e todo tipo de pescado (RSCO).

Os RSCO mostraram-se envolvidos e motivados com sua atuação a fim de trazer resultados positivos para o município, o que é demonstrado pelo depoimento a seguir “Atuava porque sou uma pessoa que amo esse município e gosto de defender, gosto de buscar conhecimento, de ajudar a sociedade e quero tudo de bom para o meu município” (RSCO).

Eles consideraram a importância do CMDS no sentido de não somente cumprir uma exigência da legislação, mas também de poder contar com a sociedade civil colaborando com suas idéias e sugestões. Dessa maneira, esses representantes sentiram-se valorizados e também prestigiados, por estar ajudando a buscar soluções juntamente com o poder público. Um representante da sociedade civil organizada disse que: “As pessoas do povo que participavam, que eram convidadas, se sentiam muito úteis em discutir onde estava o problema, onde teria a solução, onde o poder público poderia nos acompanhar.”

É importante considerar que todos os conselheiros eram formadores de opiniões e, que, por isso, eram essenciais para o funcionamento e desenvolvimento dos projetos no município.

Acredito filosoficamente que eu, sem um conselho fiscal, sem os membros que são formadores de idéias culturais e sociais, sem aproveitar esses indivíduos dentro de uma sociedade não tem como funcionar nenhum projeto. A gente que vive mais o dia-a-dia das necessidades do povo, da comunidade e da sociedade. Acho que o Conselho é formado para isso, para levar a qualquer órgão, realmente, o que está acontecendo. Mas a única coisa que eu não sei se ocorre só em nosso município mas acredito que no mundo, é que as pessoas que podem fazer muitas vezes não têm tempo de nos ouvir (RSCO).

Quando perguntados se a participação era interessante para o governo municipal, os representantes do poder público disseram que sim, principalmente por se tratar de um município novo, com apenas 10 anos de emancipação. No CMDS eram definidas algumas questões principalmente ligadas aos assuntos referentes à secretaria de promoção social.

Alguns comentaram sobre a falta de informação a respeito do Projeto e também do funcionamento do próprio CMDS, e que, por isso, não foi dado o devido valor, visto que ele foi implantado para ajudar, mas não foi bem reconhecido. Um representante da sociedade civil organizada disse:

Mas as pessoas não sabem o valor, não sabem nem identificar o que é esse Programa, e foi por isso que se deixou a desejar, foi por falta de conhecimento e por falta até de explicação. Não é que ninguém não tivesse dado explicação, mas as pessoas que estavam lá, assim como eu, não tivemos tempo ou não entendemos muito como a coisa funcionava.

Outra dificuldade apresentada por alguns representantes da sociedade civil organizada foi a falta de recursos financeiros para participar de reuniões, tanto dentro como fora do município (alguns conselheiros moravam em lugares distantes do centro da cidade), visto que a participação é voluntária e, portanto, não remunerada. Um deles teceu o seguinte comentário:

... por se tratar de um município muito carente as pessoas querem participar mas não têm condição de se deslocar da moradia dela até o local da reunião por questões financeiras, por não ter como pagar. Você vê que o nosso município é um município muito grande e, infelizmente, isso foi um dos casos. [...] Durante o dia a gente não pode participar porque temos outras atividades que fazem parte do nosso objetivo pessoal, financeiro, que a gente tem que trabalhar (RSCO).

Como exemplo de resultados alcançados no CMDS, pode-se destacar a criação do Grupo de Geração de Trabalho e Renda (GTE), envolvendo um grupo de artesãos locais. Tal resultado deve-se à atuação e ao engajamento da Secretária de Promoção Social no Conselho. Por meio do CMDS, esse grupo participou do Programa Sebrae de Artesanato da Bacia recebendo

capacitação e consultoria específica sobre técnicas artesanais, *design*, formação de preço, associativismo e empreendedorismo. Uma das principais características do trabalho desse grupo foi o aproveitamento da taboa<sup>63</sup>, já que por meio da utilização desse tipo de fibra, desenvolveu diversos produtos e solidificou uma identidade do artesanato do município. Devido ao grande apoio e incentivo do CMDS, da secretaria e do Sebrae, o grupo<sup>64</sup> participou de diversas feiras e eventos em vários municípios não somente da bacia como também em outros estados.

Vários entrevistados, tanto do poder público como da sociedade civil, comentaram a respeito do fortalecimento do artesanato local como um expressivo resultado alcançado por meio deste Conselho, no que diz respeito às atividades voltadas para a geração de renda, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir de um representante do poder público:

Mas uma das deliberações que considero como a mais importante do CMDS, foi a questão de mostrar que é possível você fazer um trabalho olhando esse lado da preservação. Nós temos aqui em nosso município o grupo de artesãos que trabalhava utilizando a taboa e isso deixou uma marca muito forte. Acho que é até um exemplo que pode ser acrescentado para o crescimento dos diferentes segmentos como um bom exemplo de trabalho sustentável e geração de renda (RPP).

Um outro aspecto positivo, bastante comentado por grande parte dos entrevistados, foi a respeito da integração com outros municípios envolvidos permitindo que o poder público tomasse conhecimento da realidade dos municípios vizinhos. Os conselheiros participaram de diversas reuniões e também de alguns eventos em outros estados e cidades, o que permitiu a troca de informações sobre os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na bacia. Alguns representantes da sociedade civil disseram que, por meio do CMDS, vários municípios conseguiram tomar conhecimento sobre assuntos que ignoravam. Um conselheiro do poder público comentou sobre a realização de um trabalho sobre meio ambiente desenvolvido por alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino.

Os representantes do poder público comentaram que a paralisação das atividades do CMDS deve-se ao período eleitoral e também aos resultados não serem verificados em curto prazo. Metade dos conselheiros entrevistados, por sua pequena participação, não soube informar o

---

<sup>63</sup> Matéria-prima abundante na região.

<sup>64</sup> Este grupo encontra-se em funcionamento e o artesanato produzido tem sido considerado um dos melhores do Rio de Janeiro, participando, inclusive, do *Fashion Rio 2005*.

motivo, enquanto os representantes da sociedade civil disseram que foi devido à falta de interesse de algumas pessoas que não quiseram dar continuidade ao Conselho.

Todos os entrevistados manifestaram a mesma opinião afirmativa, no que diz respeito a sua participação caso o Conselho fosse reativado, vontade traduzida pelos seguintes depoimentos

Não sou macaco de auditório do Projeto mas teria muita satisfação em dar, oferecer alguma coisa. E nós não podemos, na minha maneira de pensar, abrir mão desse Conselho” (RPP), e “De tudo que se tratar em prol da comunidade, do nosso município, do nosso Executivo, Legislativo e Judiciário. No que depender de mim, meu objetivo é esse, quero levar à nossa sociedade uma parcela do pouco que Deus me deu para levar para as comunidades que precisam, pois não quero morrer levando meus conhecimentos (RSCO).

Concluindo, de acordo com os depoimentos, todos os entrevistados mostraram uma grande vontade em ver o município crescendo e se desenvolvendo. Os representantes da sociedade civil organizada foram mais atuantes, apresentaram suas demandas para o CMDS e, com isso, sentiram-se prestigiados, o que fez com que houvesse estímulo na participação. Vale a pena comentar que um deles solicitou à entrevistadora que “... trouxesse de volta o Managé para o nosso município, porque foi um dos Conselhos mais atuantes, apesar de ter sido por pouco tempo”.

Figura 9 Síntese da análise do município de São Francisco do Itabapoana

<b>CMDS DE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação do GTE;</li> <li>➤ Desenvolvimento do artesanato;</li> <li>➤ Valorização da identidade local;</li> <li>➤ Articulação com parceiros;</li> <li>➤ Iniciativas de organização da sociedade civil;</li> <li>➤ Criação de espaço para debates unindo a sociedade civil e o poder público;</li> <li>➤ Integração com outros municípios e estados;</li> <li>➤ Maior conscientização a respeito das questões ambientais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pouco conhecimento sobre o Projeto Managé e o papel do CMDS;</li> <li>➤ Pouca divulgação dos resultados;</li> <li>➤ Prevalência de interesses políticos e individuais;</li> <li>➤ Falta de união;</li> <li>➤ Sociedade civil desprovida de recursos financeiros para participação;</li> <li>➤ Falta de planejamento em longo prazo;</li> </ul>

Continua

#### Continuação

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Sociedade civil sentiu-se valorizada por participar em discussões públicas;</li><li>➤ Acentuada participação da sociedade em conselhos municipais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Busca de resultados imediatos;</li><li>➤ Paralisação das atividades devido ao período eleitoral.</li></ul>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

### 7.5 Varre-Sai

Sobre a importância do Projeto Managé os representantes do poder público comentaram que se tratava de um instrumento existente para alavancar o município, inclusive em algumas questões que o poder público dizia estar “em débito com a comunidade”. Ressaltaram que o Projeto representava um viés para tratar a questão ambiental não somente do município, como também em toda a bacia. Em Varre-Sai, essa questão torna-se de extrema urgência, pois como o plantio do café é a atividade predominante, está ocorrendo de forma ligeira uma degradação do solo, das matas, dos rios e ribeirões. Os entrevistados do poder público e da sociedade civil demonstram opinião dividida sobre o que achavam a respeito do Projeto Managé. Alguns comentaram sobre a grande importância, enquanto outros revelaram certo desapontamento.

Nesse sentido, os representantes da sociedade civil organizada concordaram e disseram que, principalmente os cafeicultores, necessitam ter maior conscientização a respeito desse assunto. O depoimento de um representante da sociedade civil organizada traduz essa preocupação: “Antigamente, havia cinco nascentes e agora só tem duas ou três. Alguma coisa que tinha que mandar fazer era o reflorestamento porque o pessoal que planta café não tem conscientização de que a nascente do ribeirão é importante e que futuramente eles não vão conseguir plantar por falta de água. Falta mais conscientização por parte das pessoas”.

Os representantes do poder público reconheceram que o CMDS é um espaço onde todos participavam e colaboravam buscando resolver diversas questões conjuntamente. Dessa forma, foi possível verificar a importância das decisões que precisavam ser tomadas, contando com a participação da sociedade civil organizada.

Os objetivos são o bem-estar de todos, da comunidade, achar soluções viáveis para o município, o bate-bola ali com todo mundo para ver a melhor saída para o nosso



município e para os outros englobados no Projeto. Acredito que nada mais é do que as decisões do município vindo de baixo, da base, pois o Conselho é como se fosse a base do município. Não são decisões vindo de cima, do poder federal, estadual, municipal, do prefeito e do governador, elas vêm de baixo, das entidades, das comunidades que participam ali e eles visam isso realmente (RPP).

Todos os entrevistados estavam envolvidos há muitos anos em atividades voltadas para áreas sociais e também em conselhos municipais. Os representantes do poder público comentaram que atuavam no CMDS buscando o desenvolvimento sustentável do município, e que o Projeto Managé ajudou muito nesse sentido. Reconheceram que o município precisava de tempo para desenvolver projetos voltados à inclusão social e à erradicação do assistencialismo para, assim, tornar-se auto-sustentável. Em relação a esse assunto, os representantes da sociedade civil disseram que o Projeto Managé era bem interessante ressaltando também sua importância ao propor ações que tivessem como objetivos a inclusão social e não o assistencialismo. Vale a pena ressaltar que Varre-Sai também é um município que apresenta um dos menores IDH do Rio de Janeiro.

Os representantes da sociedade civil organizada disseram que atuaram devido ao convite recebido, e mostraram disponibilidade para trabalhar em comunidades e, principalmente, devido à proposta da preservação do rio Itabapoana. Uma das características marcantes de Varre-Sai é que se trata de um município muito pequeno onde praticamente todas as lideranças se conhecem e, devido a isso, existe certa facilidade de as pessoas trabalharem em conjunto.

De acordo com a opinião de alguns representantes do poder público local, um exemplo de aspecto positivo citado refere-se à atuação do CMDS mais diretamente na articulação do que na resolução de problemas. O depoimento a seguir aborda essa questão:

O Projeto Managé, mais ou menos, está mais como um setor de articulação, o contato do município com outras coisas que estavam perto mas que a gente não chegava. Então, ele está fazendo como se fosse uma articulação envolvendo projetos, palestras, diversificação de culturas, incentivos na área ambiental, questão do problema do lixo, resíduos sólidos que nós estamos já resolvendo, que foi uma porta aberta pelo Managé mais como um contato e não como solução direta. É mais como um contato que ele está nos abrindo. [...] Nós estamos sendo beneficiados pelo Projeto Managé mais como articulador, tanto o Sebrae como o governo federal, o estadual e entidades privadas (RPP).

O desapontamento, citado no início desta análise, foi no sentido da frustração em torno dos resultados alcançados, uma vez que os entrevistados relacionaram a pergunta sobre o que achavam do Projeto estabelecendo uma correlação com os resultados obtidos por meio do CMDS.

Um ponto negativo comentado foi a respeito da existência de diversos conselhos no município e que todos, praticamente, questionam os mesmos assuntos e tinham critérios e objetivos semelhantes. Além disso, como a cidade é pequena, as mesmas pessoas atuavam nesses diversos conselhos. Segundo os representantes do poder público, essa participação acabava sendo cansativa para os conselheiros e muitos deixaram de acreditar nas propostas apresentadas. Um representante do poder público disse que “As pessoas parecem que estão abrindo mais a cabeça, mas mesmo assim, poucas pessoas acreditam em Conselhos, se de repente até mudasse essa palavra...”.

Outro aspecto comentado por esses representantes é que se perdia muito tempo analisando os assuntos no CMDS, e existia certa dificuldade em colocar em prática o que foi tratado nas reuniões. Em decorrência disso, os resultados apresentados foram incipientes, conseqüentemente, a participação diminuiu e os conselheiros mostraram certa frustração à medida que suas demandas (e também expectativas) não foram atendidas.

O Projeto já tem um bom tempo e, durante esse tempo todo acho que fez pouca coisa. Não foi bem trabalhado e criou-se uma expectativa. À medida do decorrer do tempo a gente vai se decepcionando, vai se frustrando, porque você não vê as coisas acontecerem. O ribeirão<sup>65</sup> está a mesma coisa que estava, com essas degradações ambientais e o ambiental era um dos objetivos.

Está tendo realmente uma debandada geral. As pessoas passaram a não acreditar e à medida que as pessoas vão ficando frustradas, com os seus anseios frustrados, vai ficando complicado e elas vão saindo.

[...] Não vejo as coisas acontecerem e fico até chateado, pois queria que acontecesse. Acho que nessa ânsia de querer acontecer é que não acontece mesmo ou se acontece é tão insignificante que me sinto muito desestimulado a participar (RPP).

Ainda de acordo com a visão do poder público local, o Conselho não conseguiu atingir os resultados esperados, pelo fato de a etapa inicial tratar de partes burocráticas, tais como levantamento das potencialidades, a verificação das demandas e a composição do próprio CMDS. Apesar disso, alguns reconheceram que tais processos foram necessários para fazer

---

<sup>65</sup> Afluente do rio Itabapoana.

um mapeamento de todo o município, e complementaram, ainda, dizendo que os resultados não dependiam somente do governo, e sim de uma vontade do povo.

Segundo o poder público, a maior dificuldade foi no sentido de os conselheiros não entenderem que é necessário um certo tempo para atingir os resultados pretendidos. Devido a isso, as pessoas cobraram resultados imediatos e, como não conseguiram identificar resultados expressivos, foram deixando, gradualmente, de participar. Conforme citou um representante do poder público “Está tendo realmente uma debandada geral. As pessoas passaram a não acreditar e à medida que as pessoas vão ficando frustradas, com os seus anseios frustrados, vai ficando complicado e elas vão saindo”.

Os representantes da sociedade civil organizada comentaram que o CMDS não deveria ter a interferência direta do poder público para evitar qualquer cunho político. Não se trata da exclusão desse poder, mas sim de uma participação em que não houvesse tanta dependência.

Pode-se identificar também, por parte de uma representante do poder público, a percepção da necessidade da erradicação da prática assistencialista, e de conscientização das questões ligadas à preservação do meio ambiente: “Hoje tem muita gente se preocupando com Varre-Sai porque o desenvolvimento só vai acontecer, e só acontece, quando as pessoas estiverem preparadas ou capacitadas”. (RPP)

Em se tratando de resultados alcançados, a maior parte dos entrevistados comentou que, por meio da parceria com o Sebrae, foram oferecidas diversas capacitações envolvendo a realização de palestras, cursos e seminários, bem como a exibição de uma peça de teatro (a respeito da preservação ambiental). Além disso, o CMDS apoiou o festival do café promovido pela Prefeitura Municipal e a exibição de filmes<sup>66</sup> (mostra cultural).

De acordo com uma representante do poder público, o fato de o município pertencer ao Projeto Managé proporcionou reconhecimento perante o poder público estadual e federal, visto que foi estabelecida uma identidade regional. “Ele foi importante porque às vezes a gente chega em reuniões no Rio de Janeiro e a gente fala que pertence à bacia do rio

---

<sup>66</sup> Não existe cinema no município.

Itabapoana e a coisa já muda de figura. As pessoas mudam, elas já perguntam e dizem: ‘ – Que interessante!’”.

Disse ainda que seria interessante trabalhar em atividades ligadas ao aproveitamento das potencialidades para geração de emprego e renda. Como sugestão, poderiam ser implementadas atividades para o turismo rural e desenvolvidas atividades agrícolas, principalmente a cafeicultura e a caprinocultura. Dessa forma, os resultados obtidos seriam mais visív

Pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas na primeira fase, não foi possível verificar os motivos de paralisação das atividades desse CMDS. Porém, conforme informações coletadas nessa etapa, pode-se verificar que já naquela época (em 2003) o Conselho iniciava um processo de esvaziamento. Conforme registros, a última reunião do CMDS aconteceu em 08 de setembro de 2003.

Figura 10 Síntese da análise do município de Varre-Sai

<b>CMDS DE VARRE-SAI</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Integração com outros municípios e estados;</li> <li>➤ Articulação dos conselheiros;</li> <li>➤ Atuação em movimentos sociais;</li> <li>➤ Valorização das questões culturais;</li> <li>➤ Aumento da conscientização sobre a preservação do meio ambiente;</li> <li>➤ Participação de cursos e palestras;</li> <li>➤ Fortalecimento da identidade regional;</li> <li>➤ Levantamento das demandas;</li> <li>➤ Satisfação em estar contribuindo para o desenvolvimento do município;</li> <li>➤ Alta participação da sociedade em conselhos municipais;</li> <li>➤ Realização de atividades culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pouca informação sobre o Projeto Managé;</li> <li>➤ Falta de credibilidade na proposta do CMDS;</li> <li>➤ Baixo comprometimento do poder público;</li> <li>➤ Resultados inexpressivos;</li> <li>➤ Expectativa de resultados imediatos;</li> <li>➤ Existência de vários conselhos municipais;</li> <li>➤ Paralisação das atividades.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

## **CAPÍTULO 8: CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

### **8.1 A importância do Projeto Managé**

De acordo com o que foi estudado, pode-se verificar que a situação referente ao uso da água representa uma grave ameaça ao meio ambiente, pois afeta todos os indivíduos. A preocupação a respeito do assunto traz à tona debates e discussões que visam propor novas alternativas para que seja possível o desenvolvimento sustentável. Com relação ao Projeto Managé, grande parte dos conselheiros reconheceu sua importância, principalmente no sentido de aliar esforços para estabelecer ações de preservação do meio ambiente e otimizar os recursos hídricos da bacia do Itabapoana. Quando perguntados sobre os objetivos de participar do Projeto Managé e de atuar no respectivo Conselho, as respostas da maior parte dos entrevistados foram a busca pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes da bacia, e o desenvolvimento dos municípios. O Projeto Managé proporcionou maior visibilidade à bacia do rio Itabapoana fazendo com que fosse vista como unidade política legitimada por intermédio de seu Consórcio<sup>67</sup>.

No que concerne às ações de conservação ambiental, alguns conselheiros disseram que as discussões mantidas no CMDS deveriam girar em torno da preservação do meio ambiente, com foco nos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana, e não somente das necessidades locais. A destruição dos recursos naturais que vem ocorrendo no território é um fato inegável e, por isso, torna-se cada vez mais necessário evitar a degradação do meio ambiente, e se faz urgente a implementação de uma cuidadosa política de preservação desses recursos, como também ações preventivas e fiscalizadoras.

### **8.2 As condições institucionais locais**

Pode-se verificar que a atuação da equipe do Sebrae e da UFF permitiu que as condições institucionais nos municípios analisados<sup>68</sup> fossem favoráveis, facilitando o processo de mobilização social que envolve diretamente a participação dos conselheiros.

---

<sup>67</sup> A instalação dos Conselhos *a posteriori* da formação do Consórcio demonstrou certa incoerência com relação ao planejamento inicial.

<sup>68</sup> Como também em todo o território.

Nesse sentido, o gestor municipal era um dos principais responsáveis pelo processo de mobilização social, pois mantinha contato permanente incentivando a participação dos conselheiros nas reuniões mensais do CMDS. Atuava também na articulação buscando apoio no atendimento das demandas e necessidades apresentadas. Pode-se dizer que seu trabalho era direcionado para estimular a participação, visto que a ausência dos representantes do poder público e da sociedade civil organizada inviabilizava toda a política.

É importante considerar que é na instância do CMDS que se pode identificar a governabilidade participativa, por se tratar de um espaço institucional básico que conta com o envolvimento e a participação dos atores locais. Alguns entrevistados comentaram que o poder municipal deveria ser o grande condutor do poder regionalizado, capaz de provocar consideráveis mudanças em um contexto mais próximo e mais direto. E também que precisava estar comprometido com o que era proposto pelo CMDS, caso contrário tornava inviável a aplicação de qualquer política de desenvolvimento. A construção desse processo não é fácil, e mais difícil ainda é seu funcionamento. Somente com o tempo haverá o amadurecimento das lideranças, resultado de um processo endógeno envolvendo as capacidades do território e a interlocução entre o poder público e a sociedade civil organizada, proporcionando legitimidade ao processo.

Apesar de muito conselheiros comentarem que o CMDS não conseguiu obter resultados expressivos, vale a pena ressaltar que para tais conselheiros a participação nessa instância foi relevante, pois caso o CMDS dos cinco municípios estudados venha a ser reativado, grande parte dos entrevistados comentou que participaria novamente de maneira mais efetiva, com vistas ao alcance de resultados concretos.

### **8.3 A relação entre o poder público e a sociedade civil organizada**

Nas reuniões do CMDS percebia-se que as informações eram trocadas, e os conselheiros utilizaram esse espaço para construir sua legitimidade devido ao caráter consultivo do mesmo. A participação da sociedade civil organizada foi espontânea, visto que buscava compartilhar o processo de tomada de decisão relacionando-se entre si como público. Ou seja, dava mais valor e importância a sua participação. Seus conselheiros demonstraram estar cientes de que estavam realizando um trabalho voluntário, e que isso significava uma grande responsabilidade, pois não estavam atuando “por conta própria”, e sim, representando seu

segmento. Em alguns encontros observou-se que a sociedade civil organizada contestou a natureza do poder público, exigindo que o mesmo assumisse suas funções políticas e promovesse mudanças com seu apoio.

Porém, o mesmo não aconteceu com os conselheiros do poder público já que sua participação foi obrigatória<sup>69</sup> devido à sua atuação no governo. Muitos não tinham interesse e não participavam e, por isso, não se sentiam pertencendo ao Conselho, tornando-se, portanto, mais do que necessária a compreensão e a devida importância do motivo da participação do poder público não somente como representante nato, mas também o papel que representa em uma prefeitura. Provavelmente, se a participação no Conselho fosse voluntária e não obrigatória (imposta) o engajamento do poder público.

Nas entrevistas os discursos da sociedade civil organizada e do poder público também apresentaram algumas diferenças e, algumas vezes, não houve proximidade entre as falas<sup>70</sup>. As expectativas e anseios eram diferentes e, por isso, foram identificadas certas disparidades também no significado e na importância que cada membro atribuiu ao respectivo Conselho. A partir dos valores, interesses e concepções de cada membro, as solicitações e os argumentos apresentados nesse espaço de discussão pública denotaram comportamentos e atitudes diversas. Alguns indivíduos mostraram que queriam tirar proveito para se promover, e consideraram seu envolvimento como uma vantagem pessoal. Assim, pode-se verificar certa vulnerabilidade devido à assimetria envolvendo interesses que buscavam ser suplantados, em detrimento à proposta do CMDS. Vale ressaltar que o seu formato de gestão buscava um consenso social e não permitia que os interesses individuais estivessem sobrepostos aos interesses coletivos.

Contudo, é importante reconhecer que não deixaram de ser válidas algumas indisposições sociais ocorridas, visto que serviram para agregar o nível de conhecimento de possibilidades de atuação envolvendo as todas esferas. Por meio da interação social, buscou-se solucionar os problemas, suprir carências e atender as demandas das comunidades. As tentativas de alcançar resultados estavam consubstanciadas na adoção de um consenso, e os representantes das entidades procuraram se estabelecer como interlocutores exercendo o papel de porta-voz.

---

<sup>69</sup> Exigida por Lei.

<sup>70</sup> Reflexo da atuação, ou não, dos respectivos conselheiros no CMDS, pois alguns conselheiros mantinham certa regularidade de presença enquanto outros o faziam de forma esporádica.



Pode-se considerar um círculo de pessoas buscando exercer seus direitos por meio da participação em uma corporação que passou a adquirir forma pública com as discussões internas, que procuravam enveredar esforços no sentido de atingir seus objetivos de forma mais eficaz, gerando resultados para toda a população da bacia (HABERMAS, 1984). Tal fato pode-se refletir na busca de uma possível unanimidade social, verificando-se, assim, que a riqueza consistia em trabalhar a diversidade de maneira que cada entidade pudesse contribuir da melhor forma.

#### **8.4 Aspectos negativos do CMDS**

Conforme identificado em entrevistas, uma grande dificuldade encontrada diz respeito às práticas de participação e de representação. Os conselheiros da sociedade civil organizada buscaram o atendimento de demandas por parte do poder público, que por sua vez, nem sempre conseguiu dar uma posição sobre a possibilidade (ou não) do atendimento das mesmas, alegando, na maioria dos casos, a dependência de decisões por parte do prefeito e/ou da Câmara Municipal. Como em alguns municípios tal alegação foi feita em repetidos encontros sem surtir resultados, pode-se perceber um certo descrédito.

Alguns conselheiros apresentaram determinadas críticas ao Projeto Managé, que envolviam certos aspectos, como por exemplo, a inadequação da prática em sua execução devido ao desenho proposto. De acordo com informações obtidas, a ausência da participação do prefeito e a falta de engajamento do poder público podem ser considerados fatores de retração da participação da sociedade civil organizada. Devido a isso, seria importante que existisse maior conscientização e comprometimento do prefeito, pois municípios que contavam com seu envolvimento, o processo democrático existente nas reuniões do CMDS era percebido mais facilmente.

Os assuntos discutidos no Conselho não foram bem comunicados, e somente algumas decisões foram divulgadas por meio de parcerias estabelecidas com a mídia local (rádio, jornal e televisão) e página na *internet*. Apesar de todos os esforços, grande parte da população ainda desconhecia o Projeto Managé, nunca havia participado de reuniões do CMDS e não sabia que tipo de ações estava sendo desenvolvida, nem os resultados alcançados. Tal fato aconteceu também sobre o que era tratado no Fórum da Bacia, pois

muitos conselheiros não conseguiram verificar os resultados de suas discussões locais em um âmbito maior. Para que exista maior apoio e envolvimento da população de toda a bacia, torna-se imprescindível que as informações sejam disseminadas a todos, e que possam ser transmitidas em linguagem de fácil entendimento.

O nível de conhecimento dos conselheiros sobre o Projeto Managé apresentou variações, visto que alguns demonstraram ter poucas informações sobre o foco estratégico do Projeto, e também sobre o papel do próprio CMDS. Dessa forma, pode-se verificar a existência de uma lacuna no que diz respeito à pouca capacitação para atuação dos conselheiros, sendo evidente que a realização de treinamentos específicos seria de extrema importância no sentido de proporcionar maior conscientização sobre o papel de cada liderança, integração e aumento do nível de informação sobre desenvolvimento local e gerenciamento de recursos hídricos.

### **8.5 Paralisação das atividades do CMDS**

Alguns fatores comprometeram o desenvolvimento das atividades do CMDS. Devido ao fato de o poder público ter 51% de representatividade, conferia a ele maior poder decisório, por isso, vários representantes disseram que se mostraram dependentes e limitados, pois grande parte das demandas apresentadas, para sua solução, dependiam da intervenção e execução desse poder e, portanto, era necessário que apresentasse maior comprometimento com todo o processo. O nível de informações processadas no Conselho influenciou sua devida importância e legitimidade perante os seus membros, já que os tipos de informações tratadas, níveis de decisões e os resultados apresentados nessa esfera comprometeram o funcionamento do CMDS.

Em junho de 2004, com o fim do Acordo mantido entre a UFF e o Sebrae, a equipe do Projeto Managé não conseguiu dar continuidade ao trabalho que o Sebrae executava devido à falta de recursos (financeiros e humanos). Além disso, tais fatos coincidiram com o período eleitoral, no qual diversos conselheiros se afastaram para disputar ou apoiar as eleições. O esvaziamento gradual dos conselheiros do poder público gerou certa insegurança por parte da sociedade civil organizada, principalmente no que dizia respeito à continuidade das ações relacionadas às mudanças no cenário político. Além disso, os resultados obtidos não foram satisfatórios, e se esperava que houvesse o retorno das ações de forma mais imediata.

Alguns conselheiros demonstraram uma postura cética quanto à possibilidade de haver desenvolvimento baseado na forma como foi estruturado o Projeto Managé, principalmente no que se refere ao formato do Conselho. O modelo formatado é único e não considera as diferenças existentes (sócio, política, econômica, cultural, entre outras) entre os municípios. A equipe do Projeto Managé foi a grande incentivadora da importância da participação desses atores. Por outro lado, deve ser levado em consideração que seria tolice formular uma proposta tão ambiciosa assentando sua base em terreno movediço. Essa esfera de debate, crítica e dissensão aberta requer grande esforço baseado na discussão e no diálogo, porém, o tipo de espaço foi subestimado no que diz respeito ao cumprimento prático de seu papel. Alguns entrevistados comentaram que nem todos os esforços da equipe do Projeto foram reconhecidos pelas pessoas, e comentaram sobre a necessidade de reexaminar o modelo, bem como sua forma de atuação, pois muito além da teoria, os resultados práticos é que justificarão sua devida importância e continuidade.

#### **8.6 A relevância do CMDS para o desenvolvimento dos municípios**

Um dos pontos fortes identificados em praticamente todos os Conselhos analisados foi a oportunidade de a sociedade civil organizada dialogar com o poder público local. Como modelo democrático e participativo de desenvolvimento, aproximou indivíduos transpondo distância no que diz respeito ao intercâmbio de idéias e informações. Portanto, percebe-se a grande contribuição desse tipo de espaço de discussão no processo decisório, por haver uma simetria das relações para as diversas formas existentes de representação.

A adesão dos municípios ao Projeto Managé representou um conjunto de oportunidades, e isso requer uma análise diferenciada no que se refere à dinâmica empregada no território. Pode-se identificar que os cinco municípios possuem algumas características e problemas semelhantes, e nas discussões mantidas conjuntamente algumas cidades encontraram soluções para tratar sobre problemas específicos. Considera-se que o esforço comum dos conselheiros fortaleceu e desenvolveu os mecanismos de participação social, muito importantes para um processo de sistema democrático, pois para o cumprimento da Lei o gerenciamento de recursos hídricos deve contar com a participação dos representantes de diversos segmentos.

Portanto, o Conselho pode ser considerado uma esfera de participação em que o poder público e a sociedade civil organizada discutiam juntos as necessidades, e encaminhavam projetos no

âmbito do desenvolvimento regional sustentável. De acordo com Habermas (1984), a palavra “comum”, referindo-se a “comunitário”, quer dizer acessível publicamente a todos, e “comuníssimo” reflete a integração dos diversos agentes sociais. A ação de vários atores sociais em um espaço comum era importante, pois privilegiava o reconhecimento das diferenças dos conselheiros e o entendimento da existência dos vários grupos de interesse, origem, formação, com diferentes causas atuando em comunidade em prol de um objetivo maior e comum a todos: a preservação da bacia do rio Itabapoana.

A sociedade civil organizada mostrou-se disposta a apoiar o Projeto Managé sabendo que, conseqüentemente, estaria apoiando também o governo. De maneira geral, pode-se dizer que seus representantes mostraram-se muito mais envolvidos com a proposta do Projeto e inteirados sobre os assuntos discutidos nas reuniões do CMDS. Para a sociedade civil, a apresentação de demandas foi considerada um dos principais objetivos de sua participação, visto que estavam representando um contingente de pessoas que esperavam que seus objetivos fossem alcançados. De acordo com as entrevistas, alguns membros da sociedade civil consideraram o CMDS um espaço para fiscalizar e acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos por parte do poder público.

A conceituação de necessidades e demandas dependia do tipo de discussão apresentada, cuja garantia exigia que existisse a participação dos respectivos conselheiros, cada qual atuando em sua determinada esfera. O Conselho pode ser considerado uma instância que buscava solucionar algumas questões do município, permitindo a proposição de várias idéias sob diferentes óticas, visto que podia contar com a contribuição de diversos segmentos. Na maior parte das vezes, o CMDS fez a intermediação das demandas que foram levantadas nas reuniões. Conforme cita Sen (2000), as questões tratadas de forma coletiva, bem como seus encaminhamentos e decisões, devem estar incorporadas à sensibilidade no que diz respeito aos interesses de cada organização na esfera representada. Essa proposta contradiz a forma tradicional de gestão, pois assim o prefeito passaria a ter a opção de não mais governar sozinho, podendo contar com o Conselho para isso. A proposta era que pudesse existir, com a participação coletiva, maior igualdade e liberdade por meio da descentralização de poder, possibilitando um governo que não agisse “engessado”, e sim mais aberto às opiniões de sua comunidade.

Para que o cumprimento dos objetivos fosse possível, era preciso transpor algumas barreiras. A participação dos conselheiros, bem como das entidades que estavam sendo representadas, era uma forma de reconhecimento importante, mas só perceber isso implicava uma visão muito restrita, ou seja, cabia aos próprios conselheiros entender seu papel na condição de “agente de mudanças”. Ou seja, era imprescindível reconhecê-los (e principalmente que eles se reconhecessem) como indivíduos responsáveis por contribuir para o desenvolvimento do município. Tal fato também implicava que cada um estivesse consciente de que deveria assumir a responsabilidade por estar ou não contribuindo, o que fazia diferença e seria extremamente importante se as pessoas estivessem atentas.

### **8.7 A contribuição do CMDS para a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana**

O gerenciamento participativo estava balizado na distribuição de poderes entre as diferentes esferas. A adesão dos municípios ao Projeto Managé proporcionou a integração dos cinco municípios do norte e noroeste fluminense, e também despertou maior consciência a respeito da necessidade urgente de preservar os recursos hídricos da bacia, bem como o respectivo atendimento à legislação federal.

A contribuição do CMDS para o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana estava concentrada na participação de quatro conselheiros representantes do estado do Rio de Janeiro<sup>71</sup> nas reuniões do Fórum da Bacia. As discussões vinham “da base”, ou seja, das representatividades em menor esfera, dos Conselhos, e eram apresentadas em uma esfera maior, o Fórum da Bacia. As principais propostas apresentadas<sup>72</sup> envolviam assuntos, tais como a preservação do rio Itabapoana, o tratamento de resíduos sólidos, a pavimentação de estradas, o desenvolvimento de ações de educação ambiental em escolas de ensino médio e fundamental, o incremento de atividades econômicas na região, entre outras. Com a paralisação das atividades do CMDS, não foi possível verificar maior contribuição (no período analisado) para o gerenciamento da bacia do rio Itabapoana.

---

<sup>71</sup> Dois conselheiros do baixo e dois do médio Itabapoana.

<sup>72</sup> Essas propostas ainda se encontram em processo de encaminhamento, já que o Fórum trata de uma complexidade de assuntos e envolve diversas instâncias.

O fato de o CMDS possuir caráter consultivo constitui importante instância no processo de gestão participativa local. Por meio da construção de um mosaico institucional que abrange toda a bacia, sua legitimidade deveria ser reconhecida como órgão articulador e mediador de propostas e demandas. Sua estrutura difere dos demais conselhos municipais existentes, visto que ele faz parte de uma instância maior o Sisgebi, estruturado com o propósito atender à legislação brasileira de recursos hídricos, buscando aproximar o poder público dos diversos segmentos de representação social e da iniciativa privada.

### 8.8 Considerações finais

Um grande desafio do Projeto Managé é a sensibilização dos habitantes da bacia no que diz respeito à preservação dos recursos ambientais. Os conselheiros disseram que esse é um trabalho muito difícil e que requer tempo, pois os resultados somente podem ser vistos em longo prazo. Na perspectiva de ocorrer uma mudança social, é importante examinar as formas de atuação, a relevância dos valores, o nível de comprometimento e o comportamento dos representantes para o alcance dos objetivos.

Não seria desarrazoado concluir que essa forma instrumental de gestão representa uma influência positiva no que se refere ao desenvolvimento municipal (SEN, 2000). Portanto, torna-se imprescindível a verificação de mecanismos e de instrumentos avaliatórios apropriados para fazê-lo funcionar de forma mais efetiva, levando em consideração a experiência anterior de cada CMDS. Conforme verificado, a administração de recursos hídricos da bacia do rio Itabapoana apresenta-se como um dos grandes desafios para este século. Vale ressaltar que o modelo de gestão do Projeto Managé visa sua implementação no período de 20 anos e, devido a isso, pode-se considerar que se trata ainda de um período relativamente curto para que tais propostas tragam resultados expressivos.

Figura 11 Síntese da análise do CMDS nos cinco municípios analisados

<b>CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMDS)</b>	
<b>Aspectos positivos</b>	<b>Aspectos negativos</b>
➤ Reconhecimento da importância do Projeto Managé;	➤ Necessidade de maior conhecimento sobre o Projeto Managé;

Continua

## Continuação

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Maior discussão a respeito das questões ambientais e sobre o gerenciamento de recursos hídricos;</li><li>➤ Busca da construção de identidade territorial no contexto da bacia;</li><li>➤ Caráter consultivo;</li><li>➤ Apresentação de planos de trabalho;</li><li>➤ Criação de um espaço para debates unindo a sociedade civil e o poder público;</li><li>➤ Experiência da sociedade civil em movimentos sociais e conselhos;</li><li>➤ Integração e articulação dos conselheiros com outros municípios e estados;</li><li>➤ Exercício da cidadania;</li><li>➤ Satisfação dos conselheiros em estar contribuindo para o desenvolvimento do município;</li><li>➤ Representação no Fórum da Bacia.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Existência de vários Conselhos;</li><li>➤ Baixa participação e pouco comprometimento do poder público;</li><li>➤ Dificuldade de mobilização do poder público;</li><li>➤ Dependência do poder público local e falta de autonomia;</li><li>➤ Pouco apoio do governo estadual e federal;</li><li>➤ Falta de credibilidade;</li><li>➤ Expectativa de resultados imediatos;</li><li>➤ Pouca capacitação;</li><li>➤ Funcionamento comprometido devido às eleições municipais;</li><li>➤ Dependência de parceiros;</li><li>➤ Paralisação das atividades.</li></ul>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRANSO tributário. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 27 nov. 1998.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEGRIA, Maria Angélica. O gênero na questão da água. *Revista Eco* 21, Ano XIV, ed. 97, dez. 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. 2ª. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BANCO MUNDIAL. *Estratégias de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil: Áreas de Cooperação com o Banco Mundial*. 1ª. ed. Brasília, 2003.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Sociologia*. 12ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. Vol. 2. [pps. 933 a 942 e da 1.206 a 1.211].

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRASIL. Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9433, de 08 de janeiro de 1997. *Diário Oficial da União*. Brasília, Imprensa Oficial, 09 de janeiro de 1997.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. *A Democracia das Águas na sua Prática: O caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).



FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Potencialidades econômicas e competitividade das regiões do estado do Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Abril/Maio – 1998.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. pps. 244-270.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.329, de 16 agosto de 1999. Institui a política estadual de Recursos Hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamente a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica do Municipal de Porciúncula. Lei nº 01/2002, de 09 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica do Municipal de Varre-Sai. Lei nº 1.790, de 12 de janeiro de 1991.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN). Mapa do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

HABERMAS, Jünger. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984. [pps 9 a 74 e da 169 a 212].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2002, Rio de Janeiro, 27 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. 27 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Perfil dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

JOHNSON, Rosa Maria Formiga; LOPES, Paula Duarte (orgs.). Projeto Marca D'água. Seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil: caderno 1: retratos 3X4 das bacias pesquisadas. Brasília: Finatec, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em 15 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Guia metodológica para la evaluación y el análisis de la gobernabilidad local. Proyecto Feria de Conocimiento de Gobernabilidad Local en América Latina. 2002.

PROJETO MANAGÉ UNIVERSIDADE – FEDERAL FLUMINENSE. Relatório Sumário Executivo 2001. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Relatório Sumário Executivo 1997. Rio de Janeiro, 1997.

SEBRAE. Programa de Desenvolvimento Regional da Mesorregião da Bacia do Rio Itabapoana – Relatório de Atividades 2002/2003. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto Managé. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto de Desenvolvimento Regional da Bacia do Rio Itabapoana. Brasília, 2001.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. A análise da construção política da confluência de interesses a partir do Projeto Managé, na Bacia do Rio Itabapoana (ES/MG/RJ). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

SOFFIATI Netto, Aristides Arthur. O nativo e o exótico. Perspectivas para a história ambiental na ecorregião norte-noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Setembro de 1996.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional e gestão social (Coleção Administração e Contabilidade). Porto Alegre: Editora Unijuí, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores). [pps. 185 a 200; da 219 a 252; da 259 a 271; da 275 a 294 e da 307 a 317].

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo Socioeconômico 2004 – Bom Jesus do Itabapoana. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Estudo Socioeconômico 2004 – Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Estudo Socioeconômico 2004 – Porciúncula. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Estudo Socioeconômico 2004 – São Francisco do Itabapoana. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Estudo Socioeconômico 2004 – Varre-Sai. Rio de Janeiro, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

## **ANEXOS**

**Anexo A: Mapa do estado do Rio de Janeiro.**

**Anexo B: LEI nº 595, de 10 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento sustentável e cria o CMDS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA (RJ), DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**TITULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável e as normas gerais para a sua correta aplicação.

Art. 2º - A Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável está centrada no trinômio: Integração – Sustentabilidade – Viabilidade Econômico-Social.

Art. 3º - A atenção ao Desenvolvimento Sustentável no Município de BOM JESUS DO ITABAPOANA é feita em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana ou, ainda, por demais órgãos de gestão e desenvolvimento, promovendo os interesses locais e buscando a integração em nível regional.

Art. 4º - A implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável tem como pressuposto a articulação, a participação e o compromisso das instâncias da sociedade civil, bem como dos poderes públicos constituídos.

Art. 5º - A implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável dar-se-á de forma gradativa, respeitando as peculiaridades sócio-econômicas locais e regionais.

Parágrafo único – Caberá ao poder público municipal, através da Prefeitura Municipal, seus órgãos, intercâmbios e parcerias formadas para a implementação dessa política, nutrir esforços para o atendimento a produtores e empresários, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável, articulando dados, prestando assistência técnica e informações, além de estudos de viabilidade de propostas e projetos.

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, propor diretrizes, orientações e normas técnicas, acerca da organização e funcionamento das ações públicas municipais a fim de atender ao estabelecido nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º dessa Lei.

## **TITULO II**

### **DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **Capítulo I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 7º - A Política e Desenvolvimento Sustentável será formulada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, órgão único colegiado, representativo dos poderes constituídos e da sociedade civil.

Art. 8º - A Política de Desenvolvimento Sustentável será implementada pelos seguintes instrumentos:

I – Planos Municipais de Políticas Públicas;

II – Orçamento Municipal alocado nas diversas Secretarias;

III – Deliberações Legislativas estabelecidas pela Câmara Municipal;

IV – Planos estratégicos de desenvolvimento regional, sob a responsabilidade de entes federais e estaduais;

V – Conjunto de normas que disciplinam as ações de desenvolvimento, com interfaces ambiental e produtiva.

#### **Capítulo II**

##### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMDS**

###### **SEÇÃO I – DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO**

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, como órgão consultivo e orientador da implementação da respectiva política.

Art. 10º - compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS:

I – Formular a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável através da integração das diversas políticas básicas de desenvolvimento, agricultura e pecuária, meio ambiente, educação, saúde, profissionalização e outras, assegurando-se em todas a dignidade, a participação da sociedade, a adequação local e fortalecimento dos núcleos produtivos economicamente viáveis;

II – Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades dos diversos níveis de desenvolvimento de cada uma das comunidades dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

III – Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento estratégico municipal, em tudo que se refira ou possa afetar o desenvolvimento econômico ou regional;

IV – Indicar critérios e formas de fiscalização ao Executivo Municipal a fim de ver implementado suas orientações e diretrizes;

V – Registrar toda e qualquer iniciativa de produção seja particular ou de caráter comunitário, a fim de possibilitar apoio técnico e orientação para a implementação dessa política, fazendo cumprir o que estabelecem as normas para o desenvolvimento sustentável;

VI – Implantar um Núcleo de Assessoria Técnica capaz de auxiliar o Conselho na formulação de diretrizes e orientações, elaboração e acompanhamento de programas e projetos, bem como na integração das ações das diversas secretarias municipais e entidades civis.

## **SEÇÃO II – DA PRESIDÊNCIA**

Art. 11º – A Presidência do Conselho será exercida pelo Prefeito Municipal, sendo que em seus impedimentos será o seu exercício conferido ao Vice-Prefeito.

## **SEÇÃO III – DOS MEMBROS DO CONSELHO**

Art. 12º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, é composto de membros natos e eleitos, de forma paritária.

Parágrafo único - Para efeito da paridade tratada no *caput*, exclui-se a Presidência do Conselho.

Art. 13º - São os membros natos:

I – Prefeito Municipal

II – Presidente da Câmara dos Vereadores

III – Membros, titulares de cada uma das Secretarias Municipais, a saber:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Fazenda;

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura;

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Art. 14º - São membros eleitos:

I – 01 (um) membro representante dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas;

II – 09 (nove) membros indicados pelos seguintes segmentos da sociedade civil;

- a) Igrejas;
- b) Associações de Moradores;
- c) Sindicato dos Trabalhadores;
- d) Sindicatos Patronais;
- e) Clubes de Serviço;
- f) Associações Comerciais;
- g) Entidades Filantrópicas;
- h) Profissionais Liberais;
- i) Grêmios estudantis.

Art. 15º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único – O mandato do Conselheiro eleito será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 16º - Estará impedido de ocupar as funções de membro do Conselho aquele que for considerado culpado por sentença penal irrecorrível.

Parágrafo único – A exigência transcrita no *caput* se estende aos membros do Núcleo de Assessoria Técnica deste Conselho.

### **SEÇÃO III – DO NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA**

Art. 17º - Fica criado o Núcleo de Assessoria Técnica, vinculado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, que terá como objetivos:

I – Elaboração de projetos e programas a partir das demandas e orientações apresentadas pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS;

II – Assessoria Técnica às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como quando convocados por quaisquer de seus membros.



## **SEÇÃO IV – DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA**

Art. 18º - O Núcleo será composto de, no mínimo de três membros, sendo seu número definido no Regimento Interno, indicados pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, referendadas pelo Conselho, para uma gestão de dois anos, podendo ser reindicado apenas uma vez, sendo escolhidos, ainda, dois suplentes.

Art. 19º - Os membros do Núcleo poderão ser ou não funcionários da administração pública municipal.

### **Capítulo IV**

## **DO ORÇAMENTO E DAS FINANÇAS**

### **SEÇÃO I – DA ORIGEM**

Art. 20º - Será criada através de norma específica, rubrica orçamentária para atender a implementação dessa política, a ser executada de forma conjunta pelos órgãos do executivo municipal, ou por entidades civis, através de contratos e convênios.

Art. 21º - Somam-se aos recursos específicos do orçamento municipal, aqueles captados pelo Município através de convênios, contratos ou por doações, que tenha por objeto a implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 22º - O Controle e Registro dos recursos serão exercidos por cada uma das Secretarias, através de mecanismos de execução orçamentária próprios.

Art. 23º - Será elaborado, ao final de cada ano, o relatório orçamentário e financeiro específico às ações executadas a partir das diretrizes e orientações aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS.

## **TÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 24º - Após a publicação desta Lei, e constituído o Conselho, seus membros terão prazo de até 30 (trinta) dias para elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS.

Art. 25º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 26º - Remetem-se para o Regimento Interno quaisquer outras questões operacionais na implementação desta Política, desde que não infrinjam o conteúdo expresso nesta Lei.

Art. 27º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), de 10 de novembro de 2000.

CARLOS BORGES GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

### Anexo C: Roteiro de entrevistas (Poder Público)

<b>Identificação</b>	
Entrevistadora:	
Data da entrevista:	
Município:	Estado: RJ
Nome do entrevistado:	
Sexo:	
Instituição-cargo:	
1. O que o senhor acha do Projeto Managé?	
2. Qual o seu papel no CMDS?	
3. Qual a importância do Conselho?	
4. Por que o senhor atua no CMDS?	
5. As reuniões do Conselho tiveram que tipo de resultado?	
6. Que tipo de decisões são tomadas nas reuniões do Conselho?	
7. Que objetivos o CMDS espera alcançar?	
8. O senhor acha que a participação no Conselho é interessante para o governo municipal?	

## Anexo D: Roteiro de entrevistas (Sociedade Civil Organizada)

<b>Identificação</b>	
Entrevistadora:	
Data da entrevista:	
Município:	Estado: RJ
Nome do entrevistado:	
Sexo:	
Instituição-cargo:	
1. O que o senhor acha do Projeto Managé?	
2. Qual o seu papel no CMDS?	
3. Qual a importância do Conselho?	
4. Por que o senhor atua no CMDS?	
5. As reuniões do Conselho tiveram que tipo de resultado?	
6. Que tipo de decisões são tomadas nas reuniões do Conselho?	
7. Que objetivos o CMDS espera alcançar?	
8. O senhor acha que a participação no Conselho é interessante para o governo municipal?	
9. Como o senhor se situa diante do poder público?	

## Anexo E: Informações sobre o município de Bom Jesus do Itabapoana

### I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

**Localização:** Noroeste fluminense<sup>1</sup>.

**Área:** O município tem uma área total de 599,4 quilômetros quadrados, correspondentes a 11,1% da área da região Noroeste fluminense e está a uma distância de 320 quilômetros da capital.

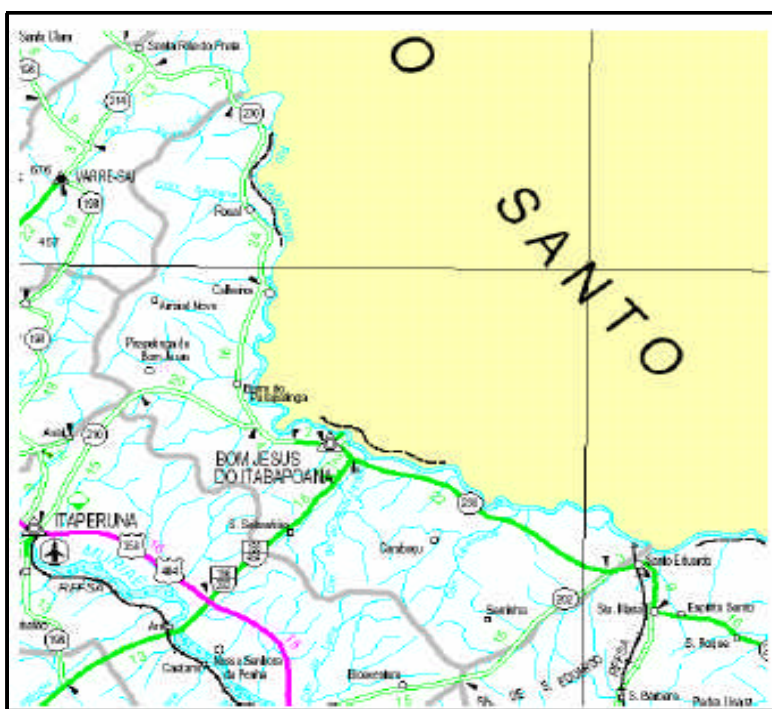
**Clima:** Tropical.

**Altitude:** 88 metros.

**Principais atividades econômicas:** pecuária leiteira e de corte e comércio.

**Curiosidades:** Lugar de bom nível cultural e gente cordial, seu nome, Itabapoana, foi batizado pelos indígenas e quer dizer “barulho de águas sobre as pedras”.

Figura 1 Mapa de Bom Jesus do Itabapoana



Fonte: TCE/RJ (2004).

<sup>1</sup> A região Noroeste fluminense é composta pelos municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.

## II - HISTÓRICO

De acordo com informações, as terras de Bom Jesus do Itabapoana encontravam-se dentro dos territórios que compreendiam as Capitânicas de São Tomé, ou Paraíba do Sul, e do Espírito Santo, doadas, respectivamente, a Pero de Góis da Silveira e Vasco Fernandes Coutinho. Os primeiros desbravadores se fixaram na região por volta de 1842 e formaram a povoação de "Bom Jesus da Cachoeira Alegre" que, mais tarde, devido à proximidade do rio Itabapoana, passou a denominar-se Bom Jesus do Itabapoana. Fortes correntes populacionais foram atraídas pela perspectiva de explorar terras férteis, fazendo com que o governo criasse, em 1862, a freguesia de Bom Jesus do Itabapoana, nos limites de Campos, que posteriormente passou à jurisdição de Itaperuna. De acordo com o Decreto n.º 150, de 24 de novembro de 1890, o município foi emancipado, que pouco durou devido a sua extinção pelo Decreto n.º 01, de 8 de maio de 1892.

Como grande personagem da história de Bom Jesus do Itabapoana, pode-se citar o Padre Antônio Francisco de Mello, que chegou à região procedente da Ilha de São Miguel, em Portugal, no ano de 1899. Lá permaneceu por quase meio século, vindo a falecer em 1947, onde foi um grande incentivador da autonomia da localidade. Em virtude do seu desenvolvimento, Bom Jesus do Itabapoana tornou-se ponta de trilho do ramal da Estrada de Ferro Leopoldina e centralizou a produção de grande zona cafeeira, cuja área de abrangência se estendia por vasta faixa capixaba. Além disso, o próprio rio Itabapoana propiciava certa independência econômica local em relação à sede Itaperuna, fator relevante para que a autonomia fosse restabelecida, pelo Decreto n.º 633, de 14 de dezembro de 1938 e o município definitivamente instalado em 01 de janeiro de 1939. O sítio urbano ocupava o vale do rio Itabapoana, ao longo da margem direita, com topografia relativamente movimentada. Com a erradicação do café e deslocamento da população rural para o núcleo, o processo de urbanização se acelerou e a área ocupada ultrapassou os limites do perímetro urbano legal, tanto em função da pressão demográfica, como em decorrência da falta de controle urbanístico adequado.

A proximidade da sede municipal com a cidade de Bom Jesus do Norte, no estado do Espírito Santo, caracteriza processo de conturbação. Na realidade, a cidade capixaba comporta-se como bairro de Bom Jesus do Itabapoana, função consolidada pela dependência socioeconômica da população em relação ao núcleo principal fluminense.

### III POPULAÇÃO

Tabela 1 População de Bom Jesus do Itabapoana

<b>População de Bom Jesus do Itabapoana</b>	
Total	33.655
Urbana	27.425
Rural	6.230
Homens	16.458
Mulheres	17.197
0 – 4 anos	2.822
5 – 9 anos	2.879
10 – 14 anos	3.063
15 – 19 anos	3.204
20 a 29 anos	5.351
30 – 49 anos	9.372
50 + anos	6.964

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

O município de Bom Jesus do Itabapoana tem uma população de 33.655 habitantes (Tabela 1), correspondentes a 11,3% do total da população da região Noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro. Pode-se verificar que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação feminina superior à masculina em uma proporção de 95,5 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2 População dos Distritos de Bom Jesus do Itabapoana

<b>População dos Distritos de Bom Jesus do Itabapoana</b>			
<b>População dos Distritos de bom Jesus do Itabapoana</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Bom Jesus do Itabapoana	12.500	13.453	25.953
Calheiros	925	840	1.765
Carabuçú	1.482	1.454	2.936
Pirapetinga de Bom Jesus	400	356	756
Rosal	810	782	1.592
Serrinha	341	312	653
<b>Total do Município</b>	<b>16.458</b>	<b>17.197</b>	<b>33.655</b>

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

A tabela 2 apresenta a população, por gênero, dos seis distritos que compõe o município de Bom Jesus do Itabapoana. De acordo com estes dados, estes distritos, além de reunir o maior número de pessoas (77,11% da população total do município), são áreas que apresentam uma participação feminina superior ao da masculina.

**IV. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO** - A taxa média geométrica de crescimento demográfico de Bom Jesus do Itabapoana de 1991 a 2000 (a.a), correspondeu a 1,33%. Ou seja, nos últimos 10 anos, a população do município cresceu em média 1,33% ao ano. A densidade demográfica que é calculada dividindo-se o número da população residente pela área terrestre do município permite verificar que existe uma concentração de 58 habitantes por km<sup>2</sup>.

**V. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** - Apresenta IDH: 0,747– médio desenvolvimento humano.

**VI. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS<sup>2</sup> (IQM)** - Bom Jesus do Itabapoana encontra-se classificado em 22º lugar no ranking de 91 municípios do estado do Rio de Janeiro, apresentando um Índice de 0,3035.

### **VII. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS<sup>3</sup> – IQM-VERDE II**

Tabela 3: IQM – Verde II

<b>Índice de Qualidade dos Municípios - IQM-Verde II</b>		
<b>Município</b>	<b>Área sugerida para reflorestamento (ha / km<sup>2</sup>)</b>	<b>Percentual da área municipal sugerida para reflorestamento</b>
Bom Jesus do Itabapoana	2986,68 ha / 29,86km <sup>2</sup>	4,93

Nota: 1 ha (hectare) equivale a 0,01 km<sup>2</sup> (quilômetro quadrado) -IPEM – Instituto de Pesos e Medidas

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE.

Esta tabela revela que, para manutenção da qualidade do meio ambiente do município, seria necessário reflorestar 4,93% da área municipal. As questões ambientais relacionadas às

<sup>2</sup> O Índice de Qualidade dos Municípios - IQM é publicado pela Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE, e tem por finalidade avaliar as condições dos municípios para atrair investimentos, bem como sua capacidade de multiplicar os benefícios advindos. O IQM apresenta uma classificação geral de todos os municípios, a partir de sete grupos de indicadores, com pesos diferentes, abordando aspectos das condições básicas consideradas necessárias ao eventual investimento. São eles: 1) Centralidade e vantagem locacional – capacidade do município para estabelecer vínculos com os mercados vizinhos; 2) Qualificação de mão-de-obra – representa o padrão de formação educacional da população, do ponto de vista da especialização e profissionalização; 3) Riqueza e potencial de consumo – demonstra a riqueza existente no município, representada pela sua produção e pelo nível de rendimento de seus habitantes; 4) Facilidades para negócios – facilidades existentes para a operação das empresas e de seus funcionários; 5) Infra-estrutura para grandes empreendimentos – demonstra a presença, no município de condições favoráveis à implantação e operação de empresas de grande porte; 6) Dinamismo – demonstra o dinamismo da economia local, representada pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades; 7) Cidadania – representa as condições de atendimento às necessidades básicas da população do município (saúde, educação, segurança, justiça e lazer).

<sup>3</sup> O Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) - Verde II, é elaborado pela Fundação CIDE, a partir de imagens de satélite de 2001, e objetiva colaborar no tratamento das questões relacionadas à importância da preservação e da regeneração da cobertura florestal no estado do Rio de Janeiro. Sua grande contribuição, do ponto de vista



atividades empresariais assumem uma importância crescente e deixam de ser obstáculos na vida das empresas. O compromisso com o meio ambiente, o uso eficiente de energia, de água e de matéria-prima significam segurança, em longo prazo, para os bons negócios e manutenção da competitividade.

**VIII. PRODUTO INTERNO BRUTO<sup>4</sup> (PIB)** - Conforme demonstrado na tabela 4, na página seguinte, Bom Jesus do Itabapoana, representa 10,83% do PIB da região Noroeste fluminense.

Tabela 4 PIB – a preços de mercado – região Noroeste – 2003 (R\$ mil)

<b>PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado Região Noroeste fluminense–2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
Aperibé	32.665
<b>Bom Jesus do Itabapoana</b>	<b>165.078</b>
Cambuci	105.783
Italva	64.054
Itaocara	92.741
Itaperuna	542.741
Laje do Muriaé	31.919
Miracema	90.868
Natividade	57.136
Porciúncula	68.545
Santo Antônio de Pádua	175.007
São José de Ubá	58.402
Varre-Sai	39.214
Total da Região Noroeste Fluminense	1.524.152

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2004.

## **IX. DADOS SOCIOECONÔMICOS**

O município tem um contingente de 23.884 eleitores, correspondentes a 70,97% do total da população. Possui duas agências de correios, quatro agências bancárias, dois estabelecimentos hoteleiros e cinco equipamentos culturais (cinema, teatro, museu e/ou biblioteca). Possui três hospitais credenciados e 705 leitos contratados. Tem um número total de 11.549 domicílios, com uma taxa de ocupação de 84%. Dos 1.825 domicílios não ocupados, 19% têm uso ocasional.

---

conceitual, é reorientar o debate acerca do desmatamento e da fragmentação florestal no estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> O PIB é um indicador que mede a produção de um país, levando em conta três grupos principais: 1) Agropecuária, formada por Agricultura, Extrativa Vegetal e Pecuária; 2) Indústria, que engloba Extrativa Mineral, Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil; e 3) Serviços, que incluem Comércio, Transporte, Comunicação, Serviços da Administração Pública e outros serviços.

Tabela 5 Número de estabelecimentos por porte e setor de Bom Jesus do Itabapoana

<b>Bom Jesus do Itabapoana – Nº de estabelecimentos por porte e setor</b>						
<b>Porte/Setor</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Micro	490	2.351	2.269	35	<b>5.145</b>	93,9%
Pequena	23	128	137	5	<b>293</b>	5,3%
Média	3	15	9	0	27	0,5%
Grande	2	4	8	0	14	0,3%
<b>Total</b>	<b>518</b>	<b>2498</b>	<b>2423</b>	<b>40</b>	<b>5479</b>	100%

Fonte: RAIS (2003).

Os dados desta tabela foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, um questionário anual, preenchido obrigatoriamente por todas as empresas registradas no país. Com esses dados, pode-se analisar a participação de cada setor da economia no total das empresas do município. Observa-se que as microempresas representam 93,9% do total dos estabelecimentos formais existentes em Bom Jesus do Itabapoana e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor de comércio seguida pelo setor de serviços.

## **X. DISTÂNCIAS**

Tabela 6 Distâncias de Bom Jesus do Itabapoana aos demais municípios da região Noroeste fluminense

<b>Distâncias de Bom Jesus do Itabapoana aos demais municípios da – Região Noroeste fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Aperibé	70
Cambuci	54
Italva	32
Itaocara	73
Itaperuna	23
Laje do Muriaé	47
Miracema	62
Natividade	32
Porciúncula	42
Santo Antônio de Pádua	69
São José de Ubá	37
Varre-Sai	30

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2004).

A rodovia RJ-230 atravessa todo o território municipal, no sentido Sudeste-Noroeste, alcançando Campos e Varre-Sai. O município também é servido pela RJ-186, que acessa Itaperuna, ao sul, rodovia esta que alcança a BR-356, pela qual se chega a Campos dos Goytacazes ou Minas Gerais. O sistema rodoviário é complementado pela BR-484, que

alcança o estado do Espírito Santo, passando por Bom Jesus do Norte, São José do Calçado e Guaçuí, onde encontra a BR-482. A RJ-210, em leito natural, é opção de acesso direto à sede de Itaperuna a oeste.

## XI. POTENCIAL DE CONSUMO

As despesas da população local serão apresentadas nas categorias de consumo estabelecidas na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE, levando em consideração a classificação dos domicílios, segundo o novo critério de Classificação Econômica Brasil, que já incorpora a nova realidade econômica, desenvolvida por associações de pesquisas de mercado.

Tabela 7 Número domicílios urbanos/classes econômicas<sup>5</sup>

<b>Número de domicílios urbanos / classes econômicas de Bom Jesus do Itabapoana</b>	
<b>Classes Econômicas</b>	<b>Número de Domicílios Urbanos</b>
A1	31
A2	259
B1	490
B2	1.152
C	3.520
D	3.327
E	236
<b>Total</b>	<b>9.015</b>

Fonte: TARGET – Brasil em Foco 2005

A tabela 7 apresenta o universo de 9.015 domicílios sendo que 75,95% deles pertencem a famílias com classe de renda entre dois e dez salários mínimos/mês.

**XIII. CONSUMO PER CAPITA URBANO** - Consumo *per capita* urbano do município (US\$1=R\$ 3,00) é de 2.103,16. O consumo *per capita* urbano foi calculado dividindo-se o montante de consumo da população, respectivamente, pelo número de pessoas dessa mesma população da região.

<sup>5</sup> Classes econômicas (em salários mínimos) (\*) classe A1 = acima de 45 salários mínimos/mês; (\*) classe A2 = entre 25 e 45 salários mínimos/mês; (\*) classe B1 = entre 15 e 25 salários mínimos/mês; (\*) classe B2 = entre 10 e 15 salários mínimos/mês; (\*) classe C = entre 4 e 10 salários mínimos/mês; (\*) classe D = entre 2 e 4 salários mínimos/mês e (\*) classe E = até 2 salários mínimos/mês.

#### XIV. CONSUMO FAMILIAR POR CLASSE ECONÔMICA

Tabela 8 Consumo familiar por classe econômica, segundo categorias de consumo - US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00).

<b>Consumo familiar de Bom Jesus do Itabapoana por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)</b>								
<b>Categoria de consumo/classe econômica</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Alimentação no domicílio	103.041	454.573	874.636	928.826	2.851.408	1.742.218	95.192	7.049.894
Alimentação fora do domicílio	88.554	390.439	527.558	624.556	1.204.790	448.619	22.719	3.307.235
Bebidas	15.915	69.772	134.865	115.531	267.252	143.952	6.058	753.345
Manutenção do lar	484.190	1.831.681	2.704.233	3.042.707	6.883.898	3.602.754	182.213	18.731.676
Artigos de limpeza	8.774	41.581	46.608	40.036	161.644	81.836	2.892	383.371
Mobiliários e artigos do lar	26.933	82.457	164.614	255.084	394.412	185.363	4.544	1.113.407
Eletrodomésticos e equipamentos	21.628	118.400	223.122	220.768	420.276	239.592	11.658	1.255.444
Vestuário confeccionado	32.647	186.058	226.096	319.141	670.286	281.003	12.530	1.727.761
Calçados	13.059	71.181	93.215	113.244	237.079	108.457	3.305	639.540
Outras despesas com vestuário	5.713	27.486	17.850	28.597	45.260	16.762	826	142.494
Transportes urbanos	35.503	190.991	369.886	465.557	1.390.142	728.636	23.408	3.204.123
Gastos com veículo próprio	88.962	370.706	571.191	562.786	782.359	194.237	4.177	2.574.418
Higiene e cuidados pessoais	21.424	121.924	163.622	201.322	413.810	200.153	7.986	1.130.241
Gastos com medicamentos	30.198	164.210	140.814	314.566	517.262	268.185	17.716	1.452.951
Outras despesas com saúde	102.021	177.163	356.003	431.018	75.1875	640.253	359.250	0.750.75

pertencentes às classes C e D na referida tabela, pode-se observar que a participação deles é representativa em gastos com a alimentação no domicílio, manutenção do lar, transportes urbanos, bem como em outras despesas. As observações destacadas não esgotam as possibilidades de análise dos dados que mostram o comportamento do consumo local.

## **Anexo F: Informações sobre o município de Campos dos Goytacazes**

### **I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>**

**Localização:** Norte fluminense<sup>2</sup>.

**Área:** O município tem uma área total de 4.040,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 41,4% da área da região Norte fluminense e está a uma distância de 273 quilômetros da capital.

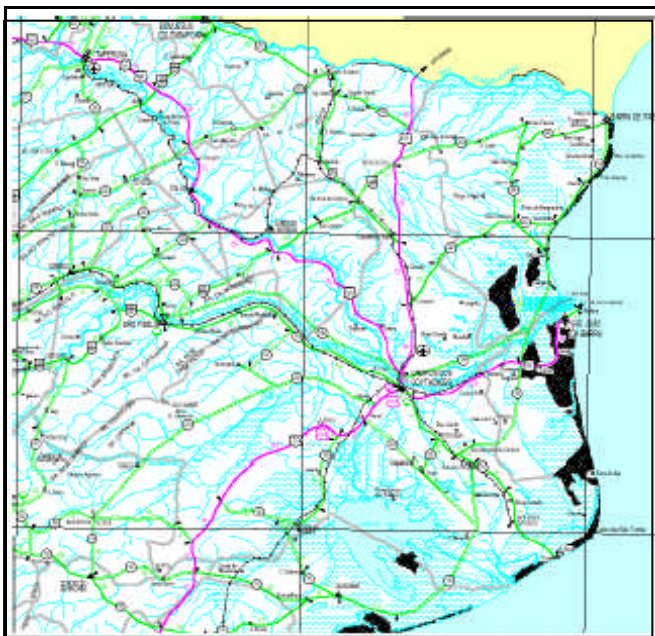
**Clima:** Tropical, quente e úmido.

**Altitude:** 14 metros.

**Principais atividades econômicas:** Petróleo, cana-de-açúcar, pecuária (de leite e de corte), fruticultura, agroindústria, serviços (educação).

**Curiosidades:** Foram os índios goytacazes os primeiros habitantes dessa terra, esse nome quer dizer “homem ágil, que nada”. Assim, eles eram os donos naturais da fértil planície, cortada pelo rio com uma fartura de peixes.

Figura 1 Mapa de Campos dos Goytacazes



Fonte: TCE/RJ (2004).

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE/CIDE (2002).

<sup>2</sup> A região Norte fluminense abrange os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

## II - HISTÓRICO<sup>3</sup>

Apresentando a mais vasta área do estado do Rio de Janeiro, os campos dos índios goytacazes (que, trazido para o português, pode ser “corredores da mata” ou “índios nadadores”), faziam parte da capitania de Pero de Góis da Silveira, conforme consta da Carta de Doação de 28 de agosto de 1536. de acordo com informações, com o intuito de ocupar a área, foi implantado um núcleo populacional e o local escolhido foi à margem direita do rio Itabapoana. A "Vila da Rainha", contudo, não prosperou devido aos constantes ataques dos índios. Sem recursos para continuar o empreendimento, Pero de Góis resolveu abandonar a Capitania. Mais tarde, o rei de Portugal determinou que o governador do Rio de Janeiro dividisse as terras daquela Capitania e distribuisse sesmarias entre os colonos. Assim, divididos os quinhões, foram erguidos dois currais: um no "Campo Limpo", à margem da Lagoa Feia, e outro na Ponta de São Tomé. Posteriormente, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, conseguiu a doação das terras da Capitania de São Tomé para seus filhos, Martim Corrêa de Sá e Benevides, primeiro Visconde de Asseca, e João Corrêa de Sá.

Por ordem do governador-geral da Capitania, de 29 de maio de 1677, a área foi emancipada e instalada a Vila de São Salvador. Grande parte do município foi ocupada, em princípio, por criadores de gado. Posteriormente, a região progrediu com a cultura da cana-de-açúcar, que se expandiu pelos aluviões entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia. No século XVIII, a economia local girava exclusivamente em torno de atividades rurais. A introdução do primeiro engenho a vapor na região, em 1830, trouxe grande transformação no processo de produção de açúcar e o vilarejo foi elevado à categoria de cidade em 1835, com o nome Campos dos Goytacazes.

O aparecimento da ferrovia, em 1837, facilitou a circulação, transformando o município em centro ferroviário da região. Em 1875, já havia 245 engenhos de açúcar, com 3.610 fazendeiros estabelecidos na região. A primeira usina, construída em 1879, chamou-se Usina Central do Limão. Com a riqueza trazida pela cana-de-açúcar, a cidade cresceu e se desenvolveu. As construções de sobrados e solares confortáveis se espalharam por todas as

---

<sup>3</sup> Fonte: TCE/RJ (2004) apud Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978 Abreu, A. “Municípios e Topônimos Fluminenses e Histórico e Memória”. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994 e sítio [www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp](http://www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp).

áreas próximas ao rio Paraíba do Sul. O comando da vida cultural da região passou dos solares rurais para o núcleo urbano.

A grande riqueza de Campos, no século XIX, pode ser creditada à expansão da produção açucareira, inicialmente apoiada nos engenhos a vapor, mais tarde substituídos por usinas. Em 1875, a região contava com 245 engenhos de açúcar, e por volta do ano de 1879, foi construída a primeira usina, batizada como Usina Central do Limão, pertencente ao Dr. João José Nunes de Carvalho. Entretanto, várias dessas antigas usinas fecharam ou foram absorvidas pelas maiores em anos recentes, concentrando a produção em menor número de estabelecimentos.

A riqueza introduzida pela lavoura açucareira levou ao crescimento e desenvolvimento da região, criando condições para a formação de uma poderosa aristocracia agrária que muito influenciou na política do Império. Uma das peculiaridades da cultura canavieira na planície campista era a existência, ao lado dos latifúndios, de grande número de pequenas propriedades. Este fato talvez possa explicar a relativa rapidez com que se recuperou a agricultura do município após a Lei Áurea.

A pecuária sempre manteve papel importante na economia da região, e o café foi responsável pela prosperidade dos antigos distritos de Cardoso Moreira e Italva, hoje municípios desmembrados de Campos, na parte oeste, e no nordeste do município, onde hoje predomina o gado leiteiro. A função polarizadora de Campos dos Goytacazes remonta a sua própria evolução histórica, tendo o município exercido papel fundamental como difusor do povoamento por toda a área do Noroeste Fluminense. Campos dos Goytacazes depende, de certa forma, da economia açucareira, que se moderniza, incorporando a mecanização que, se por um lado serviu para aumentar a capacidade produtiva e a concentração da produção em grandes unidades, por outro, reduziu a população mantida permanentemente pela agricultura e também pelas lavouras de subsistência, fazendo crescer o setor informal e a migração. Mais da metade da população economicamente ativa se encontra no setor terciário, que atende às populações de grande parte dos municípios do Norte e Noroeste Fluminenses.

Vale ressaltar que, o município concentra o maior número de estabelecimentos industriais do Norte fluminense, destacando-se as indústrias de produtos alimentares, química, transformação de produtos de minerais não metálicos e mecânica. A descoberta de petróleo e



gás natural na plataforma continental da Bacia de Campos, no início dos anos 70, tem propiciado de maneira significativa o aumento da receita municipal, por meio do recebimento de *royalties*. A proximidade desta bacia pode possibilitar ao município o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor petroquímico e indústrias que dele se beneficiem. Os principais acidentes geográficos que condicionam a ocupação urbana são o rio Paraíba do Sul, que secciona a cidade, e a Lagoa do Vigário, em torno da qual foram implantados inúmeros loteamentos. A passagem do rio Paraíba pela estrutura urbana interrompe a continuidade da malha viária, que se transforma em dois conjuntos ligados por pontes.

### III – POPULAÇÃO

Tabela 1 População de Campos dos Goytacazes

<b>População de Campos dos Goytacazes</b>	
Total	406.989
Urbana	364.177
Rural	42.812
Homens	196.711
Mulheres	210.278
0 – 4 anos	35.950
5 – 9 anos	37.047
10 – 14 anos	38.152
15 – 19 anos	40.859
20 a 29 anos	67.650
30 – 49 anos	113.366
50 + anos	73.965

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

O município apresenta uma população de 406.989 habitantes (Tabela 1), correspondentes a 58,3% do total da população da região Norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Pode-se verificar que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação feminina superior à masculina em uma proporção de 93,5 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2 População dos Distritos de Campos dos Goytacazes

<b>População dos Distritos de Campos dos Goytacazes</b>			
<b>População dos Distritos de Campos dos Goytacazes</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Campos dos Goytacazes	151.406	165.545	316.951
Dores de Macabu	3.793	3.671	7.464
Ibitioca	1.522	1.512	3.034
Morangaba	1.746	1.576	3.322
Morro do Coco	2.216	2.196	4.412
Mussurepe	5113	4.995	10.108
Santa Maria	1.992	1.999	3.991
Santo Amaro de Campos	3.617	3.552	7.169
Santo Eduardo	2.117	2.155	4.272
São Sebastião de Campos	7.135	7.026	14.161
Serrinha	583	567	1.150
Tocos	3.804	3.813	7.617
Travessão	9.012	9.157	18.169
Vila Nova de Campos	2.655	2.514	5.169
<b>Total do Município</b>	<b>196.711</b>	<b>210.278</b>	<b>406.989</b>

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

Esta tabela apresenta a população, por gênero, dos 14 Distritos que compõe o município. Pode-se identificar que o Distrito de Campos dos Goytacazes, além de reunir o maior número de pessoas (77,88 % da população total do município) é a área que apresenta uma participação feminina superior ao da masculina. Assim como em Bom Jesus do Itabapoana, nas áreas em que o número de homens é superior ao de mulheres, a estrutura é afetada por fluxos migratórios de mulheres deixando o local por falta de oportunidades de trabalho, pois a mão de obra demandada é predominantemente agrícola.

**IV. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO** – A taxa média geométrica de crescimento demográfico de Campos dos Goytacazes, de 1991 a 2000 (a.a), apresentada foi de 0,86%, ou seja, a população do município cresceu em média 0,86% ao ano, nos últimos 10 anos. A densidade demográfica identificou concentração de 100,6 habitantes por km<sup>2</sup>.

**V. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** - O IDH foi 0,752, considerado como médio desenvolvimento humano.

**VI. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM):** O município apresentou um Índice de 0,3695, portanto, encontra-se classificado em 10º lugar, no *ranking* de 91 municípios do estado do Rio de Janeiro, o que confere ao município uma ótima condição básica necessária a eventuais investimentos.

**VII. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM) – VERDE II:** Indica que para manutenção da qualidade do meio ambiente em Campos dos Goytacazes, seria necessário reflorestar 2,68% da área municipal.

### VIII. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Tabela 3 PIB – a preços de mercado – Região Norte fluminense – 2003 (R\$ mil)

<b>PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado – Região Norte fluminense – 2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
<b>Região Norte Fluminense</b>	<b>7.258.259</b>
<b>Campos dos Goytacazes</b>	<b>2.462.608</b>
Carapebus	44.123
Cardoso Moreira	55.581
Conceição de Macabu	76.669
Macaé	4.088.104
Quissamã	133.082
São Fidélis	128.114
São Francisco do Itabapoana	150.995
São João da Barra	118.982

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico 2004.

Conforme demonstrado nesta tabela, o município de Campos dos Goytacazes, representa 33,93% do PIB da região Norte fluminense. Vale ressaltar que somente a Bacia de Campos, com a produção de petróleo, teve a participação relevante de 16% no PIB 2000 do estado do Rio de Janeiro, colocando este município em posição de destaque na geração de riqueza estadual.

### IX. DADOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Campos dos Goytacazes tem 303.095 eleitores, correspondentes a 74,47% do total da população. Possui 10 agências de correios, 20 agências bancárias, nove hospitais credenciados, 39 estabelecimentos hoteleiros, 12 equipamentos culturais (três cinemas, três teatros, dois museus e quatro bibliotecas), 297 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 332 estabelecimentos de ensino fundamental, 51 estabelecimentos de ensino médio, seis instituições de ensino superior e 15 estabelecimentos de ensino especial.

Tabela 4 Número de estabelecimentos por porte e setor de Campos dos Goytacazes

<b>Campos dos Goytacazes – Nº de estabelecimentos por porte e setor</b>						
<b>Porte/Setor</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Micro	1072	5.079	3.166	652	<b>9.969</b>	92,2%
Pequena	113	308	274	26	<b>721</b>	6,7%
Média	13	25	34	3	<b>75</b>	0,7%
Grande	3	10	35	2	<b>50</b>	0,5%
<b>Total</b>	<b>1201</b>	<b>5422</b>	<b>3509</b>	<b>683</b>	<b>10815</b>	100%

Fonte: RAIS (2003).

Os dados da Tabela 4 foram extraídos da mesma fonte que os de Bom Jesus do Itabapoana. Observa-se que as microempresas representam 92,2% do total dos estabelecimentos formais existentes em Campos dos Goytacazes e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor de comércio, seguida pelo setor de serviços.

## X. DISTÂNCIAS

Tabela 5 Distâncias de Campos dos Goytacazes aos demais municípios da região Norte fluminense

<b>Distâncias de Campos dos Goytacazes aos demais municípios da região Norte Fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Carapebus	59
Cardoso Moreira	42
Conceição de Macabu	67
Macaé	83
Quissamã	42
São Fidélis	45
São Francisco de Itabapoana	63
São João da Barra	31

Fonte: TARGET – Brasil em Foco 2003.

O principal acesso a Campos é pela BR-101, além da BR-356, que liga a cidade a Minas Gerais e a São João da Barra. Outro acesso rodoviário importante é a RJ-216, na direção do litoral, que presta fundamentais serviços para as bases de apoio à exploração de petróleo na plataforma continental. Outras rodovias estaduais importantes são a RJ-158 e a RJ-180. As ferrovias Rio-Vitória e Campos-Recreio, em Minas Gerais seguem cruzando o território do município.

## XI. NÚMERO DE DOMICÍLIOS

Tabela 6 Número domicílios urbanos/classes econômicas

<b>Número de domicílios urbanos / classes econômicas de Campos dos Goytacazes</b>	
<b>Classes Econômicas</b>	<b>Número de Domicílios Urbanos</b>
A1	291
A2	3.773
B1	6.051
B2	14.179
C	42.225
D	40.980
E	2.845
<b>Total</b>	<b>110.344</b>

Fonte: TARGET – Brasil em Foco 2005.

A tabela 6 apresenta o universo de 110.344 domicílios, sendo que 38,27% deles pertence à famílias com classe de renda entre quatro e dez salários mínimos/mês.

**XIII. CONSUMO PER CAPITA URBANO** - Consumo *per capita* urbano do município (US\$1=R\$ 3,00) foi de 2.069,53.

#### **XIV. CONSUMO FAMILIAR POR CLASSE ECONÔMICA**

Tabela 7 Consumo familiar de Campos dos Goytacazes por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)

<b>Consumo familiar de Campos dos Goytacazes</b>								
<b>por classe econômica, segundo categorias de consumo – em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)</b>								
<b>Categoria de consumo/classe econômica</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Alimentação no domicílio	967.255	8.186.005	10.800.866	11.432.143	34.204.746	21.459.606	1.249.149	88.299.770
Alimentação fora do domicílio	831.265	7.031.080	6.514.808	7.687.131	14.452.345	5.525.818	298.134	42.340.581
Bebidas	149.398	1.256.457	1.665.440	1.421.978	3.205.887	1.773.120	79.502	9.551.782
Manutenção do lar	4.545.142	32.985.157	33.394.515	37.450.124	82.577.444	44.376.570	2.391.091	237.720.043
Artigos de limpeza	82.360	748.797	575.556	492.765	1.939.045	1.008.006	37.944	4.884.473
Mobiliários e artigos do lar	252.827	1.484.903	2.032.816	3.139.616	4.731.269	2.283.195	59.627	13.984.253
Eletrodomésticos e equipamentos	203.028	2.132.169	2.755.323	2.717.246	5.041.516	2.951.151	152.982	15.953.415
Vestuário confeccionado	306.457	3.350.551	2.792.061	3.928.039	8.040.571	3.461.227	164.425	22.043.331
Calçados	122.583	1.281.839	1.151.113	1.393.820	2.843.932	1.335.912	43.365	8.172.564
Outras despesas com vestuário	53.630	494.968	220.426	351.975	542.932	206.459	10.841	1.881.231
Transportes urbanos	333.272	3.439.391	4.567.713	5.730.151	16.675.783	8.974.900	307.168	40.028.378
Gastos com veículo próprio	835.096	6.675.719	7.053.627	6.926.865	9.384.976	2.392.497	54.808	33.323.588
Higiene e cuidados pessoais	201.112	2.195.626	2.020.570	2.477.903	4.963.954	2.465.365	104.798	14.429.328
Gastos com medicamentos	283.473	2.957.115	1.738.915	3.871.723	6.204.943	3.303.346	232.484	18.591.999
Outras despesas com saúde	957.678	6.294.974	4.396.271	5.307.781	5.739.572	1.651.673	80.105	24.428.054
Livros e material escolar	82.360	545.734	685.769	633.555	1.060.011	497.931	30.114	3.535.474
Matrículas e mensalidades	840.842	5.228.890	5.841.285	3.928.039	3.748.819	546.509	2.409	20.136.793
Despesas recreação e cultura	417.548	3.337.859	3.061.470	3.716.854	5.196.639	1.700.252	53.604	17.484.226
Despesas com viagens	616.745	3.337.859	1.787.898	2.041.454	2.171.730	680.101	35.535	10.671.322
Fumo	42.138	545.734	477.589	886.977	2.533.685	1.518.082	86.730	6.090.935
Outras despesas	7.029.360	33.403.974	28.924.770	35.253.802	43.279.475	13.334.832	548.084	161.774.297
<b>Total do consumo urbano</b>	<b>19.153.569</b>	<b>126.914.801</b>	<b>122.458.801</b>	<b>140.789.941</b>	<b>258.539.274</b>	<b>121.446.552</b>	<b>6.022.899</b>	<b>795.325.837</b>

Fonte: TARGET – Brasil em foco (2005).

## Anexo G: Informações sobre o município de Porciúncula

### I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

**Localização:** Noroeste fluminense.

**Área:** O município tem uma área total de 301,5 quilômetros quadrados, correspondentes a 5,6% da área da região Noroeste fluminense.

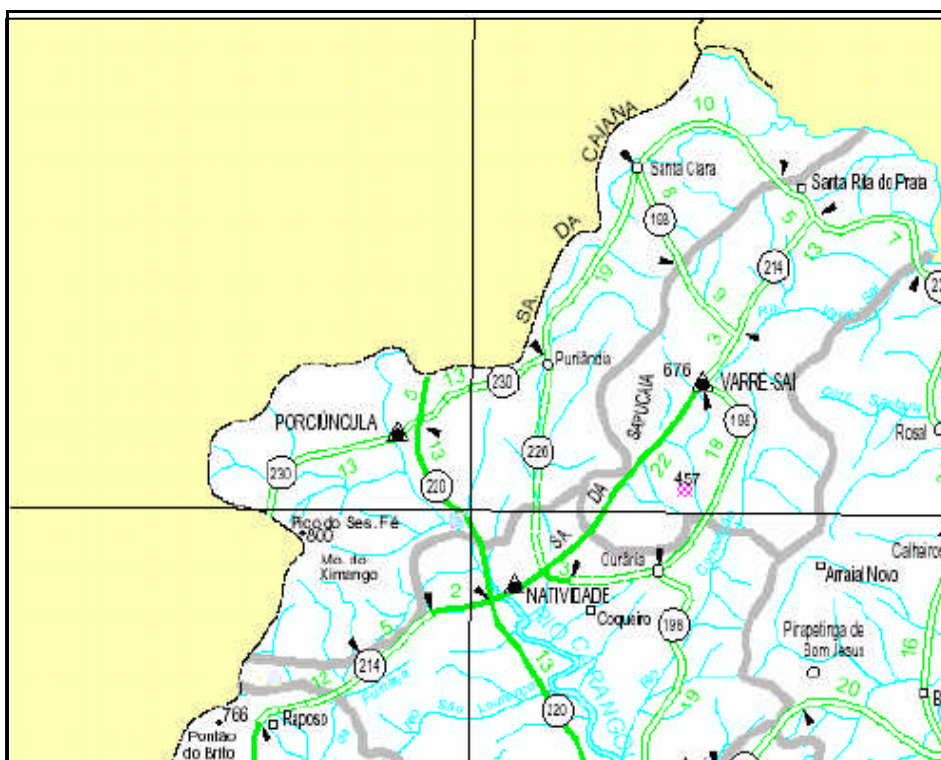
**Clima:** Tropical e tropical de altitude.

**Altitude:** 188 metros (sede), distritos até 750 metros.

**Principais atividades econômicas:** Agricultura, pecuária, piscicultura e apicultura.

**Curiosidades:** Foi instalada como município em agosto de 1947, desligando-se definitivamente de Itaperuna. No acervo histórico municipal consta, por meio de fotografias, documentos e fitas de vídeo cassete, a memória de grande parte do ocorreu no município.

Figura 1 Mapa de Porciúncula.



Fonte: TCE/RJ (2004).

<sup>1</sup> Fonte: IBGE/CIDE (2002).

## II - HISTÓRICO<sup>2</sup>

Localizada no extremo Norte do estado, fazendo divisa com Minas Gerais e Espírito Santo, primitivamente Porciúncula fazia parte da capitania do Espírito Santo e tem sua origem em uma gleba de 10 alqueires de terras, doadas pelo desbravador José Lanes Brandão, no ano de 1846, na qual foi edificada uma capela em devoção a Santo Antônio. Após a fixação de José Lanes, começaram a circular as primeiras notícias sobre a fecundidade do solo da região, o que resultou no deslocamento de diversas famílias para lá, entre elas a dos Tinocos, Custódios, Alves e Pereiras.

Até o início do século XIX, este município manteve-se fora das correntes colonizadoras, estando sua origem e evolução muito ligada ao crescimento de Itaperuna. A região de Itaperuna foi utilizada, antes do século XIX, apenas por bandeirantes e aventureiros que demandavam a baixada pelos afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Inicialmente, a atividade econômica predominante foi a criação de gado, que se desenvolveu em fazendas de grandes extensões, mas, a partir do final do século XIX, com o advento da economia cafeeira, a colonização se efetuou de forma rápida e uniforme, promovendo um desenvolvimento rápido da região. Em decorrência, no ano de 1879, foi criada a freguesia de Santo Antônio do Carangola. Os trilhos da Estrada de Ferro Carangola chegaram, e a inauguração de seus serviços ocorreu em 25 de junho de 1883 com a presença de D. Pedro II. Em 1885, o território desta freguesia deixou de pertencer ao município de Campos, para se constituir parte do então recém-criado Itaperuna.

Os recursos florestais do município sofreram um processo predatório paralelo à ocupação econômica para cultivo do café, época em que Porciúncula foi um dos principais produtores do estado. A ocupação urbana teve início em meados do século XIX, em função do avanço da lavoura cafeeira na região, estimulada pela implantação da Estrada de Ferro Leopoldina, no início do século XX, para atender ao escoamento da safra. Em 1938, após algumas modificações de nome, Porciúncula foi reconhecido como município e alcançou emancipação pela Lei nº 6, de 11 de agosto de 1947, com instalação em 22 de agosto do mesmo ano. O

---

<sup>2</sup> Fonte: TCE/RJ (2004) apud Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978. Abreu, A. “Municípios e Topônimos Fluminenses e Histórico e Memória”. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994 e sítio [www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp](http://www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp).

nome advém de uma homenagem que os donos da estrada de ferro fizeram ao Presidente da Província, José Thomaz de Porciúncula, quando da inauguração da nova estação da região.

A partir de sua emancipação, Porciúncula manteve seu ritmo de crescimento com a economia voltada para o desenvolvimento da pecuária, arroz, milho e feijão. A cidade localiza-se à margem direita do rio Carangola ao longo de seu sinuoso percurso. As rodovias estaduais RJ-220, que alcança Natividade ao sul, e a RJ-230, que cruza o município de norte a sul, parte em leito natural. A RJ-220 – Itaperuna – Porciúncula precisa 3 de recapeamento e construção de acostamento.

### III – POPULAÇÃO

Tabela 1 População de Porciúncula

<b>População de Porciúncula</b>	
Total	15.952
Urbana	12.018
Rural	3.934
Homens	7.898
Mulheres	8.054
0 – 4 anos	1.381
5 – 9 anos	1.480
10 – 14 anos	1.555
15 – 19 anos	1.519
20 a 29 anos	2.575
30 – 49 anos	4.299
50 + anos	3.143

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

O município tem uma população de 15.952 habitantes (Tabela 1), correspondentes a 5,4% do total da população da região Noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro. Pode-se verificar que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação feminina superior à masculina em uma proporção de 98,1 homens para cada 100 mulheres.



Tabela 2 População dos Distritos de Porciúncula

<b>População dos Distritos de Porciúncula</b>			
<b>População dos Distritos de Porciúncula</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Porciúncula	5.793	6.125	11.918
Purilândia	721	652	1.373
Santa Clara	1.384	1.277	2.661
<b>Total do Município</b>	<b>7.898</b>	<b>8.054</b>	<b>15.952</b>

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

A tabela acima apresenta a população, por gênero, dos três Distritos que compõe o município. Pode-se identificar que o Distrito de Porciúncula, além de reunir o maior número de pessoas é a área que apresenta uma participação feminina superior à masculina.

**IV. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO** - A taxa média geométrica de crescimento demográfico de Porciúncula, de 1991 a 2000 (a.a), apresentada foi de 1,01%, ou seja, a população do município cresceu em média 1,01% ao ano, nos últimos 10 anos. A densidade demográfica permite verificar que existe uma concentração de 52,9 habitantes por km<sup>2</sup>.

**V. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** – O IDH foi 0,730, considerado médio desenvolvimento humano.

**VI. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM)** - Porciúncula apresentou um Índice de 0,1880, portanto, encontra-se classificado em 56º lugar, no *ranking* de 91 municípios do estado do Rio de Janeiro.

**VII. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM) – VERDE:** o IQM Verde indica que, para manutenção da qualidade do meio ambiente de Porciúncula, seria necessário reflorestar 10,97% da área municipal.

**VIII. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)** - Conforme demonstrado na tabela 3, o município de Porciúncula, representa 4,49% do PIB da região Noroeste fluminense.

Tabela 3 PIB – Região Noroeste – 2003 (R\$ mil)

<b>PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado – Região Noroeste fluminense–2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
Aperibé	32.665
Bom Jesus do Itabapoana	165.078
Cambuci	105.783
Italva	64.054

Continua

Continuação

<b>PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado – Região Noroeste fluminense–2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
Itaocara	92.741
Itaperuna	542.741
Laje do Muriaé	31.919
Miracema	90.868
Natividade	57.136
<b>Porciúncula</b>	<b>68.545</b>
Santo Antônio de Pádua	175.007
São José de Ubá	58.402
Varre-Sai	39.214
<b>Total da Região Noroeste Fluminense</b>	<b>1.524.152</b>

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2004

## IX. DADOS SOCIOECONÔMICOS

Porciúncula tem um contingente de 13.069 eleitores, correspondentes a 81,93% do total da população. Possui uma agência dos Correios, três agências bancárias, dois estabelecimentos hoteleiros, três equipamentos culturais (cinema, teatro, museu e/ou biblioteca), um hospital credenciado, e ainda:

Tabela 4 Número de estabelecimentos por porte e setor do município

<b>Porciúncula – Nº de estabelecimentos por porte e setor</b>						
<b>Porte/Setor</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Micro	78	169	124	64	<b>435</b>	98,0%
Pequena	2	2	4	0	<b>8</b>	1,8%
Média	0	0	0	0	<b>0</b>	0,0%
Grande	0	0	1	0	<b>1</b>	0,2%
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>171</b>	<b>129</b>	<b>64</b>	<b>444</b>	100%

Fonte: RAIS (2003).

Observa-se que as microempresas representam 98,0% do total dos estabelecimentos formais existentes em Porciúncula, e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor de comércio seguida pelo setor de serviços.

## X. DISTÂNCIAS

Tabela 5 Distâncias de Porciúncula aos demais municípios da região Noroeste fluminense.

<b>Distâncias de Porciúncula aos demais municípios da região Noroeste fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Aperibé	73
Cambuci	69
Italva	62
Itaocara	79
Itaperuna	31
Bom Jesus de Itabapoana	42

Continua

Continuação

<b>Distâncias de Porciúncula aos demais municípios da região Noroeste fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Miracema	52
Natividade	11
Laje do Muriaé	28
Santo Antônio de Pádua	65
São José de Ubá	45
Varre-Sai	18

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2004).

As rodovias estaduais RJ-220, que alcança Natividade, ao sul, e a RJ-230, que cruzam o município de norte a sul são as componentes do sistema viário que atende o município.

## **XI. POTENCIAL DE CONSUMO**

Tabela 6 Número domicílios urbanos/classes econômicas

<b>Número de domicílios urbanos / classes econômicas de Porciúncula</b>	
<b>classes econômicas</b>	<b>número de domicílios urbanos</b>
A1	7
A2	74
B1	150
B2	425
C	1.489
D	1.554
E	145
<b>Total</b>	<b>3.844</b>

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2004).

A tabela 6 apresenta o universo de 3.844 domicílios sendo que 79,16% deles pertence a famílias com classe de renda entre dois e 10 salários mínimos/mês.

**XII. CONSUMO PER CAPITA URBANO** – O consumo *per capita* urbano é de 1.880,67 (US\$1=R\$ 3,00).

## **XIII. CONSUMO FAMILIAR POR CLASSE ECONÔMICA**

Tabela 7 Consumo familiar de Porciúncula por classe econômica, segundo categorias de consumo em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)

<b>Consumo familiar de Porciúncula</b>								
<b>por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)</b>								
<b>Categoria de consumo/classe econômica</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Alimentação no domicílio	23.267	129.878	308.352	342.666	1.206.178	778.401	66.839	2.855.581
Alimentação fora do domicílio	19.996	111.554	185.990	230.413	509.640	200.437	15.952	1.273.982
Bebidas	3.594	19.935	47.546	42.622	113.051	64.316	4.254	295.318
Manutenção do lar	109.333	523.337	953.374	1.122.526	2.911.967	1.609.665	127.941	7.358.143
Artigos de limpeza	1.981	11.880	16.431	14.770	68.377	36.563	2.030	152.032
Mobiliários e artigos do lar	6.082	23.559	58.035	94.107	166.841	82.818	3.190	434.632
Eletrodomésticos e equipamentos	4.884	33.829	78.661	81.446	177.781	107.047	8.186	491.834
Vestuário confeccionado	7.372	53.159	79.710	117.739	283.538	125.549	8.798	675.865
Calçados	2.949	20.337	32.863	41.778	100.287	48.457	2.320	248.991
Outras despesas com vestuário	1.290	7.853	6.293	10.550	19.146	7.489	580	53.201
Transportes urbanos	8.017	54.569	130.403	171.755	588.046	325.545	16.436	1.294.771
Gastos com veículo próprio	20.088	105.916	201.373	207.625	330.947	86.783	2.933	955.665
Higiene e cuidados pessoais	4.838	34.835	57.685	74.272	175.046	89.426	5.607	441.709
Gastos com medicamentos	6.819	46.917	49.644	116.051	218.808	119.822	12.440	570.501
Outras despesas com saúde	23.037	99.875	125.508	159.095	202.397	59.911	4.286	674.109
Livros e material escolar	1.981	8.659	19.578	18.990	37.380	18.061	1.611	106.260
Matrículas e mensalidades	20.226	82.961	166.762	117.739	132.196	19.823	129	539.836
Despesas recreação e cultura	10.044	52.958	87.401	111.409	183.252	61.673	2.868	509.605
Despesas com viagens	14.836	52.958	51.042	61.190	76.583	24.669	1.901	283.179
Fumo	1.014	8.659	13.635	26.586	89.347	55.065	4.641	198.947
Outras despesas	169.091	529.983	825.770	1.056.695	1.526.184	483.694	29.328	4.620.745
<b>Total do consumo urbano</b>	<b>460.739</b>	<b>2.013.611</b>	<b>3.496.056</b>	<b>4.220.024</b>	<b>9.116.992</b>	<b>4.405.214</b>	<b>322.270</b>	<b>24.034.906</b>

Fonte: TARGET – Brasil em foco 2005

## Anexo H: Informações sobre o município de São Francisco do Itabapoana

### I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

**Localização:** Norte fluminense.

**Área:** O município tem uma área total de 1.122,3 quilômetros quadrados, correspondentes a 3,5% da área da região Norte fluminense, e está a uma distância de 354 quilômetros da capital.

**Clima:** Quente e úmido.

**Altitude:** 08 metros.

**Principais atividades econômicas:** Culturas de cana-de-açúcar, maracujá, abacaxi, goiaba, mandioca e urucum. Pesca e turismo.

**Curiosidades:** O município é uma vasta planície, rendilhada de pequenos cursos d'água, retalhada de alongadas e numerosas lagoas e brejos. É banhado pelo rio Itabapoana no extremo sul e ao centro corre o rio Guaxindiba. Suas principais praias são: Gargaú, Santa Clara, Sonhos, Sossego, Guaximdiba, Manguinhos Buena, Tatagiba, Guriri, Lagoa Doce e Barra do Itabapoana. Existem ainda praias de falésias, únicas no estado do Rio de Janeiro, como as de Lagoa Doce, águas mornas e sem ondas.

Figura 1 Mapa de São Francisco do Itabapoana



Fonte: TCE/RJ (2004).

## II - HISTÓRICO

O território dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, quando da divisão do Brasil em capitanias hereditárias, passou a integrar a Capitania de São Tomé, ou Paraíba do Sul, concedida em 1536 a Pero Góis da Silveira. Esse donatário se estabeleceu na área em 1539, escolhendo para implantação do núcleo original o lugar que considerou de solo fértil e abrigado do tempo e dos índios goytacazes, que dominavam a região. Houve um entendimento com os indígenas, possibilitando a primeira plantação de cana-de-açúcar, próxima ao rio Itabapoana. Após segregar com os locais, retornou a Portugal, ficando em seu lugar alguns portugueses, até que outra expedição comandada pelo seu filho, Gil de Góis se instalou.

O plantio de cana cresceu, mas também ele teve um desentendimento com as tribos coroadas ao norte e goytacaz ao sul, e o cultivo foi abandonado. Em 1630, era fundado o povoado de São João Batista da Paraíba do Sul, atual sede de São João da Barra. O cultivo da cana-de-açúcar foi logo introduzido naquela área, mas o aldeamento não conseguiu progredir rapidamente, devido aos ataques constantes dos indígenas. A região só veio a ser efetivamente ocupada quando bandeirantes ergueram um pouso de tropas na capitania, em torno do qual a população começou a se aglomerar, edificando uma capela dedicada a São João Batista da Barra.

O núcleo urbano foi elevado à condição de freguesia em 1644, ocasionando maior fluxo de colonizadores, o que permitiu maior desenvolvimento para a lavoura canavieira. Na década de 1670, a freguesia teve determinada sua autonomia, recebendo o nome de vila de São João da Praia do Paraíba do Sul. Porém, o município foi anexado à capitania do Espírito Santo em 1753, retornando à Província Fluminense em 1832. Com a proclamação da República, o território passou a pertencer ao município de São João da Barra, sob denominação de “sertão sanjoanense”. Contudo, a elite local passou a ser cada vez mais atuante, tanto no campo político, como no administrativo e no econômico, levando algumas pessoas à Assembléia Legislativa.

No ano de 1995, São Francisco de Itabapoana ganha sua autonomia, face à edição da Lei nº 2379, de 18 de janeiro, desmembrado de São João da Barra, sendo instalado em 1º de janeiro de 1997.

### III – POPULAÇÃO

Tabela 1: População de São Francisco de Itabapoana

<b>População de São Francisco de Itabapoana</b>	
Total	41.145
Urbana	19.228
Rural	21.917
Homens	21.201
Mulheres	19.944
0 – 4 anos	3.781
5 – 9 anos	4.329
10 – 14 anos	4.451
15 – 19 anos	4.310
20 a 29 anos	6.701
30 – 49 anos	10.552
50 + anos	7.021

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

O município de tem uma população de 41.145 habitantes (Tabela 1), correspondentes a 5,9% do total da população da região Norte fluminense. Observa-se que a população é predominantemente rural e apresenta uma participação feminina inferior à masculina em uma proporção de 106,2 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2 População dos distritos de São Francisco de Itabapoana

<b>População dos distritos de São Francisco de Itabapoana</b>			
<b>População dos Distritos</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Barra Seca	6.735	6.399	13.134
Maniva	4.836	4.538	9.374
São Francisco de Itabapoana	9.630	9.007	18.637
<b>Total do Município</b>	<b>21.201</b>	<b>19.944</b>	<b>41.145</b>

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

A tabela 2 apresenta a população, por gênero, dos três distritos que compõe o município. Pode-se verificar que o distrito de São Francisco de Itabapoana reúne o maior número de pessoas (45,29% da população total do município) e que todos os distritos apresentam uma participação feminina inferior ao da masculina.

**IV. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO** – A taxa média geométrica de crescimento demográfico de São Francisco de Itabapoana, de 1991 a 2000 (a.a), foi de 0,68%, ou seja, a população do município cresceu em média 0,68% ao ano, nos últimos 10 anos. A densidade demográfica do município permitiu verificar que existe uma concentração de 41,2 habitantes por km<sup>2</sup>.

**V. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** – O IDH foi de 0,688, considerado como médio desenvolvimento humano.

**VI. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM)** - Para manutenção da qualidade do meio ambiente do município, seria necessário reflorestar 1,03% da área municipal.

**VIII. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)** - Conforme demonstrado na tabela 3, o município representa 2,08% do PIB da região Norte fluminense.

Tabela 3 PIB a preços de mercado – Região Norte fluminense - 2003 (R\$ mil).

<b>PIB – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado – Região Norte fluminense – 2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
Região Norte Fluminense	7.258.259
Campos dos Goytacazes	



Tabela 4 Número de estabelecimentos por porte e setor do município

<b>Município de São Francisco de Itabapoana – Nº de estabelecimentos por porte e setor</b>						
<b>Porte/Setor</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Micro	54	416	166	93	729	97,6%
Pequena	3	4	3	7	17	2,3%
Média	0	0	0	0	0	0,0%
Grande	0	0	1	0	1	0,1%
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>420</b>	<b>170</b>	<b>100</b>	<b>747</b>	<b>100%</b>

Fonte: RAIS (2003).

Pode-se verificar que as microempresas representam 97,6% do total dos estabelecimentos formais existentes e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor de comércio seguida pelo setor de serviços.

## X. DISTÂNCIAS

Tabela 5 Distâncias de São Francisco de Itabapoana aos demais municípios da região Norte fluminense

<b>Distâncias de São Francisco de Itabapoana aos demais municípios da Região Norte fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Campos dos Goytacazes	63
Cardoso Moreira	71
Carapebus	122
Quissamã	104
Macaé	146
São Fidélis	90
Conceição de Macabu	128
São João da Barra	39

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2005).

O município é atendido pela rodovia RJ-224, que alcança a BR-101 já no município de Campos; por outra via em leito natural, a RJ-204, além de outra rodovia costeira, a RJ-196.

## XI. POTENCIAL DE CONSUMO

Tabela 6 Número domicílios urbanos/classes econômicas do município

<b>Número de domicílios urbanos / classes econômicas do município</b>	
<b>Classes Econômicas</b>	<b>Número de domicílios urbanos</b>
A1	6
A2	115
B1	178
B2	312
C	2.225
D	3.399
E	294
<b>Total</b>	<b>6.529</b>

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2005).

A tabela 6 apresenta o universo de 6.529 domicílios existentes em São Francisco de Itabapoana, sendo que 52,06% deles pertencem a famílias com classe de renda entre dois e quatro salários mínimos/mês.

**XII. CONSUMO PER CAPITA URBANO** – O consumo *per capita* urbano (US\$1=R\$ 3,00) é de 1.673,72.

**XIII. CONSUMO FAMILIAR POR CLASSE ECONÔMICA**

Tabela 7 Consumo familiar de por classe econômica, segundo categorias de consumo – US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)

Consumo familiar de São Francisco de Itabapoana por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)								
Categoria de			B1	B2	C	D	E	Total
Alimentação no domicílio	19.943	201.837	365.911	339.830	2.008.732	1.521.124	135.521	4.592.898
Alimentação fora do domicílio	17.139	173.361	220.708	228.506	848.738	391.687	32.345	1.912.484
Bebidas	3.080	30.980	56.422	42.269	188.271	125.684	8.625	455.331
Manutenção do lar	93.714	813.295	1.131.338	1.113.235	4.849.500	3.145.551	259.412	11.406.045
Artigos de limpeza	1.698	18.463	19.499	14.648	113.874	71.451	4.117	243.750

Continuação

<b>Consumo familiar de São Francisco de Itabapoana por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)</b>								
<b>Categoria de consumo/classe econômica</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Livros e material escolar	1.698	13.456	23.232	18.833	62.251	35.295	3.267	158.032
Matrículas e mensalidades	17.337	128.926	197.891	116.764	220.156	38.738	261	720.073
Despesas recreação e cultura	8.609	82.300	103.716	110.487	305.181	120.519	5.816	736.628
Despesas com viagens	12.716	82.300	60.570	60.684	127.539	48.208	3.855	395.872
Fumo	869	13.456	16.180	26.366	148.795	107.606	9.409	322.681
Outras despesas	144.937	823.620	979.911	1.047.948	2.541.657	945.215	59.462	6.542.750
Total do consumo urbano	394.919	3.129.261	4.148.653	4.185.095	15.183.156	8.608.514	653.430	36.303.028

Fonte: TARGET – Brasil em foco (2005).

As observações destacadas não esgotam as possibilidades de análise dos dados que mostram o comportamento do consumo local.

## Anexo I: Informações sobre o município de Varre-Sai

### I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

**Localização:** Noroeste fluminense.

**Área:** O município tem uma área total de 190,7 quilômetros quadrados, correspondentes a 3,5% da área da região Noroeste fluminense, e está a uma distância de 345 quilômetros da capital.

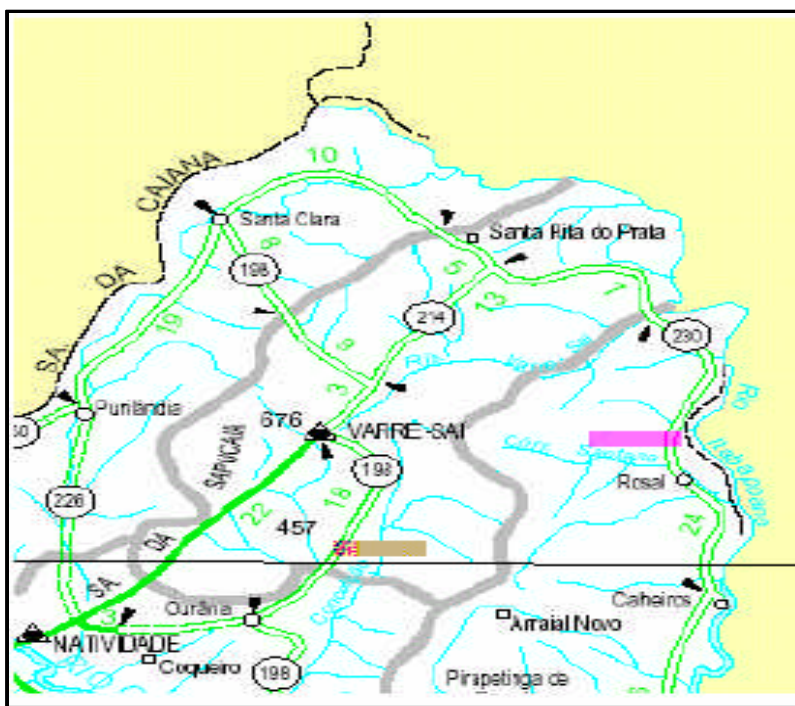
**Clima:** Subtropical.

**Altitude:** 1.017 metros.

**Principais atividades econômicas:** Cafeicultura.

**Curiosidades:** Onde se localiza a cidade existia um rancho pertencente à dona Inácia, onde pernoitavam os tropeiros que ali passavam. Para manter o local sempre limpo, ela pedia que eles varressem antes de sair, surgindo assim a denominação popular de Rancho do Varre-Sai. Com o passar do tempo simplesmente Varre-Sai.

Figura 1 Mapa de Varre-Sai



Fonte: TCE/RJ (2004).

<sup>1</sup> Fonte: IBGE/CIDE (2002).

## II - HISTÓRICO

A história de Varre-Sai acha-se vinculada à de Natividade, município do qual era sede distrital. Inicialmente, a região fazia parte da Capitania do Espírito Santo, cujo donatário era Pero Góis, e sua evolução acha-se vinculada à de Itaperuna, com origem na penetração do desbravador José Lanes Brandão na área, por volta de 1831, que desencadeou fluxo migratório para a região. Em decorrência disso, em 1853, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Natividade do Carangola e, a partir do final do século XIX, com o advento da ferrovia, sua colonização se processou de forma rápida e contínua. A freguesia chegou a tornar-se vila e sede do então recente município de Itaperuna, em 1885. Logo depois, contudo, perde sua hegemonia, passando por períodos de modificações administrativas. Em 1947, foi promulgado o desmembramento, de Itaperuna, dos distritos de Natividade do Carangola, Varre-Sai e Ourânia, a fim de constituírem o novo município de Natividade do Carangola.

Mais recentemente registra-se a alteração do nome para Natividade e o desmembramento do distrito de Varre-Sai, constituindo novo município na região Noroeste fluminense com o advento da Lei nº 1.790, de 12 de janeiro de 1991, instalado em 1º de janeiro de 1993. Felicíssimo Faria Salgado foi de fundamental importância para o surgimento da cidade de Varre-Sai, já que foi ele o doador das terras do povoado, nos idos de 1850. Ele o fez devido a uma promessa a São Sebastião, dando origem ao vilarejo de São Sebastião do Varre Sai. O nome do município vem da história da sitiante Dona Inácia, proprietária de um rancho no percurso de uma trilha de tropeiros, por onde passava o café colhido da zona da mata mineira em direção ao litoral para ser embarcado rumo ao Rio de Janeiro. Dona Inácia emprestava esse rancho para as tropas pernoitarem e pedia para manterem o rancho sempre limpo. Ela dizia "varre e sai". Com o passar do tempo, o local ficou conhecido como Varre-Sai.

Figura não menos importante é a do fazendeiro Bambino Rodrigues França, que chegou a possuir oito fazendas na região e decidiu importar mão-de-obra européia para substituir o trabalho escravo em suas propriedades. A localidade teve a sua explosão demográfica com a chegada de famílias italianas a partir de 1897, as quais a colonizariam e a tornariam famosa pelo seu tradicional vinho de jabuticaba. A partir de meados do século XX, a decadência da lavoura do café teve como consequência a estagnação da dinâmica urbana, que hoje é servida por somente uma rodovia estadual que liga Varre-Sai a Natividade.

### III – POPULAÇÃO

Tabela 1 População de Varre-Sai

População de Varre-Sai	
Total	7.854
Urbana	4.132
Rural	3.722
Homens	4.035
Mulheres	3.819
0 – 4 anos	736
5 – 9 anos	728
10 – 14 anos	851
15 – 19 anos	848
20 a 29 anos	1.371
30 – 49 anos	2.026
50 + anos	1.294

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico 2003 (Censo 2000).

O município tem uma população de 7.854 habitantes (Tabela 1), correspondentes a 2,6% do total da população da Região Noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro. Observa-se que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação masculina superior à feminina em uma proporção de 106,1 homens para cada 100 mulheres.

**IV. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO** - A taxa média geométrica de crescimento demográfico de Varre-Sai, de 1991 a 2000 (a.a), foi de 1,09%, ou seja, a população do município cresceu em média 1,09% ao ano, nos últimos 10 anos. A densidade demográfica permite verificar que existe uma concentração de 41,2 habitantes por km<sup>2</sup> no município.

**V. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** – O IDH foi 0,679, considerado médio desenvolvimento humano.

**VI. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM)** – Varre-Sai apresentou um Índice de 0,0588, portanto, encontra-se classificado em 87º lugar no *ranking* de 91 municípios do estado do Rio de Janeiro.

**VII. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS (IQM) – VERDE:** o IQM Verde indica que, para manutenção da qualidade do meio ambiente de Varre-Sai, seria necessário reflorestar 14,47% da área municipal.

**VIII. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) -** Conforme demonstrado na tabela 2, o município de Varre-Sai, representa 2,57% do PIB da região Noroeste fluminense.

Tabela 2 PIB –a preços de mercado – Região Noroeste – 2003 (R\$ mil)

<b>PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado – Região Noroeste fluminense–2003 (R\$ mil)</b>	
<b>Municípios</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>
Aperibé	32.665
Bom Jesus do Itabapoana	165.078
Cambuci	105.783
Italva	64.054
Itaocara	92.741
Itaperuna	542.741
Laje do Muriaé	31.919
Miracema	90.868
Natividade	57.136
Porciúncula	68.545
Santo Antônio de Pádua	175.007
São José de Ubá	58.402
<b>Varre-Sai</b>	<b>39.214</b>
Total da Região Noroeste Fluminense	1.524.152

Fonte: CIDE Anuário Estatístico 2004.

## **IX. DADOS SOCIOECONÔMICOS**

Varre-Sai tem um contingente de 6.286 eleitores, correspondentes a 80,04% do total da população. Possui uma agência dos Correios, uma agência bancária, um estabelecimento hoteleiro, dois equipamentos culturais (duas bibliotecas), um hospital credenciado e ainda:

Tabela 3 Número de estabelecimentos por porte e setor de Varre-Sai

<b>Varre-Sai – Nº de estabelecimentos por porte e setor</b>						
<b>Porte/Setor</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Micro	23	60	43	20	<b>146</b>	96,7%
Pequena	0	1	1	1	<b>3</b>	2,0%
Média	0	0	0	0	<b>0</b>	0,0%
Grande	0	0	2	0	<b>2</b>	1,3%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>61</b>	<b>46</b>	<b>21</b>	<b>151</b>	100%

Fonte: RAIS (2003).

Com esses dados, pode-se verificar a participação de cada setor da economia no total das empresas do município. Observa-se que as microempresas representam 96,7% do total dos estabelecimentos formais existentes em Varre-Sai e que a maior concentração dessas empresas é verificada no setor de comércio seguida pelo setor de serviços.

## X. DISTÂNCIAS

Tabela 4 Distâncias de Varre-Sai aos demais municípios da região Noroeste fluminense.

<b>Distâncias de Varre-Sai aos demais municípios da Região Noroeste Fluminense</b>	
<b>Nome do Município</b>	<b>Distância (Km.)</b>
Aperibé	80
Bom Jesus do Itabapoana	30
Cambuci	71
Italva	57
Itaocara	86
Itaperuna	30
Laje do Muriaé	40
Miracema	63
Natividade	16
Porciúncula	18
São José de Ubá	48
Santo Antônio de Pádua	75

Fonte: TARGET – Brasil em Foco 2004

A rodovia RJ-214 liga Varre-Sai a Natividade, ao sul, seguindo rumo nordeste em leito natural. Também de chão, as vias estaduais RJ-198 e RJ-230 completam o sistema rodoviário do município.

## XI. POTENCIAL DE CONSUMO

Tabela 5 Número domicílios urbanos/classes econômicas

<b>Número de domicílios urbanos / classes econômicas de Varre-Sai</b>	
<b>Classes Econômicas</b>	<b>Número de Domicílios Urbanos</b>
A1	2
A2	26
B1	46
B2	140
C	540
D	522
E	28
<b>Total</b>	<b>1.304</b>

Fonte: TARGET – Brasil em Foco (2004).

A tabela 5 apresenta o universo de 1.304 domicílios sendo que 81,44% deles pertencem a famílias com classe de renda entre dois e dez salários mínimos/mês.

**XII. CONSUMO PER CAPITA URBANO** – O consumo *per capita* urbano é de 1.823,86 (US\$1=R\$ 3,00)



### XIII. CONSUMO FAMILIAR POR CLASSE ECONÔMICA

Tabela 6 Consumo familiar de Varre-Sai por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)

<b>Consumo familiar de Varre-Sai</b>								
<b>por classe econômica, segundo categorias de consumo - em US\$/ano (US\$ 1= R\$ 3,00)</b>								
<b>Categoria de consumo/classe econômica</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Alimentação no domicílio	6.648	45.633	94.561	112.878	425.495	261.471	9.910	956.596
Alimentação fora do domicílio	5.713	39.195	57.037	75.901	179.782	67.328	2.365	427.321
Bebidas	1.027	7.004	14.581	14.040	39.880	21.604	631	98.767
Manutenção do lar	31.238	183.875	292.368	369.774	1.027.235	540.698	18.969	2.464.157
Artigos de limpeza	566	4.174	5.039	4.865	24.121	12.282	301	51.348
Mobiliários e artigos do lar	1.738	8.278	17.797	31.000	58.855	27.819	473	145.960
Eletrodomésticos e equipamentos	1.395	11.886	24.123	26.829	62.715	35.958	1.214	164.120
Vestuário confeccionado	2.106	18.678	24.444	38.785	100.022	42.173	1.304	227.512
Calçados	842	7.146	10.078	13.762	35.378	16.277	344	83.827
Outras despesas com vestuário	369	2.759	1.930	3.475	6.754	2.516	86	17.889
Transportes urbanos	2.291	19.173	39.990	56.578	207.441	109.353	2.437	437.263
Gastos com veículo próprio	5.740	37.214	61.754	68.394	116.746	29.151	435	319.434
Higiene e cuidados pessoais	1.382	12.239	17.690	24.466	61.750	30.039	831	148.397
Gastos com medicamentos	1.948	16.484	15.224	38.228	77.187	40.249	1.844	191.164
Outras despesas com saúde	6.582	35.091	38.489	52.408	71.398	20.125	635	224.728
Livros e material escolar	566	3.042	6.004	6.256	13.186	6.067	239	35.360
Matrículas e mensalidades	5.779	29.148	51.140	38.785	46.634	6.659	19	178.164
Despesas recreação e cultura	2.870	18.607	26.803	36.699	64.644	20.716	425	170.764
Despesas com viagens	4.239	18.607	15.653	20.157	27.016	8.287	282	94.241
Fumo	290	3.042	4.181	8.758	31.518	18.497	688	66.974
Outras despesas	48.311	186.210	253.238	348.088	538.384	162.475	4.348	1.541.054
<b>Total do consumo urbano</b>	<b>131.640</b>	<b>707.485</b>	<b>1.072.124</b>	<b>1.390.126</b>	<b>3.216.141</b>	<b>1.479.744</b>	<b>47.780</b>	<b>8.045.040</b>

Fonte: TARGET – Brasil em foco 2005

Na leitura dos dados do consumo familiar dos grupos de famílias pertencentes às classes C e D na tabela 6, pode-se observar que a participação deles é representativa em gastos com a manutenção do lar, alimentação no domicílio, transportes urbanos, bem como com outras despesas. As observações destacadas não esgotam as possibilidades de análise dos dados que mostram o comportamento do consumo local.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)